

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**ANÁLISE DE DISCURSO NO BRASIL: ASPECTOS
DA INVENÇÃO E DA TRANSMISSÃO NO FAZER
DISCIPLINAR**

TESE DE DOUTORADO

Isabel Cristina Ferreira Teixeira

Santa Maria, RS, BRASIL

2009

**ANÁLISE DE DISCURSO NO BRASIL: ASPECTOS DA
INVENÇÃO E DA TRANSMISSÃO NO FAZER
DISCIPLINAR**

por

Isabel Cristina Ferreira Teixeira

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, na área de Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor em Letras.**

Orientadora: Prof^a Dr. Amanda Eloina Scherer

Santa Maria, RS, Brasil

2009

©2009

Todos os direitos autorais reservados a Isabel Cristina Ferreira Teixeira. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.

Endereço: Rua Dr. Turi, nº 1970, aptº 05, Bairro Centro, 97050-180, Santa Maria/RS.

Fone (0xx)55 3028 0163; End. Eletr.: isabelcft@yahoo.com.br

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Tese de Doutorado

elaborada por
Isabel Cristina Ferreira Teixeira

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:

Amanda Eloina Scherer, Dr. (Presidente/Orientador)

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães, Dr. (UNICAMP)

Ana Zandwais, Dr. (UFRGS)

Carme Regina Schons, Dr. (UPF)

Verli Fátima Petri da Silveira, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 06 de abril de 2009.

Dedicatória

Dedico este trabalho à Alda, ao Getúlio,
ao Helder, ao Marco Aurélio e à Rosane.

Agradecimentos

Agradeço a dedicação da prof^a Amanda E. Scherer e o apoio nas horas difíceis;

Agradeço também a colaboração dos funcionários da Universidade Federal de

Santa Maria, Irene Teixeira e Jandir Martins;

Também o auxílio de Rejane Arce Vargas que com especial empenho revisou este

texto de tese;

E à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul por me proporcionar as

condições necessárias para a finalização deste trabalho.

RESUMO

Tese de Doutorado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

ANÁLISE DE DISCURSO NO BRASIL: ASPECTOS DA INVENÇÃO E DA TRANSMISSÃO NO FAZER DISCIPLINAR

AUTORA: ISABEL CRISTINA FERREIRA TEIXEIRA

ORIENTADORA: AMANDA ELOINA SCHERER

Santa Maria, 27 de abril de 2009.

Este trabalho tem como objetivo geral compor um conhecimento sobre a Análise de Discurso (AD) de orientação francesa pela produção teórica de Eni P. Orlandi e, como objetivo específico, elaborar uma possibilidade de leitura das noções de paráfrase e de polissemia, a partir de **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso** (1983) e estabelecendo relações com **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico** (1996) e **Análise de Discurso: princípios e procedimentos** (1999), com o propósito de refletir sobre o desenvolvimento da AD no Brasil, ao identificar princípios e procedimentos responsáveis por sua consistência disciplinar. Parte-se do pressuposto de que a metalinguagem enquanto representação de um domínio do saber pode ser relacionada à epistemologia e ao pensamento elaborado sobre a ciência de uma maneira geral. Mas a representação operada por ela diferencia-se da epistemologia positiva da ciência que admite a transparência da modalidade epistêmica, a objetividade, a universalidade e a intangibilidade do conhecimento. A metalinguagem historicamente construída suporta a natureza paradoxal do conhecimento e dissimula a coerência do conhecimento científico que não se refere mais à verdade, mas a comunidades em torno das quais se organiza. A existência de comunidades do conhecimento indiciam, portanto, a exclusão, a demarcação de fronteiras dos saberes; e a inclusão, pelo reconhecimento dos pares que podem validar seus resultados. Justificam também a existência do disciplinar que funciona como uma possibilidade de legitimar a existência de uma tal comunidade. A trajetória realizada no presente estudo nos permite elaborar a tese de que as noções de paráfrase e de polissemia, constituem-se, a partir do ponto de vista disciplinar, em um procedimento de reapropriação/fundação que as desloca do conteudismo, associado às Ciências Sociais; e da significação associada à Lingüística saussureana; fazendo-as funcionar discursivamente. O movimento teórico que vai da noção de efeito metafórico à paráfrase e polissemia justifica-se se a ciência for pensada em termos de coerência aparente, não de proposições verdadeiras; e justifica-se também se a ciência for pensada em sua historicidade, assim, essa operação localiza a paráfrase e a polissemia na tradição dos estudos da linguagem no caso específico do Brasil.

Palavras-chave: Metalinguagem; paráfrase; polissemia.

ABSTRACT

Doctoral Dissertation
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

DISCOURSE ANALYSIS IN BRAZIL: ASPECTS OF INVENTION AND TRANSMISSION IN A DISCIPLINARY PROCESS

AUTHOR: ISABEL CRISTINA FERREIRA TEIXEIRA

ADVISER: AMANDA ELOINA SCHERER

Santa Maria (RS), april, 2009.

This work aims to produce a knowledge about French Discourse Analysis (DA) through Eni P. Orlandi's theoretical production and, as specific goal, to form a possibility of interpretation for the notions of paraphrase and metaphor, from **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso** (1983) and establishing relations with **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico** (1996) e **Análise de Discurso: princípios e procedimentos** (1999), with the purpose of reflecting about the development of DA in Brazil, by the analysis of principles and procedures able to justify its disciplinary consistency. We suppose that metalinguistics, as a representation of a domain of knowledge, may be related to epistemology and to the thought about science. However, the representation made by metalinguistics differs from the positive epistemology of science which admits the transparency of epistemic modality, the objectivity and universality of knowledge. Metalinguistics historically built supports the paradox of knowledge and dissimulates the coherence of scientific knowledge which no longer refers itself to the truth, but to scientific communities. These communities point to exclusion, the distribution of knowledge; and inclusion, trough the recognition of equals who can validate its results. The communities also justify the discipline which functions as a possibility to legitimate its existence. The research permits to elaborate a thesis around the idea of paraphrase and metaphor constitute itself, from the disciplinary point of view, as a procedure of appropriation which moves itself from "content analysis", associated to Social Sciences; and moves itself from the "signification" of Structural Linguistics; making them to work as a discourse, not as a text. The theoretical movement of this notions – paraphrase and metaphor - is justified if science is thought as apparently coherent, and justify itself if it's thought in terms of history, thus these procedures place paraphrase and metaphor in the tradition of studies of Language in Brazil.

Key words: Metalinguistics, paraphrase; metaphor.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	08
1	PARTE 1: A HISTÓRIA E A IDÉIA	17
1.1	História das idéias	18
1.2	Metalinguagem	34
1.2.1	História e metalinguagem	34
1.2.2	Epistemologia e metalinguagem	43
2	PARTE 2: A CONSTITUIÇÃO DISCIPLINAR	51
2.1	A invenção e a transmissão	51
2.2	A metalinguagem sobre a Análise de Discurso	67
2.2.1	Epistemologia e Análise de Discurso	69
2.2.2	Análise de Discurso no Brasil	87
3	Parte 3: (I) REGULARIDADES NA PRODUÇÃO DE ORLANDI	102
3.1	Procedimentos: paráfrase e polissemia	106
3.2	Princípios: o disciplinar	116
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo era inicialmente a elaboração de aspectos da história da Análise de Discurso (AD) de orientação francesa no Brasil, tendo por base a produção acadêmica de orientandos da pesquisadora Eni Puccinelli Orlandi. O desenvolvimento do estudo levou, no entanto, à configuração de novos objetivos em função da delimitação acerca do objeto da pesquisa. O desejo de compreender o modo como a AD aparece e se desenvolve no Brasil se mantém, mas há uma modificação no *corpus* que passa a ser a produção intelectual de Orlandi, escrita considerada essencial para a elaboração de respostas para uma questão de natureza epistemológica: qual o estado da Análise de Discurso atualmente no Brasil? “Epistemologia” pode ser uma expressão polêmica, porque nos remete a uma estabilidade teórica e metodológica que vem sendo revisada. Tanto a AD quanto a História das Idéias Lingüísticas refletem sobre essa questão e, para remediar o idealismo que exclui a realidade, propõem a historicidade como constitutiva do real. Pêcheux refere-se ao viés coercitivo da epistemologia, em *Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas*, quando afirma que

o termo *epistemologia*, outrora suspeito de terrorismo filosófico-político, veicula atualmente a reconfortante idéia de uma *intervenção* especializada na colocação de escudos, alertas filosóficos, levantamento de precauções metodológicas, e estabelecimento de um instrumental conceitual com pretensões de adaptar-se à interpretação e à avaliação formal das teorias (1998, p.7-8).

A tentativa aqui é a de recorrer à pretensão apontada por Pêcheux: a de intervir no instrumental conceitual e metodológico da AD, pela produção teórica de Orlandi, a fim de produzir aspectos do processo em que essa história se inscreve, identificar algumas regularidades, com o propósito de observar o modo como essa disciplina se constitui no Brasil.

Adotar a escrita teórica de Orlandi como *corpus* parece um procedimento aceitável, não só por sua dedicação à AD no Brasil como intelectual e docente – é orientadora das primeiras teses no assunto¹ - mas também por sua extensa produção bibliográfica. Estão registrados no Currículo do Sistema Lattes² 86 artigos; 10 livros elaborados individualmente; 18 elaborados coletivamente em que participa como organizadora e/ou colaboradora; 40 capítulos de livros publicados, incluídos aí os que integram obras em que a autora participa como articulista; além da participação em nada menos que 33 projetos de pesquisa, incluídos nessa soma os atuais e os já concluídos. Sua produção individual estréia com **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**³, de 1983, seguido por **O que é lingüística?**, em 1986; **Discurso e leitura**, em 1988; **Terra à vista**, em 1990; **As formas do silêncio**, em 1992; **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**, em 1996; **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**, em 1999; **Discurso e texto: formação e circulação de sentidos**, em 2001; **Língua e conhecimento lingüístico**, em 2002; **Cidade dos sentidos**, em 2004.

Por sua atividade docente e por sua produção intelectual, Orlandi pode ser considerada senão a principal uma das principais introdutoras e divulgadoras dessa área das Ciências da Linguagem no país, quando nos referimos a uma filiação a Pêcheux. No texto introdutório do Currículo Lattes, a autora informa que

¹ Os primeiros orientandos de Orlandi são Silvana Mabel Serrani, Maria Augusta B. de Matos, em 1991; Freda Indursky, em 1992; Pedro de Souza, em 1993; Maria Teresa G. de Lemos, Tânia Conceição C. de Souza, Maria Cristina Leandro Ferreira, Solange Leda Gallo, em 1994; Bethania Sampaio C. Mariani, em 1996, todos na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

² Dados disponíveis em <http://lattes.cnpq.br>, em 13.3.2009.

³ Doravante será utilizado apenas o título, sem o subtítulo.

possui graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara (1964), mestrado em Lingüística pela Universidade de São Paulo (1970), doutorado em Lingüística pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Paris/Vincennes (1976). Foi docente na USP de 1967 a 1979, onde ensinou Filologia Românica, Lingüística e Sociolingüística. Depois, atuou como docente do Departamento de Lingüística do IEL, na Unicamp, de 1979 a 2002. Atualmente é coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp, professora do mestrado em Linguagem e Sociedade da Universidade do Vale do Sapucaí e professora colaboradora do IEL da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Lingüística, com ênfase em Teoria e Análise Lingüística, atuando principalmente nos seguintes temas: Análise de Discurso, lingüística, epistemologia da linguagem e jornalismo científico.

Inicialmente, ainda na Universidade de São Paulo - USP, a autora tem como campo disciplinar a Filologia, a Lingüística e a Sociolingüística, sendo que a última, nessa época, tem na fala, ou melhor, na variação, seu objeto, que deve ser observado na comunidade ou grupo específico que o utiliza, o que já representa uma tentativa, em termos de filiação, de considerar a exterioridade na constituição do sentido. A partir de 1979, Orlandi torna-se docente do Departamento de Lingüística, na Universidade Estadual de Campinas. Se o desejo de vincular a estrutura da língua com a exterioridade tem um começo com a Sociolingüística, a AD confirma essa possibilidade, operando o que Orlandi já chama de deslocamento, em **A linguagem e seu funcionamento**, ao explicar a idéia de que o social não é algo que se soma ao discursivo, ou melhor, o discurso deve ser entendido como um objeto integralmente histórico e lingüístico e, como tal, supõe um confronto do simbólico com o político (ORLANDI; LAGAZZI-RODRIGUES, 2006). A vinculação à AD de orientação francesa começa a aparecer no nome dos primeiros projetos de pesquisa de que faz parte e permanece nos atuais, conforme podemos verificar no quadro abaixo que lista os projetos propostos e desenvolvidos pela autora.

Quadro 01 – Projetos desenvolvidos no ensino superior	
1981 - 1999	<i>A construção da brasilidade</i>

1981 - 1999	<i>Análise do discurso: dispositivo teórico e dispositivo analítico</i>
1981 - 2000	<i>O discurso religioso</i>
1982 - 2000	<i>O discurso missionário entre os índios do Brasil</i>
1985 - 2000	<i>A língua imaginária e a língua fluida: uma história do contato entre tupi e português</i>
1987 - 2001	<i>Língua e cultura indígena: aspectos histórico-discursivos</i>
1990 - 2000:	<i>O discurso naturalista</i>
1992 - 1998	<i>O perfil histórico do leitor brasileiro atual</i>
1993 - 1999	<i>O sentido público do espaço urbano</i>
1994 - 1998	<i>As palavras da cidade</i>
1994 - 2000	<i>Interpretação do discurso</i>
1996 - 1999	<i>O discurso ecológico</i>
1996 - 2000	<i>Discurso, significação e brasilidade</i>
1997 - 1997	<i>Cidade e escola</i>
1997 - 2000	<i>História das idéias lingüísticas: ética e política das línguas;</i>
1997 - 2004	<i>Núcleo de Estudos do Jornalismo Científico;</i>
1998 - 2000	<i>O estatuto do texto na análise discursiva</i>
1998 – 2000	<i>Emergência das primeiras gramáticas brasileiras</i>
1998 – 2001	<i>Ciência e ecologia</i>
1999 – 2001	<i>Imigração: Língua, Nação, Estado</i>
1999 – 2003	<i>O acréscimo como sintoma da relação de linguagem com a sociedade</i>
1999 - 2004	<i>Um lingüista na terra da gramática: Mattoso Camara Jr. e a realidade gramática x lingüística</i>
2000 – 2008	<i>Oficina do discurso corporal</i>
2000 – Atual	<i>Enciclopédia discursiva da cidade: um glossário de base</i>
2001 – 2008	<i>Relações entre o português, as línguas indígenas e as línguas de imigração</i>
2001 - Atual	<i>Discurso, significação e brasilidade: os discursos da ciência, da cultura e da religião</i>

2001 - 2004	<i>A discursividade da rede (de sentidos): o discurso da sala de bate-papo</i>
2002 - Atual	<i>Saber urbano e linguagem</i>
2002 - 2007	<i>A interpretação nas Ciências da Linguagem</i>
2004 – 2008	<i>A produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico;</i>
2005 – 2007	<i>História das idéias lingüísticas: conhecimento e política de línguas;</i>
2006 – Atual	<i>Ciência da Linguagem e política</i>

Juntamente com os estudos em AD, Orlandi, a partir de 1996, passa a se dedicar à História das Idéias Lingüísticas (HIL) e à língua do Brasil, quando propõe no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP o Projeto *Discurso, Significação, Brasilidade*, desenvolvido no Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem - IEL, na UNICAMP. Esse projeto passa a congrega estudos que tratam da identidade nacional. O aspecto lingüístico na constituição da identidade nacional foi “a base de um projeto mais amplo que resultou na exploração articulada da história da língua e do saber produzido sobre ela” (ORLANDI, 2002, p. 10). Até essa data, a autora observa que são esparsos os estudos sobre a língua nacional que contemplem aspectos gramaticais, pedagógicos ou descritivos; mais raros ainda são os históricos que levem em conta o social e o político.

As pesquisas de Orlandi passam a analisar sistematicamente a constituição da língua nacional na relação com a produção das idéias lingüísticas no Brasil, a partir do contato com o Laboratório de História das Teorias Lingüísticas, coordenado por Sylvain Auroux, na Universidade de Paris VII, quando firma um acordo com o Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil que “do lado brasileiro, tem mantido a especificidade de pensar a história da constituição do saber lingüístico em sua relação com a história da constituição da língua nacional” (OLIVEIRA, 2003, p.117). Esse projeto, desenvolvido entre 1997 e 2000, teve

como tema específico 'Ética e Política das Línguas' e, de 2005 a 2007, um desdobramento que tratou de 'Conhecimento e Política de Línguas'.

Esses estudos têm tido um desenvolvimento próprio e notável em publicações como a do periódico **Línguas e instrumentos lingüísticos**; de coletâneas como **História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional** (2001), organizada por Eni P. Orlandi; **Língua e cidadania: o português no Brasil** (1996) e **Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas** (2002), organizadas por Eni P. Orlandi e Eduardo Guimarães; e de livros como **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil** (2002) de Eni P. Orlandi também.

Ao tratar de temas como ética, política e conhecimento de línguas, a autora tem configurado uma linha de investigação brasileira situada na História das Idéias Lingüísticas, mas sobretudo tem colaborado com o desenvolvimento da Análise de Discurso no Brasil, e contribuído para a elaboração teórica e metodológica da disciplina.

Das premissas da Análise de Discurso de orientação francesa destacam-se a que supõe ser a exterioridade algo próprio da linguagem e de seu funcionamento e a que supõe ser o discurso, objeto fundamental de seus estudos, um objeto lingüístico e histórico. Orlandi agrega a essas proposições duas outras, a formulação de que a questão do sentido diz respeito a uma tensão entre a polissemia (os muitos e sempre outros sentidos) e a paráfrase (o dizer o mesmo); a consideração de que o sentido não diz respeito ao segmental, mas a que o silêncio significa, e é isto que faz o sentido na linguagem (GUIMARÃES, 1997).

Diante da contribuição de Orlandi na constituição de um saber sobre a língua e o conhecimento lingüístico no Brasil, tendo por base a Análise de Discurso de orientação francesa, refletir sobre a constituição e o funcionamento desse campo de conhecimentos sobre a linguagem passa a ser o objetivo geral da presente pesquisa.

Para se chegar ao objetivo geral – observar aspectos da constituição da AD no Brasil - têm-se como objetivos específicos os relacionados a seguir:

1. Examinar o domínio do saber em que a História das Idéias Lingüísticas se situa;
2. Examinar o fazer disciplinar como um processo de transformação do discurso de fundação em um discurso de transmissão;
3. Analisar, da produção intelectual de E. P. Orlandi, **A linguagem e seu funcionamento**, no sentido de acompanhar a constituição, a formulação e a transmissão das noções de paráfrase e de polissemia;
4. Compor a partir da pesquisa aspectos da Análise de Discurso no Brasil, refletindo sobre sua existência disciplinar e sobre o modo como esse fazer se configura.

Para tanto, esta pesquisa está organizada da seguinte forma:

Na primeira parte, intitulada A HISTÓRIA E A IDÉIA, observamos a formulação da noção de idéia e de metalinguagem. Para a compreensão inicial da idéia, reportamo-nos ao léxico da história para compreender que a designação atual não mais a refere à vida abstrata da idéia, isolada dos meios sociais em que se enraíza, mas a uma noção que agrega a historicidade e, com isso, deixa de entender os textos como se tivessem significações em si mesmos; a formulação da idéia está relacionada às condições específicas de sua produção.

Já a passagem da idéia para a metalinguagem está relacionada à passagem da História das Idéias para a História das Idéias Lingüísticas. É relacionada aos estudos da linguagem que a idéia é discursivizada, por uma metalinguagem historicamente construída. Nessa perspectiva, a constituição e formulação da idéia, mediada pelo simbólico, é observada em relação ao processo de sua constituição.

Na segunda parte, intitulada A CONSTITUIÇÃO DISCIPLINAR, tratamos do fazer disciplinar não como um estado de fato, mas como um processo constante

de começo e recomeço, de ruptura e continuidade, que relaciona constituição, formulação e transmissão de saberes. No dizer de Chiss e Puech (1999), estamos no terreno da invenção e da transmissão. Nessa linha de raciocínio, o disciplinar não é considerado um momento secundário no processo de constituição do conhecimento, mas associado a ele.

Se quisermos estabelecer uma relação simétrica entre as partes desta pesquisa e a questão do fazer disciplinar, poderíamos dizer que a noção de idéia relaciona-se à constituição do saber; a noção de metalinguagem, à formulação; e o disciplinar, às modalidades de transmissão.

Na terceira parte, elaboramos uma possibilidade de leitura das noções de paráfrase e polissemia, configuramos um perfil da AD enquanto região do conhecimento que se desenvolve no interior do território das ciências da linguagem e traçamos um percurso do desenvolvimento das concepções do disciplinar em Orlandi, a partir de **A linguagem e seu funcionamento** (1983) e estabelecendo relações com **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico** (1996) e **Análise de Discurso: princípios e procedimentos** (1999), com o propósito de refletir sobre o desenvolvimento da AD no Brasil ao identificar princípios e procedimentos responsáveis por sua consistência disciplinar.

Ter como base para este estudo **A linguagem e seu funcionamento** pareceu-nos interessante por supormos que, por ser o livro de estréia da autora, haveria de conter as contradições que parecem ser próprias da lógica da descoberta e as modalidades de representação que fazem a ancoragem do disciplinar, a saber, a filiação empírica, a divisão disciplinar e a refundação conceitual (CHISS; PUECH, 1999).

A trajetória realizada no presente estudo nos permite elaborar a tese de que as noções de paráfrase e de polissemia, vistas como um desenvolvimento da noção de efeito metafórico, definida como um “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre *x* e *y* é constitutivo do ‘sentido’ designado por *x* e *y* (...)”, formulada por

Pêcheux em **Análise Automática do Discurso** (1969, p.96), constituem-se, a partir do ponto de vista disciplinar, em um procedimento de reapropriação/fundação que as desloca do conteudismo, associado às Ciências Sociais; da significação associada à Lingüística saussureana; da informação somada ao referente, associados ao funcionalismo de Jakobson, fazendo-as funcionar discursivamente. O movimento teórico que vai da noção de efeito metafórico à paráfrase e polissemia justifica-se se a ciência for pensada em termos de coerência aparente, não de proposições verdadeiras; e justifica-se também se a ciência for pensada em sua historicidade, assim, uma tal operação localiza a paráfrase e a polissemia na continuidade dos estudos da linguagem no caso específico do Brasil.

A idéia que postulamos nos permite pensar sobre o fazer disciplinar como uma espécie de transformação do discurso de fundação em um discurso de transmissão. Entendemos que as noções de paráfrase e de polissemia, tal como desenvolvidas por Orlandi, situam-se no que Chiss e Puech (1999) chamam mundo da invenção, porque o movimento de reapropriação/reação inscreve nelas a novidade teórica.

Situam-se também no mundo da transmissão, cujas condições de produção apresentam uma constante: para que os saberes tomem uma forma disciplinar explícita, é necessário que se opere um descentramento pelo qual a adesão às normas, referências, valores disciplinares cessam de ir para si para se objetivar e comunicar (CHISS e PUECH, 1999).

Nessa perspectiva, entendemos que a formulação das noções de paráfrase e de polissemia colaboram para a constituição da Análise de Discurso no Brasil como disciplina, lugar marcado por uma certa ordem, operadora de uma certa regularização, trata-se de um espaço de estabilidade em um certo domínio (SCHERER, 2006).

PARTE 1

A HISTÓRIA E A IDÉIA

O campo disciplinar da História das Idéias Lingüísticas pode sugerir que, por uma questão de ordem, se reflita a respeito de “idéia”, já que o sentido de história, inicialmente, parece naturalizado como sucessão de fatos e de datas. Se a anexação de “idéia” representa diferença(s), resta identificar qual ou quais. O primeiro objetivo nesta parte é então definir o que se entende por História das Idéias. Auroux (1992) é a base para a fundamentação da idéia sobre a linguagem especificamente; estabelecendo a diferença entre uma filosofia da linguagem inserida na idéia de cientificidade, que entende a língua como uma entidade autônoma dotada de uma realidade própria, da que reflete sobre sua existência histórica e, por isso, tem como objeto os saberes que se constituíram sobre a linguagem tal como ela se realizou na diversidade das línguas. Produzir um saber, nessa perspectiva, então, não é meramente recuperar os fatos pela linguagem, mas o processo pelo qual a história é contada.

1.1 História das idéias

Nesta parte, revisamos Chartier (2002) e o relacionamos a autores que no Brasil têm pensado sobre a *idéia* com o propósito de compor algumas regularidades sobre essa noção no campo em que ela se situa na História.

Chartier (2002) tem discutido sobre o léxico da História e sobre o modo como o vocabulário remete a lutas disciplinares. Expressões como *História das Mentalidades*, *História Intelectual*, *História das Idéias* e *História Cultural* são analisadas por ele, porque sobre elas recaem críticas que remontam à tradição da pesquisa nessa disciplina.

Em relação à questão da designação, em termos de território, pode-se dizer que nos países europeus, nem a expressão História Intelectual, nem a expressão História das Idéias é adotada; na França, a História das Idéias quase não existe e a História Intelectual chega tarde demais para concorrer com o vocabulário forjado pelos *Annales*: História das Mentalidades, Psicologia Histórica, História Social das Idéias, História Sociocultural, etc. A designação História das Mentalidades, de difícil tradução, acaba se reduzindo ao caso francês e à especificidade de uma maneira nacional de pensar as questões.

De qualquer forma, não há consenso sobre os sentidos de tais designações. A leitura de Chartier (ibid.) se faz a partir da apresentação da posição de vários autores do campo da História ou de campos afins. Ehrard, por exemplo, entende que a História das Idéias recobre três histórias: a individualista dos grandes sistemas do mundo, a da opinião e a estrutural das formas de pensamento e de sensibilidade. Chartier (2002, p. 24-25) refere também Darnton, para quem a História Intelectual compreende

a história das idéias (o estudo dos pensamentos sistemáticos, geralmente em tratados filosóficos), a história intelectual propriamente dita (o estudo dos pensamentos informais, das correntes de opinião e das tendências literárias), a história social das idéias (o estudo das ideologias e da difusão das idéias), e a história cultural (o estudo das idéias no sentido

antropológico, incluindo as visões de mundo e as mentalidades coletivas).

Para Chartier, Ehrard e Darnton elaboram conceitos semelhantes sobre o campo da História Intelectual, porque compreendem que ela "recobre o conjunto das formas de pensamento e seu objeto não tem mais precisão *a priori* do que aquele da história social ou econômica" (Ibid., p. 25). Importa o modo como o território é recortado e como as unidades de observação são tratadas. Cada uma sustenta uma representação de totalidade do campo histórico, do lugar que ela pretende nele ocupar e daquele deixado aos outros ou recusado; a incerteza do vocabulário remete às lutas disciplinares; e a hegemonia é inicialmente lexical.

Os historiadores da primeira geração dos *Annales* pesaram na evolução da História Intelectual francesa, segundo o autor. A origem da *École des Annales* está na fundação, em 1929, por Febvre e Block, da revista *Les Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Essa nova história tem como objeto a vida cotidiana das massas anônimas; aproxima a História de outras disciplinas, promovendo a interdisciplinaridade; observa antes a estrutura dos acontecimentos que sua narração. Fávero e Molina (2004) entendem que

Lucien Febvre e Marc Block, influenciados pelo cientificismo do século XIX e início do XX, começaram a pensar numa história-ciência, em constante construção, não mais mero arrolar de fatos e datas, e caracterizada pela apreensão de uma história-problema. Febvre a definia como ciência dos homens, da mudança perpétua das sociedades humanas e Block como a ciência dos tempos no homem, que só pode ser compreendido em sua estrutura social. Para Block, portanto, o objeto da história são os homens, suas significações, ações, e intenções, analisadas em seus grupos (Ibid., p. 135).

Os *Annales* opõem-se à escola metódica, que valorizava a erudição e os períodos de longa duração, enfatizava também os documentos e o registro de fatos singulares como a história de reis, políticos e militares; as batalhas e as revoluções.

Chartier (Ibid., p. 26) explica que para Febvre pensar a História é, primeiramente, reagir à História escrita em sua época. Esta reduz os pensamentos às vezes contraditórios a categorias tradicionais de que se serve a História das Idéias, tais como, Renascença, Humanismo, Reforma. Em segundo lugar, é pensar a relação entre as idéias e a realidade social através de categorias distintas das da influência ou do determinismo.

As críticas feitas à História Intelectual anterior aos *Annales* podem ser resumidas em duas características: isola as idéias ou os sistemas de pensamento das condições que autorizam sua produção; institui um universo de abstrações onde o pensamento parece não ter limites já que não tem dependências.

Para pensar de outro modo as relações entre a obra e sua época, entre a obra e o criador, entre as diferentes obras de uma mesma época, novos conceitos devem ser forjados. Por isso Chartier (Ibid.) recupera os conceitos de hábitos mentais e de forças formadoras de hábitos, elaborados por Panofsky; e o de aparelhagem mental, de Febvre.

Na leitura de Chartier (Ibid.), o conceito de aparelhagem mental supõe a recusa a categorias universais do pensamento. Nessa perspectiva, elas não são nem universais, nem redutíveis às operacionalizadas pelo homem do século XX; o autor explica também que as maneiras de pensar dependem dos instrumentos materiais – técnicas – e conceituais – ciência – que as tornam possíveis.

A aparelhagem mental é definida como

o estado da língua, em seu léxico e em sua sintaxe, as ferramentas e as linguagens científicas disponíveis, e também 'este suporte sensível do pensamento' que é o sistema das percepções, cuja economia variável comanda a estrutura da afetividade (Ibid., 2002, p. 31).

A tarefa do historiador é resgatar essas representações, em sua especificidade, sem recobri-las com categorias anacrônicas, nem medi-las pela aparelhagem mental do século XX, que as concebe como um resultado necessário de um processo contínuo.

O hábito mental, por sua vez, pode ser definido como um conjunto de esquemas inconscientes, de princípios internalizados que dão sua unidade às maneiras de pensar de uma época.

Chartier (Ibid.) observa que tanto no conceito de aparelhagem mental quanto no de hábito falta a análise dos mecanismos através dos quais categorias de pensamento fundamentais tornam-se esquemas interiorizados e inconscientes, estruturando todos os pensamentos ou ações particulares, em um determinado grupo de agentes sociais.

Com os historiadores dos primeiros *Annales*, o indivíduo é devolvido à sua época, o que abre caminho para uma História do sistema de crenças, de valores e de representações próprios a uma época ou grupo, designada na historiografia francesa de História das Mentalidades.

A segunda geração dos *Annales* que tem em Braudel seu maior representante,

caracteriza-se por situar a história em três escalões: na superfície: a história dos acontecimentos, do tempo curto; na meia encosta: uma história conjuntural, que segue ritmo mais lento; e na profundidade: uma história de longa duração. Essa geração foi marcada por quantificações, por técnicas, e até mesmo pela penetração do marxismo (FÁVERO; MOLINA, 2004, p. 136-137).

Nessa segunda geração dos *Annales*, recusa-se a concepção meramente linear do tempo e adota-se uma concepção múltipla, o recorte a ser observado pode ter diferentes durações.

A terceira geração dos *Annales*, por sua vez, centra seus estudos nas mentalidades e amplia consideravelmente o conceito de fonte, utilizando-se de vários tipos delas, tais como, documentos psicológicos, arqueológicos, orais e religiosos. Fávero e Molina (Ibid., p.137) avaliam que, apesar de cada geração dos *Annales* ter temas que as singularizam, há regularidades; para elas

embora com traços tão distintos, o elemento unificador dessas três gerações é mesmo a interdisciplinaridade, a análise de fatos advindos de várias áreas, tendo em vista a construção de uma história-problema, atribuindo especial importância à interpretação dos dados e buscando constantemente o esclarecimento dos porquês.

Chartier explica que a terceira geração dos *Annales* desenvolve a noção de mentalidade, como o que se tem de comum com outros homens de seu tempo, surge a partir dessa última geração para qualificar, na historiografia francesa, uma História que não estabelece como objeto nem as idéias, nem os fundamentos socioeconômicos. Na concepção dessa terceira geração, uma História das Mentalidades trata do nível cotidiano e automático, trata do que escapa aos sujeitos individuais da história porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento. O objeto histórico fundamental – mentalidade – é o contrário da História Intelectual clássica: à idéia, construção consciente da mente, opõe-se a mentalidade coletiva que regula as representações e julgamentos dos atores sociais. A relação entre consciência e pensamento enfatiza os esquemas ou os conteúdos de pensamento que dependem dos condicionamentos inconscientes e interiorizados que fazem com que um grupo ou sociedade compartilhe um sistema de representações e um sistema de valores, sem que seja preciso explicitá-los (Ibid., p.35).

Para a terceira geração dos *Annales*, a História das Mentalidades responde melhor que a História Intelectual às novas tomadas de consciência dos historiadores franceses. São três, segundo Chartier (Ibid.): a consciência de um novo equilíbrio entre História e Ciências Sociais; a consciência de que as diferenciações sociais não podem ser pensadas em termos de fortuna ou de dignidade, mas que são produzidas ou traduzidas por variações culturais; consciência de que as metodologias clássicas não bastam. A História das Mentalidades, nesse momento, toma a dianteira do palco intelectual e desqualifica a maneira antiga de fazer a História das Idéias.

Do lado da História Intelectual, também houve reformulações que chegaram a posições contrárias às das mentalidades. Na leitura de Chartier (Ibid.),

Goldmann aparece como historiador fundamental e bem acolhido pelos *Annales*, que propõe distância das modalidades tradicionais da História das Idéias, biográfica e positivista, propondo uma articulação entre pensamento e sociedade. Seu estudo traz uma idéia oposta a da História das Mentalidades, qual seja, a de que são os “grandes” escritores e filósofos que exprimem com mais coerência a consciência do grupo social a que pertencem (*Ibid.*, p. 41). Daí a importância dada aos textos “maiores”, na expressão de Chartier, definidos por sua adequação a uma visão de mundo, e à desconfiança da abordagem quantitativa no campo da História Cultural.

Há historiadores que argumentam contra a História das Idéias por considerarem que a idéia está relacionada à intelectualidade e à abstração, além de comumente ser observada fora dos meios sociais em que se enraíza. Daí a proposta de uma História Social das Idéias, tendo por objeto seu enraizamento e circulação.

Diante das idéias, ou melhor, diante dos conceitos de que se servem os homens de uma época lhes dando um conteúdo próprio a essa época, a tarefa do historiador das idéias é, pois, 'substituir a busca de uma determinação pela de uma função', função que não pode aliás ser apreendida senão pela consideração global do sistema ideológico da época considerada (*ibid.*, p.43).

Recentemente, a crítica dirigida à História Social das Idéias não mais se refere à redução de uma idéia ou ideologia às suas condições de produção ou recepção, mas à assimilação dos conteúdos do pensamento a objetos culturais. Supõe-se que os pensamentos coletivos, as idéias, as palavras, as representações sejam objetivados, isto é, considerados como meros objetos que se deve contar a fim de restituir sua distribuição desigual. Isso significa eliminar o sujeito da análise e negar a importância da relação entre os atores sociais e os objetos culturais ou os conteúdos do pensamento.

A História Intelectual, entendida como a análise do trabalho, cada vez mais específico, feito sobre um material ideológico dado, anexa o terreno dos pensamentos populares, que parecia domínio da história quantificada.

A crítica não se limita aos métodos de análise e às definições disciplinares, mas estende-se a recortes como erudito/popular; criação/consumo, realidade/ficção que passam a ser reconhecidos como produto de divisões móveis e temporárias. O popular identifica-se com a cultura da maioria, que diz respeito a uma abordagem externa, coletiva e quantitativa; o erudito, com a intelectualidade dos pensamentos no ápice, suscetível a uma abordagem interna, individual e qualitativa. O popular é definido em função do que ele não é: a literatura erudita e letrada e o catolicismo normativo da igreja (Ibid., p.48). Outra distinção antes considerada fundamental é criação/consumo ou produção/recepção. Essa dualidade cria uma representação do consumo cultural que se opõe à da criação intelectual; colabora também com o desenvolvimento de uma estética das formas, segundo a qual elas têm um sentido intrínseco, independente de sua apropriação por um sujeito. O problema aqui é que o intérprete transforma o seu consumo em categoria universal de interpretação:

Fazer como se os textos (ou as imagens) tivessem significações dadas por si mesmos, independentemente das leituras que os constroem, leva na verdade, quer se queira ou não, a relacioná-los ao campo intelectual (e sensorial) do historiador que os analisa, portanto, a decifrá-los através de categorias de pensamento cuja historicidade não é percebida e que se dão implicitamente por permanentes (ibid., p.52).

Restituir a historicidade, na visão de Chartier, significa pensar o consumo cultural ou intelectual como uma produção não de objetos, mas de representações, que nunca são idênticas às do autor ou artista. A significação do autor não é uma verdade única e permanente, mas é uma dentre outras possíveis. A leitura de um texto não é passiva. O autor (Ibid., p. 54) esclarece, argumentando que “ler, olhar ou escutar são, de fato, atitudes intelectuais que, longe de submeter o consumidor à onipotência da mensagem ideológica e/ou estética que

supostamente o modela, autorizam na verdade reapropriação, desvio, desconfiança ou resistência”.

O consumo cultural anula o recorte entre produzir e consumir. Ler significa então construir significações que adquirem sentido através de procedimentos de interpretação. Desse conceito de leitura, Chartier (Ibid., p.55) define História Intelectual, esclarecendo que “sem reduzi-la a uma história social da difusão das idéias, a história intelectual deve então estabelecer como central a relação do texto com as leituras individuais ou coletivas que, cada vez, o constroem (isto é, decompõem-no para uma recomposição)”.

A História Intelectual critica a divisão entre realidade e representação, dicotomia que opõe a História das economias e das idéias, cujo objeto é o real e cujo material são os textos documentais; à das mentalidades ou das idéias, cujo objeto são as maneiras como o homem pensa e transpõe o real e cujo material são os textos literários.

A História Intelectual hoje entende que nem o texto literário nem o documental

pode anular-se como texto, isto é, como um sistema construído segundo categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento que remetem às suas próprias condições de produção. A relação do texto com o real constrói-se de acordo com modelos discursivos e recortes intelectuais próprios a cada situação de escritura (Ibid., 2002, p. 56).

Os materiais-documentos obedecem a procedimentos de construção que marcam tanto as obsessões e conceitos de seus produtores quanto regras de escritura específicas do gênero a que pertencem: “O real assume assim um novo sentido: o que é real, de fato, não é somente a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a visa, na historicidade de sua produção e na estratégia de sua escritura” (Ibid., p.56).

Para Chartier, o espaço cultural tem duas dimensões: uma é a da produção intelectual ou artística na especificidade da história de seu gênero ou de sua disciplina; outra é a da relação com outras produções culturais que lhes são contemporâneas e em suas relações com diferentes referentes situados em outros campos da realidade social (socioeconômica ou política). O autor identifica como objeto da História Intelectual a articulação dessas dimensões de leitura ou de decifração de um texto ou de um sistema de pensamento. Ou melhor, seu objeto é

resgatar, sob as práticas visíveis ou os discursos conscientes, a gramática 'oculta' ou 'imersa' (como escreve Veyne) que os justifica. É identificando as divisões e as relações que constituíram o objeto que quer apreender que a história (das idéias, das formações ideológicas, das práticas discursivas – pouco importa a designação) poderá pensá-lo sem reduzi-lo a apenas uma figura circunstanciada de uma categoria supostamente universal (Ibid., p. 58-59).

No campo da História Intelectual, a cultura é pensada como um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nas condutas (Ibid., 2002, p. 59).

Falcon (1992), em **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**, é esclarecedor tanto no que se refere ao conhecimento de aspectos sobre o desenvolvimento da História das Idéias quanto sobre a identificação da posição de Chartier diante das designações História das Idéias e História Intelectual e/ou Cultural.

Inicialmente, o autor explica que a junção dos termos *história* e *idéias* levamos a pensar a História a partir de duas perspectivas :

como proposição ontológica que afirma a existência real das idéias na história (no sentido de matéria do conhecimento histórico); e como proposição epistemológica que garante a validade de um certo tipo de conhecimento histórico no qual as idéias constituem seu objeto (Ibid., p. 92).

É a idéia enquanto proposição epistemológica que o autor pretende analisar.

Falcon (Ibid.) argumenta que a maior parte dos historiadores prefere a denominação História Intelectual, e seu campo abrangeria o conjunto das formas de pensamento, em lugar da tradicional História das Idéias (cujo campo originalmente seria o estudo do pensamento sistemático: as idéias expostas em tratados filosóficos). Sob o rótulo de História Intelectual, houve uma progressiva incorporação do social e do cultural. Parte-se do nível letrado ou das elites e caminha-se para o nível iletrado ou popular.

O autor explica que Chartier e Darnton partilham da tentativa de tornar a História das Idéias em uma especialização mais nova que seria a História Intelectual ou Cultural. Tal esforço tem como principal oposição a persistência de uma História das Idéias mais tradicional, sobretudo no ambiente cultural anglo-saxônico.

Segundo Falcon, há uma diferença bastante antiga no que concerne aos métodos e aos conteúdos da História das Idéias e da História Intelectual. A História das Idéias remete a textos nos quais os conceitos articulados constituem os agentes históricos primários; as relações externas são entendidas como simples condições de existência das idéias propriamente ditas – "trata-se de uma história que não constituía um campo histórico e sim o objeto de estudo de alguns campos da filosofia" (Ibid., p. 93). A História Intelectual, por sua vez, remete a textos bem mais abrangentes, porque inclui crenças não articuladas, opiniões amorfas, suposições não ditas, além das idéias formalizadas; preocupa-se também com a articulação desses temas às suas condições externas.

O autor argumenta também que os historiadores têm usado a noção de idéia *estática* que trabalha com indagações tradicionais como *natureza* e *significação*. Essa concepção vem sendo substituída por outras que lidam com o caráter *dinâmico* das idéias e, por isso, indagam-se sobre "como as idéias significam, se articulam umas com as outras, são transmitidas ou recebidas" (Ibid., p.94) no âmbito de um processo mais geral que é o da produção de sentido.

A noção tradicional de idéia é representacional: para os gregos era o “olho da mente” que apresentava os dados empíricos do mundo exterior ao *logos* ou intelecto (pensamento), única forma racional de passagem do conhecimento particular para a contemplação de conceitos universais – teoria - estes sim conhecimentos verdadeiros.

Falcon (Ibid.) argumenta que Descartes instaura o princípio da desconfiança intelectual quanto à possibilidade de conhecer um existente por dados sensíveis; postula-se, então, a existência de um outro real, além das aparências, de que aquele percebido sensorialmente seria apenas um indício ou signo. Essa segunda realidade, a verdadeira, é acessível ao olhar do intelecto (mente ou consciência) do sujeito pensante.

Nos séculos XVII e XVIII, cristaliza-se o dualismo entre corpo e espírito, tanto no raciocínio empirista e indutivo, quanto no raciocínio idealista e dedutivo; mas é sempre à mente que cabe reconhecer o caráter verdadeiro das idéias, enquanto representações reais dos fenômenos. Daí a função da epistemologia: a de ser uma teoria dos fundamentos de todo conhecimento e de todas as representações.

A certeza de que as idéias são significantes que remetem a significados relativamente fixos e precisos é tratada por Peirce, Dewey, Heidegger, Wittgenstein dentre outros, porque questionam a concepção meramente representacional das idéias.

Atualmente, as indagações dirigem-se ao texto, ao discurso ou até à mensagem, relacionadas à intertextualidade e à contextualização. Na leitura de Falcon (Ibid.), Foucault é representativo dessa tendência em que a idéia está relacionada à consciência cartesiana (e à problemática humanista do sujeito); o que importa são as formações discursivas possíveis no âmbito de cada episteme, o regime de tais práticas e a ordem do discurso que as caracteriza.

Falcon (1992) apresenta as concepções a que Chartier se filia a partir dos anos 60, quando há condições “para uma renovação da história intelectual e a conseqüente reinserção das idéias no horizonte e preocupações dos

historiadores" (Ibid, p. 113), porque o receio de ser visto como positivista ou idealista havia baixado a níveis aceitáveis academicamente.

A História das Idéias renova-se e consolida-se, em função das novas tendências da historiografia ocidental. Nos EUA e Grã-Bretanha, aparece a '*New Intellectual History*'; na França e nos EUA, a '*História Social das Idéias ou História Sociocultural*' (Ibid., p.113).

Falcon (Ibid.) propõe uma abordagem analítica e outra classificatória ou tipológica para reconstituir a história da História das Idéias. No que diz respeito à classificação, há, em primeiro lugar, uma abordagem ou tendência que trabalha com alguns pressupostos a respeito das relações entre o universo das idéias – dito intelectual – e o do mundo social – a sociedade; em segundo lugar, uma abordagem ou tendência que trabalha exclusivamente com o suporte textual – discurso ou mensagem - a partir de pressupostos lingüísticos, hermenêuticos e literários, ignorando as relações entre as idéias e a sociedade.

No primeiro tipo, o dos historiadores que relacionam idéias e sociedade, há os que trabalham com o conceito de ideologia (Althusser e Jameson, por exemplo) e os que o evitam ou o utilizam esporadicamente, preferem a noção de práticas e representações sociais ou coletivas. O conceito-chave é o de representação (Chartier) e as idéias/ideologias ingressam na ordem do simbólico (Bourdieu).

No segundo tipo, o dos historiadores que trabalham as idéias em função de seu suporte textual, e aqui Falcon se refere a Foucault (1995) que, na Introdução de **A arqueologia do saber**, argumenta haver historiadores que trabalham com longos períodos, continuidades seculares, imobilidades: a *Nouvelle histoire* econômica e social, e quantitativa; e os que trabalham com a História das Idéias, das ciências, da Filosofia, do pensamento, disciplinas cuja atenção se desloca para os fenômenos de ruptura. A resistência à História das Idéias deve-se ao fato de que ela esteve, no conjunto da historiografia ocidental, desde sempre ligada ao humanismo e a uma concepção de história como a história do homem.

Falcon (1992) apresenta uma distinção que leva em conta o objeto da análise e, a partir da qual, é possível identificar, nos anos 60/70, o aparecimento e

a consolidação de uma *New Intellectual History* que compreende três grandes grupos: (1) o grupo dos historiadores "sociointelectuais", que priorizam o popular e "identificam as idéias e atitudes como produtos de uma função social distinta". As principais referências deste grupo são Foucault, Chartier, Bourdieu, De Certeau. Trata-se de uma sociologia histórica da vida intelectual e da cultura, em geral, centrada no estudo das práticas e representações sociais; (2) o grupo dos historiadores que acoplam ou justapõem a língua a um tipo de contextualização, mas distinguem idéias e circunstâncias comportamentais como níveis autônomos da realidade histórica; (3) os historiadores "internalistas" que recusam ou ignoram a importância de referências extratextuais para o estudo das idéias, e cuja novidade é a incorporação da noção de descontinuidade (ibid., 117-118).

Percebe-se uma equivalência conceitual entre os termos História das Idéias e História Intelectual; uma caracterização da História das Idéias, que hoje não é mais vista como positivista e feita de idéias descarnadas, ou seja, estáticas, descoladas da sociedade; e que pode ser entendida como História das práticas e representações coletivas, perspectiva a que Chartier se filia, adotando como conceito fundamental o de representação.

Vale acrescentar, também, a avaliação feita por Fávero e Molina (2004, p.133), segundo a qual a História das Idéias "é parte da história cultural cujo principal objeto é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler".

Castro (1996), de modo bastante esclarecedor, identifica a História das Idéias com a História Cultural, com a História Intelectual e com a das Mentalidades. Elas possuem, segundo a autora, um caráter reflexivo, abrangente e sociológico, mas a história das idéias

sendo analítica, privilegia o particular enquanto esse particular é representativo de um modo de estar e de pensar. Sendo historiosofia, procura interpretar os acontecimentos à luz de pressupostos teóricos que os tornam compreensíveis. Sendo história, assume consciência da relatividade e da mutação derivadas do evoluir do tempo (Ibid, p.11).

Parece possível dizer que História das Idéias é análise da História, é conhecimento da História pelas Idéias, é conhecimento consciente e representado das idéias situadas no tempo. Não se trata, portanto, nem da análise de categorias estáveis, nem da análise das ações humanas desenvolvidas cronologicamente no tempo, dissociadas de suas condições de produção, como uma filosofia e uma história positivas poderiam, respectivamente, preferir.

Sob a ótica da História das Idéias, as idéias evoluem no tempo; elas têm história. Castro (Ibid.) distingue conceito e idéia por acreditar que são elementos que confirmam a historicidade da idéia,

correspondendo o conceito ao essencial e, por isso, ao imutável das representações, e a ideia ao acidental e mutável. Como tal, o conceito existe em toda sua extensão na ideia, e esta, conseqüentemente, não pode deixar de se lhe referir, embora represente como que uma actualização do mesmo, ditada por coordenadas temporais (Ibid, p.13-14).

A estratégia de distinguir conceito, ligado ao universal e imutável; de idéia, ligada ao particular e atual, serve, segundo Castro (1996) para situá-la no devir histórico. É em função da historicidade da idéia e da estabilidade do conceito que Castro relaciona a primeira ao historiador e a segunda ao filósofo.

Ainda, na perspectiva da História das Idéias, fazer História implica:

como tarefa primordial, não tanto definir os conceitos, nem conhecer a origem das ideias de forma abstracta e especulativa, mas estudar os homens concretos “portadores de idéias”, situando-os nas conjunturas culturais e civilizacionais em que se enquadra a sua estrutura de pensamento (Ibid., p.14).

O tempo, nessa linha de raciocínio, não é categoria absoluta, mas relativa,

considerando-se o passado como o tempo da actualização e o presente como o da interpretação, será da conjugação de ambos que surge o tempo da História das Ideias. Tempo feito simultaneamente de mudanças

e de permanências, não só enquanto expressão essencial do devir histórico e da condição histórica do historiador, mas também decorrente da própria noção de ideia (Ibid, p.14).

De acordo com Castro (1996), a relação entre tradição (permanência) e revolução (mudança, ruptura), elementos constitutivos do evoluir da humanidade no tempo, são fundamentais para a compreensão da realidade histórica (Ibid., p.15). Do lado da tradição, a autora situa as idéias dominantes que se aproximam dos conceitos. Elas se fixam em uma determinada conjuntura por seu valor operatório. Isso significa que

permitem a inteligibilidade do todo a partir da compreensão das particularidades que o constituem e que elas, de certo modo, definem. Têm, no entanto, um valor meramente operatório, pois embora esse todo constitua uma unidade não é unívoco (Ibid., p.15).

A História das Idéias estuda justamente o que rompe com essa univocidade: o diferente, o particular, porque os homens são portadores de idéias, mas de modo irregular, dinâmico e divergente.

Vale dizer, ainda, que para Castro (1996), as idéias “dominantes” possuem valor operatório, porque quando deixam de ser meramente especulativas, filosóficas e unificadas para se tornarem uma realidade existencial, elas caracterizam uma determinada conjuntura e permitem interpretá-la no tempo como uma realidade histórica e diferenciada. As idéias dominantes colaboram também para a escolha das fontes, porque fazem do real histórico algo inteligível, e para a identificação das singularidades quando as tomamos como referência. O mundo das idéias está, portanto, em íntima relação com o mundo dos fatos.

A argumentação feita aqui aponta para a diversidade de designações no campo da História e o desenvolvimento dessa noção no tempo. Falcon (1992) recupera o sentido da ideia na Antigüidade Clássica – representação do mundo exterior ou do pensamento; nos séculos XVII e XVIII, quando cabe à mente reconhecer a verdade da ideia enquanto representação dos fenômenos, já que os

sentidos são alvo da desconfiança intelectual; para a Pragmática, para a qual o significante/interpretante é o efeito gerado na mente do intérprete, por isso seu significado é relativamente fixo.

Em Chartier (2002), a noção de idéia tem como parâmetro a discussão trazida pelos *Annales* que, de uma maneira geral e já na sua primeira geração, se opõem à noção de idéia por associá-la a categorias estáveis, à abstração, deslocada das condições que autorizam sua produção ou dissociada dos meios sociais em que se enraíza. Abrem caminho nessa ocasião para o aparecimento de uma História das Mentalidades que pretende como objeto crenças, valores e representações próprios a uma época ou grupo.

A terceira geração dos *Annales* desenvolve a noção de mentalidade, como o que se tem de comum com outros homens de seu tempo, e opõe-se à idéia, que, localizada no interior da História Intelectual clássica, é caracterizada como construção consciente da mente, conceito insuficiente para uma História das Mentalidades que pretende dar conta do coletivo que pode regular as representações e os julgamentos dos atores sociais.

A História Intelectual que se desenvolve concomitantemente a das Mentalidades também critica a noção de idéia ao considerá-la biográfica e positivista. O objetivo é articular pensamento e sociedade, operação que a idéia, relacionada à abstração não tem condições de realizar. Mas, de acordo com Chartier (Ibid.), é a História Intelectual que, na tentativa de trabalhar com o ideológico, cria condições para o aparecimento da representação do consumo cultural que se opõe à criação intelectual meramente. O problema é que essa representação do consumo cultural ainda está relacionada ao sentido intrínseco, por isso, o intérprete entende o seu consumo como categoria universal de interpretação.

Para Chartier (Ibid.), é a restituição da historicidade que irá permitir que o consumo cultural ou intelectual seja visto como uma produção de representações, não de objetos. O consumo cultural está associado à leitura e ler significa construir significações pela interpretação.

Falcon observa que a História das Idéias tem se renovado e consolidado no interior das novas tendências de estudos em História a partir da Nova História Intelectual, da História Social das Idéias e reconhece também na História das Mentalidades um campo para o estudo da idéia.

1.2 Metalinguagem

1.2.1 História e metalinguagem

As designações formuladas pela História explicam a idéia como uma prática histórica, como uma construção de saberes que deve ser referida ao processo que a constitui. Não se trabalha mais com categorias estáveis e com uma noção de idéia enquanto abstração. A passagem da idéia para a metalinguagem está relacionada ao desenvolvimento do campo disciplinar da História das Idéias Lingüísticas. Nesse campo, a idéia é discursivizada, o saber metalingüístico é visto como um produto histórico que resulta da interação entre as tradições e o contexto. Nessa perspectiva, a constituição e formulação da idéia, mediada pelo simbólico e observada em relação às condições específicas de sua produção, configura o que conhecemos como conhecimento científico.

Auroux (1992) é fundamental para o entendimento da constituição histórica do sentido da metalinguagem, ao relacionar seu nascimento ao surgimento da escrita e não ao surgimento da lingüística no século XIX.

O autor critica o mito da cientificidade, firmado pelos comparatistas, para os quais “os estudos concernentes à linguagem só teriam adquirido o estatuto científico no início do século XIX com os trabalhos de Bopp, isto é, com a gramática histórica (...)” (Ibid. p. 7). Esse mito supõe que a ciência elabora um conhecimento desinteressado do objeto, constrói a representação dos fenômenos lingüísticos e não exerce sobre esses fenômenos nenhum tipo de ação. Essas premissas, além de terem sido compreendidas como a base para o surgimento da

metalinguagem, tornaram-se lugar-comum para os lingüistas até recentemente quando as Ciências da Linguagem passam a ser estudadas por métodos da Filosofia e da História das Ciências.

Adotando tais métodos, a tese do autor contraria a suposição dos comparatistas e supõe que o nascimento da metalinguagem não tem uma data específica situada no tempo, mas integra um processo continuado de desenvolvimento de saberes sobre a linguagem. Esse processo, que implica trocas constantes entre o saber epilingüístico e o saber metalingüístico, não é causa, mas conseqüência do nascimento da escrita. Aurox (Ibid., p. 13) define a natureza do objeto das Ciências da Linguagem a partir do raciocínio que se segue: *“seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas ; saberes se constituíram a seu respeito ; este é o nosso objeto⁴”*. Não se postula aqui um objeto de natureza estável; trata-se de um saber constituído que deve ser situado em relação a um campo de fenômenos. O saber metalingüístico é, portanto, um produto histórico que resulta da interação das tradições e do contexto.

Em consonância com o mito da cientificidade, então, é freqüente compreender a metalinguagem como uma língua artificial que serve para descrever uma língua natural, considerando que os termos usados pela artificial são os mesmos da que é objeto de estudo, adotados, no entanto, com uma só acepção (DUBOIS *et al.*, 1988). A univocidade é tarefa da ciência positiva que para satisfazer seu objetivo teleológico tende a eliminar a ambigüidade e primar pela exatidão terminológica. Metalinguagem é também associada a uma das funções da linguagem, segundo a qual a função metalingüística refere-se tanto à linguagem como instrumento científico necessário para falar da própria linguagem, como para verificar se o remetente e/ou destinatário estão usando o mesmo sistema convencional, o que focaliza o próprio código (JAKOBSON, 1970, p.127). Segundo Aurox (1998, p. 41), o principal defeito do modelo de Jakobson é "pressupor que a linguagem humana possui a estrutura de um código e que há sempre mensagens preestabelecidas a codificar de modo perfeitamente definido a

⁴ Grifo do autor.

priori”. Conta-se, portanto, com um sentido estável, já estabelecido que entra em cena quando os fatores – destinador, destinatário, contexto, código, contato e mensagem - são articulados na situação comunicativa. Refletir sobre a metalinguagem até aqui é pensar sobre o discurso de uma maneira geral (por exemplo: “o que você quer dizer com isso?”) e pensar sobre o discurso da ciência: sobre quando o discurso retifica-se, confirma-se, esclarece-se (por exemplo: “nos limites deste estudo, entende-se *signo* como...”), com o propósito de dar conta de diferentes questões, hipóteses e teorias conscientemente elaboradas pelo homem.

Auroux (Ibid.) distingue esses saberes sobre a língua, entendendo que são de duas naturezas: epilingüísticos ou metalingüísticos. Epilingüístico é o *conhecimento da língua*, trata-se de um saber inconsciente e não representado; refere-se à percepção da língua de uma maneira geral, como quando somos capazes de refutar uma frase, uma concordância de gênero ou de número, em função de uma certa consciência lingüística, mas sem sermos capazes de dizer o porquê de uma determinada escolha ou de elaborar uma explicação para seu uso. Metalingüístico é o *saber sobre a língua*, como quando explicamos que, em língua portuguesa, o artigo deve concordar em gênero e em número com o substantivo, adjetivo ou pronome a que se refere. Para haver metalinguagem, é preciso que a linguagem seja colocada na posição de objeto, ou melhor, “só há ciência da linguagem quando há um saber metalingüístico, quando se dispõe de uma linguagem (metalinguagem) para representar uma outra linguagem (linguagem-objeto)” (Ibid., p. 77). Trata-se de um saber consciente e representado. Isso significa que o surgimento da metalinguagem não coincide com a reflexão acerca da linguagem de uma maneira geral; significa também que tal reflexão ocorre independentemente da consciência que o homem possa ter acerca disso. O autor entende que o nascimento das Ciências da Linguagem é a passagem de um conhecimento epilingüístico a um saber metalingüístico.

Além da distinção feita sobre os saberes acerca da língua, em Auroux (1992, 1998), o desenvolvimento da questão da metalinguagem se diferencia também por voltar-se para a historicidade do saber metalingüístico. Metalinguagem, nessa concepção, não se relaciona, portanto, a univocidade da

ciência positiva. Em **A revolução tecnológica da gramatização** (1992), o autor responde às seguintes questões: em que tempo e em que circunstâncias nasceram as disciplinas consagradas à linguagem? Qual é seu impacto sobre o desenvolvimento cultural humano? Quais são seus grandes movimentos? A metalinguagem é uma condição para a existência das Ciências da Linguagem mas, pelas questões elaboradas, vê-se que a idéia é compreender o processo histórico que constitui o espaço em que a disciplina se configura.

Os questionamentos propostos por Auroux (Ibid.) são respondidos a partir de duas teses, quais sejam, a de que o nascimento das Ciências da Linguagem não é causa, mas conseqüência do nascimento da escrita: o saber metalingüístico nasce depois de a escrita ser uma técnica bem dominada, argumento já apresentado no início desta exposição; a de que a gramatização, modalidade de metalinguagem, entendida como o processo de produção de gramáticas e de dicionários, não somente de vernáculos europeus, mas de todas as línguas do mundo, iniciados a partir do renascimento, mudou a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta (Ibid, p. 8-9). Tenta-se compreender, portanto, o funcionamento histórico desse tipo de metalinguagem: a gramatização.

Auroux (Ibid, p. 11) explica que, a partir do século XIX, os trabalhos consagrados à história das Ciências da Linguagem são de 3 categorias: os que visam a constituir uma base documental para a pesquisa empírica ; os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam; os que têm um papel fundador, voltam-se para o passado para legitimar uma prática contemporânea. Esse conhecimento histórico é natural, já que

todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber (Ibid., p. 11).

O ato de saber é temporal e possui uma espessura temporal, um horizonte de retrospectiva e de projeção. Sem memória e sem projeto não há saber, ensina Auroux (Ibid.).

Logo, o objeto de estudo da metalinguagem são os saberes que se constituíram sobre a linguagem humana tal como ela se realizou na diversidade das línguas. Por isso os princípios da definição puramente fenomenológica do objeto e o da neutralidade epistemológica não são bem-vindos. O princípio do historicismo sim é aceito e é adotado de forma moderada em função do realismo metodológico que concede consistência ao saber e independência aos fenômenos. Tal princípio permite a Auroux (1998) dizer que as sociedades são primeiramente grafematizadas, depois gramatizadas. Por grafematização entende-se “o processo através do qual os seres humanos utilizaram progressivamente elementos do meio externo para significar e comunicar” (Ibid., p. 73). A escrita constitui-se em uma modalidade sofisticada de grafematização, porque ela integra “a linguagem humana ao universo de signos gráficos, abrindo a este último possibilidades quase ilimitadas: uma sociedade não é verdadeiramente grafematizada se não possui escrita” (Ibid., p.73). Segue-se à grafematização a escrita; com a escrita, temos a gramatização.

Segundo Auroux (1992), o processo de gramatização tem dois momentos fundamentais. O primeiro, chamado 1ª Revolução Tecnológica da Gramatização, começa com o advento da escrita no terceiro milênio antes de nossa era, período chamado tardo-antigo, e dura até o final da Idade Média. A 2ª Revolução Tecnológica da Gramatização começa no século V da nossa era – Renascimento - e vai até o fim do século XIX. Nesses treze séculos de nossa era, vimos se desenvolver um processo de gramatização massiva a partir da tradição lingüística inicial: a greco-romana. Essa revolução cria uma rede de comunicação homogênea centrada inicialmente na Europa. Ocorre nesse período a mutação das ciências da natureza cujas conseqüências práticas - a industrialização - são mais tardias. São essas ciências as que chegarão primeiro à síntese teórica e modificarão a concepção tradicional de ciência - aristotélica - em favor do modelo de cientificidade - o físico-matemático. As ciências modernas da natureza não

seriam possíveis nem em suas origens, nem em suas conseqüências sociais sem a 2ª revolução técnico-lingüística.

A gramatização, que supõe a alfabetização – transcrição de uma língua em caracteres latinos - é um processo que leva a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são a base de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário.

Auroux (Ibid.) conceitua instrumento lingüístico como intervenção tecnológica. A gramática não é apenas uma descrição da linguagem natural; é também um instrumento lingüístico, porque prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor; o dicionário também executa esse papel: qualquer que seja a competência do falante, não há como dominar a grande quantidade de palavras dos dicionários monolíngües produzidos a partir do final do Renascimento. Vale distinguir que o dicionário é diferente da enciclopédia. O dicionário lingüístico é um dicionário de palavras, trata-se de linguagem sobre linguagem; a enciclopédia, um dicionário de coisas, trata-se de linguagem sobre referentes do mundo.

A gramatização começa como aparecimento do primeiro saber metalingüístico de uma língua dada, como quando se começa a citar palavras ou expressões em um texto de uma outra língua, depois vem a gramática e o dicionário. A língua pode ser considerada gramatizada quando podemos falá-la, lê-la ou aprendê-la com a ajuda apenas dos instrumentos lingüísticos disponíveis (AUROUX, 1992)

A idéia de instrumento lingüístico como intervenção tecnológica que prolonga a fala natural e que dá acesso a regras e a formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor, por sua especificidade, pode não ser apropriada para nomear a produção intelectual que serve de corpus nesta pesquisa, ainda que se possa pensar a escrita teórica como uma intervenção tecnológica, já que escrita. Mas Auroux é bem específico ao tratar da gramatização como um processo que leva a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias: a gramática e o dicionário. Entretanto, o

corpus em observação pode ser considerado metalinguagem: a AD configura-se como conjunto de saberes sobre a língua; saberes que se constituem como uma realidade histórica: voltam-se para o passado: estruturalismo, materialismo histórico e psicanálise, para legitimar uma prática contemporânea: modo como a AD é feita hoje na universidade brasileira. Daí seu papel fundador.

As tecnologias da escrita, e aqui estão incluídos os instrumentos lingüísticos, possuem um suporte gráfico, assim chamado “não somente porque utiliza a bidimensionalidade do espaço plano, mas ainda porque é o primeiro suporte que permitiu à fala humana subsistir sem a presença de som emissor” (Ibid, p. 64). Se há suporte gráfico é porque há transposição escrita, representação de uma linguagem natural em um suporte transposto, o que não só representa a possibilidade de descartar o corpo na transposição da linguagem com o propósito de comunicar à distância, mas também a possibilidade de substituir o suporte áudio-oral em proveito de outro, sem alterar, no entanto, a identidade de linguagem (AUROUX, 1998). A escrita de uma maneira geral e a escrita teórica de modo específico, e aqui entra o fazer disciplinar, apontam para determinadas possibilidades intelectuais da humanidade e para determinadas relações de poder.

Compreender a metalinguagem e as tecnologias que surgem concomitantemente com seu desenvolvimento é relevante para o conhecimento do fazer disciplinar, porque esse fazer supõe não só a existência de uma ciência, que elabora um discurso composto por saberes conscientes e representados acerca de um objeto, mas a produção de suportes que funcionem como instrumentos para sua transmissão.

Seguindo a orientação de Castro (1996), parte desse saber é composto por conceitos, elaboração estável de um conhecimento, que aponta para a existência da ciência positiva. É essa modalidade de ciência que inicialmente serve-se da metalinguagem, daí o ideal de equivalência entre o nome e o referente. Auroux (1992), no entanto, complementa o conceito de metalinguagem ao defini-la como um fazer situado no tempo. Essa perspectiva desestabiliza a noção de

metalinguagem como um discurso positivo sobre a ciência. Na tentativa de dar conta dessa historicidade, o autor elabora, como vimos argumentando, o conceito de instrumento que, no âmbito da língua, reduz-se a dois: a gramática e o dicionário. Noção mais geral, passível de abarcar outras escrituras acerca da língua, o autor elabora mais recentemente. Trata-se da noção de externalidades cognitivas (AUROUX, 2008), considerada metalinguagem que leva a ultrapassar as capacidades individuais por meio de instrumentos técnicos e significantes, tais como, os livros, as bibliotecas, as máquinas de calcular, dentre outros. Essa noção, além de agregar o dicionário e a gramática, inclui a reflexão teórica que se concretiza em instrumentos tecnológicos.

O funcionamento das externalidades está relacionado às ações de representar, conhecer e saber. Para Auroux (Ibid.), a propriedade de representar é geral, própria dos seres vivos do tipo animal e significa ser automaticamente relacionado/relacionável a objetos e a sujeitos do mundo exterior; significa ser afetado, quer dizer, sentir estados internos em função das relações estabelecidas com o ambiente. As representações humanas têm sido objeto da Filosofia tradicional, das Ciências Cognitivas, das Ciências da Informação e da Comunicação, da Filosofia das Ciências ou da História das Mentalidades.

Auroux (Ibid.) avalia que na atualidade as modalidades de representação externas são mais importantes que a noção de representar em linhas gerais. O estudo das externalidades é constituído pela análise da natureza e das funções dos meios externos de representação (línguas e linguagens, sistemas gráficos e, de modo geral, todos os sistemas simbólicos). A representação humana é caracterizada pela importância das externalidades cognitivas (os livros, as bibliotecas, as máquinas de calcular, etc.) que levam a ultrapassar as capacidades individuais por meio desses instrumentos técnicos e significantes. São objetos históricos e fundamentais para a caracterização da construção do conhecimento do indivíduo a qual passa pela atividade cognitiva individual somada à construção progressiva de objetos externos:

A relação do ser humano com seu ambiente (sobrevivência, produção de bens, organização) passa então, necessariamente, pela colocação em funcionamento de elementos cuja construção e conservação dependem das externalidades e/ou são externalidades; tanto quanto estes elementos referem-se à representação, trata-se do que se chama *conhecimento* ou *saber*⁵ (Ibid., p.125-126).

Para discernir conhecimento e saber, Auroux explica que o saber pode ser tácito e, nesse sentido, não ser representado. Pode estar implicado nas nossas práticas, mas deve ser transmissível. Assim, as técnicas podem ser a realização dessa habilidade/competência não representada, transmitida por aprendizagem e imitação.

O conhecimento, por sua vez, diferencia-se do saber por ser uma representação e como tal reflexiva⁶. Auroux explica:

Dentre as nossas representações, algumas podem ser reconhecidas por diferentes culturas e/ou diferentes épocas por uma espécie de afinidade "semântica". Sabe-se reconhecer a descrição de um eclipse do sol, mesmo nos maias, naquilo que para nós aparece num contexto "religioso". Independentemente do ambiente cultural onde pode aparecer, sabe-se a raiz quadrada de dois (Ibid., p.126).

Essas representações, tanto as mais difusas que remetem a interpretações culturais, quanto as mais estáveis como o exemplo da matemática, são idéias que possuem um valor intelectual e moral em nossa relação de mundo. São representações ou conhecimentos, mas não necessariamente científicos.

A representação, como se vem descrevendo, supõe objetos. Auroux (Ibid.) argumenta que pertence ao domínio de objetos históricos um conjunto qualquer de entidades suscetíveis de serem a base empírica do trabalho do historiador. As externalidades cognitivas pertencem a esse domínio. O objeto histórico deve possuir algumas propriedades particulares, caso contrário, estaria sujeito a constantes alterações de ordem histórica. O autor entende que a característica

⁵ Grifo da edição consultada.

⁶ Representação reflexiva, nessa perspectiva, significa que pode ter sua significação reconstruída; significa também que pode ser inconsciente (Auroux, 2007, p.126).

principal do domínio do objeto histórico é a emergência de novas entidades e a irreversibilidade das seqüências emergentes, o que significa que estes objetos devem ter uma relação intrínseca com o tempo.

Portanto, o historiador não pode apenas situar os objetos temporalmente numa cronologia, ainda que esta seja condição mínima da História. A tarefa do historiador é datar o acontecimento – conhecimento que aparece no tempo - e construir uma permanência ou identidade para ele. Para Auroux, não haveria História se essa identidade já estivesse posta ou se o historiador se contentasse com a postura teleológica que explica o passado pelo futuro:

Se eu descubro (ou seja, se construo uma representação *ad hoc*) sobre o conhecimento X de Y, produzido em t, e digo que ele possui uma “semelhança impressionante” com o conhecimento A de B, produzido em t+n, não explico nada se digo que Y é o “precursor” de B; faço apenas repetir de uma outra maneira que há uma “semelhança impressionante” entre X e A. O trabalho do historiador é explicar porque X é construído como é e ver se há (ou não) uma linha causal entre Y e B (Ibid., p.137-138).

Auroux critica a mera disposição temporal dos objetos no tempo e a identificação da figura do *precursor* que supõe a elaboração de um quadro explicado pela teleologia, e propõe a explicação causal, que constrói a permanência e a identidade do acontecimento do passado para o futuro.

1.2.2 Epistemologia e metalinguagem

A metalinguagem como procedimento da História das Idéias aponta para a discursivização da idéia, com isso a História deixa de ser pensada como uma organização dos fatos no tempo e a idéia não é mais concebida como uma abstração isolada dos meios sociais que a constituem. Pretende-se relacioná-la com o domínio do saber do qual se quer fazer História e com as instituições em que esse saber se constitui (GUIMARÃES, 2004), entendendo-a como uma prática

observável e uma representação consciente e representada enquanto metalinguagem, no sentido proposto por Aurox (1992).

A metalinguagem enquanto representação de um domínio do saber pode ser relacionada à epistemologia e ao pensamento elaborado sobre a ciência de uma maneira geral. Pode-se dizer também que a reflexão sobre a ciência nas suas relações com a exterioridade, e a partir disso, com a História, tem no ponto de vista da Sociologia de Weber uma primeira alternativa de resposta. Daí uma leitura de **Ciência e Política: duas vocações**, de 1919, onde já se pensa sobre determinados aspectos que relacionam a ciência e a sociedade.

Segundo Weber (2005), a função da ciência é a satisfação de propósitos práticos, e seu funcionamento pode ser compreendido, basicamente, a partir de hipóteses. A primeira supõe ser o progresso científico um fragmento do processo de intelectualização; a segunda, que a ciência leva à verdade.

No que diz respeito à primeira hipótese, o autor explica que a essência da significação da intelectualização é recorrer à técnica e à previsão em vez de apelar a métodos mágicos para resolução de problemas. No entanto, progredir implica ultrapassar a prática e a técnica. O progresso seria então um movimento infinito e permanente, por isso, para o homem civilizado morrer não faz sentido; assim como o progresso, a vida não devia ter fim. Se morrer, que é uma condição da existência, não faz sentido, viver também não faz.

O autor avalia o impacto da ciência sobre seus contemporâneos, observando a preferência não exatamente pela experiência religiosa, mas pela experiência da vida em geral e, por isso, pelo domínio do irracional, “único domínio que o intelectualismo não havia tocado” (Ibid., p.42). Na prática, isso é resultado do que o autor chama de moderno romantismo intelectualista do irracional. Para ele, só um otimismo ingênuo, professado por crianças grandes que encontramos entre os especialistas, pode conduzir à idéia de que a ciência pode levar à felicidade ou a Deus.

Se progredir é ultrapassar a técnica e a previsão para a resolução de problemas, podemos supor que o conhecimento leva à verdade. Esse seria o

significado da ciência no contexto da vida humana. A alegoria da caverna, por exemplo, ilustra a idéia de que é pela ciência que se chega à verdade: “O sol representa a verdade da ciência cujo objetivo é o de conhecer não apenas as aparências e as sombras, mas principalmente o ser verdadeiro” (Ibid. p. 39). O mundo ideal é o das formas, o das idéias, de que o mundo físico é uma representação imperfeita. O mundo físico, no entanto, é o que acessamos pelo embate direto com a realidade. O autor avalia os efeitos dessa concepção. Para ele, as construções intelectuais da ciência passaram a ser consideradas abstrações irreais do mundo; e explica que “atualmente, acredita-se que a realidade verdadeira palpita justamente nessa vida que, aos olhos de Platão, não passava de um jogo de sombras projetadas contra a parede da caverna” (Ibid., p.40).

O autor analisa as razões da descrença na ciência, a partir de dois elementos fundamentais, o conceito e a experimentação racional. O primeiro devemos aos gregos que descobriram o sentido de conceito, primeiro grande instrumento do trabalho científico. A experimentação racional, segundo instrumento do trabalho científico, devemos ao Renascimento. Ela “tornou-se um meio seguro de controlar a experiência, sem o qual a ciência moderna não teria sido possível” (Ibid., p.40). A experimentação começa no campo da arte que devia ser elevada à ciência. Depois, atua na formação das ciências exatas que, sob influência do protestantismo e do puritanismo, pretendia encontrar o caminho que leva a Deus. O exame da natureza, por intermédio das ciências exatas, permitiria apreender fisicamente as suas obras.

Então, a experimentação poderia conduzir à verdadeira arte, à verdadeira natureza, ao ser verdadeiro, ao verdadeiro Deus, à verdadeira felicidade. Weber (Ibid.), no entanto, recusa as proposições totalizantes e a convicção acerca de verdades exclusivas: “libertando-nos do intelectualismo da ciência é que poderemos apreender nossa própria natureza e, nesse sentido, a natureza em geral” (Ibid., p. 41).

Se a ciência não leva à Verdade ou a Deus, já que o pressuposto do encontro com Deus suporia o abandono do racionalismo e isso excluiria a ciência do campo da religião, qual seria o sentido da ciência então? A ciência, para o sociólogo, não tem sentido, já que ela não pode nos responder sobre o sentido do mundo ou da existência. “Tão-somente permanece a questão de saber em que sentido a ciência não nos proporciona resposta alguma e de saber se a ciência poderia ser de alguma utilidade para quem elabore corretamente a indagação” (Ibid., p.43).

Nota-se em Weber a recusa a uma concepção idealista de ciência, já que ela não tem condições de responder sobre o sentido da existência humana; o autor procura avaliar também o impacto da ciência na sociedade, criticando o intelectualismo e postulando uma ciência ocupada com a satisfação de propósitos práticos.

Apesar de avaliar os efeitos negativos que as construções intelectuais exercem sobre a sociedade, Weber (Ibid.) entende a necessidade de a ciência elaborar pressupostos. Todo o trabalho científico pressupõe a validade das regras da lógica e da metodologia; a ciência pressupõe também que “o resultado a que o trabalho científico leva é importante em si mesmo, quer dizer, merece ser conhecido” (Ibid., p.43). Esses são pressupostos gerais, há os específicos a cada campo do conhecimento.

Apesar da frustração provocada pela consciência de que a ciência não leva à Verdade, à Luz, a Deus, o sociólogo acredita que a ciência oferece uma contribuição positiva para a vida prática e social. Primeiro, porque

a ciência põe naturalmente à nossa disposição determinado número de conhecimentos que nos permitem dominar tecnicamente a vida através da previsão, tanto naquilo que diz respeito à esfera das coisas exteriores quanto ao campo da atividade dos homens (Ibid., p.52).

Segundo, porque a ciência nos fornece métodos de pensamento, ou seja, os instrumentos e uma disciplina. Terceiro, porque a ciência contribui para a

clareza: diante de um problema de valor, é possível adotar, na prática, esta ou aquela posição; este ou aquele método.

O que distingue então o técnico do cientista? Já que tanto o técnico quanto o cientista partem de pressupostos e adotam métodos para a solução dos problemas, o autor argumenta que a diferença diz respeito ao fato de que o técnico tem um objetivo (resultado) estabelecido; o cientista, não. A serviço da clareza, o cientista pode e deve se posicionar:

Uma tomada de posição pode derivar de uma visão única do mundo ou de várias diferentes entre si. Nesse contexto o cientista pode esclarecer que determinada posição deriva de uma e não de outra concepção. Relembramos a metáfora de que há pouco nos utilizamos. A ciência mostrará que, adotando tal posição, certa pessoa estará a serviço de tal deus e ofendendo tal outro e que, se se desejar manter fiel a si mesma, chegará indubitavelmente a determinadas conseqüências íntimas, últimas e significativas. Ao menos em princípio é isso que a ciência pode nos proporcionar (Ibid., p. 53).

Em Weber, à recusa a uma concepção idealista de ciência, soma-se uma reflexão sobre as conseqüências da atividade do cientista, diferente da do técnico. O técnico trabalha com propósitos práticos; o cientista não conhece os resultados a que chegará. Trabalha com paradoxos. O funcionamento da ciência supõe a seleção de pressupostos e de métodos. É formal, mas a ação do cientista é social e as conseqüências decorrentes dessas ações individuais têm implicações com a sociedade.

O campo da sociologia, que tem em Weber um de seus predecessores, inclui o social às concepções formais da ciência; em contrapartida, sobre a História das Idéias Lingüísticas, e a formulação da noção de metalinguagem, é possível dizer que a inclusão que se pretende é a da sociedade e a do tempo. A metalinguagem enquanto representação consciente e representada de um domínio do saber pode ser relacionada à epistemologia, que tem sido definida como teoria da ciência. É possível também identificar as ações de representar, conhecer e saber à epistemologia, porque designam diferentes possibilidades de

conhecimento do mundo. Supõem também diferentes graus de simbolização de que a metalinguagem, dissociada de sua historicidade e produzida então no interior de uma concepção formal de ciência, é uma especialização, já que não tem como objeto as coisas, mas a própria representação delas. É essa concepção de ciência que Auroux (2008) revisa, inicialmente, para desenvolver a noção de epistemologia.

Segundo ele, mesmo na Filosofia tradicional, a partir de Platão, o conhecimento (ou o saber) é formado por um conjunto de opiniões verdadeiras de um certo tipo. A noção de opinião hoje se identifica ao que chamamos de "modalidade epistêmica". A opinião pode estar baseada em uma crença ou em um saber. Assim, se consideramos uma opinião **p**, dela podemos depreender duas proposições:

- i) eu creio que **p**
- ii) eu sei que **p**

Auroux (Ibid.) entende que a partir de Wittgenstein, admitimos a transparência da modalidade (ii). Isso significa que o valor da verdade de (ii) é atualmente identificado ao valor da verdade de **p**. Significa também que o que entendemos como verdade está relacionado ao saber. Esta definição, que capta um certo número de propriedades, é o que entendemos por "conhecimento" (e então por "conhecimento científico"); apesar de o conhecimento suscitar novos paradoxos .

Admitir como verdadeira a definição "sei que **p**" = "**p**" significa trabalhar com a idéia de objetividade da ciência que exclui a subjetividade e/ou a instância da enunciação. A proposição é considerada verdadeira independentemente de ambas. Além da objetividade, pode-se atribuir ao conhecimento três outras características:

(...) primeiro, ele é **o mesmo para todos (universalidade)**; segundo, possui **um modo de existência "real"**, o sentido jurídico do termo (é um bem), e de forma geral, no sentido em que é, por natureza,

transmissível, possível de ser ensinado; e por último, é “**intangível**” (aquilo que é verdadeiro, é sempre verdadeiro) (Ibid., p.127)⁷.

O conhecimento objetivo é considerado universal, é considerado um bem e é considerado intangível, no sentido de ser uma verdade irretocável, irrefutável, definitiva. Essas propriedades são por si mesmas paradoxais, apesar da suposição de que sejam transparentes.

Auroux (Ibid.) pondera que as características associadas ao conhecimento são todas falíveis. A objetividade, por exemplo, supõe transparência, quer dizer, equivalência entre a representação e seu referente. Isso significa que se “eu creio que ‘**p** é verdade’, penso igualmente que “ eu sei que **p**”; mas se **p** for falso, eu não sei nada. A objetividade pode falhar e, se isso ocorrer, falham tanto a intangibilidade quanto a suposta existência real, já que o referente com quem a representação se relaciona não existe. Se a representação não tem objeto, não há conhecimento a ser transmitido. A universalidade, por fim, que exclui a subjetividade, torna-se meramente evocativa, no dizer do autor, já que mesmo que se possa alegar que uma verdade exista independentemente de ser reconhecida como tal, é necessário que o sujeito a reconheça para que ela adquira esse estatuto. Se não houver esse reconhecimento, não há universalidade.

Para Auroux (2008), os aspectos formais e a noção de sistema conferem à ciência uma coerência aparente, no entanto, porque a natureza paradoxal da ciência persiste, o sistema científico se organiza em torno de comunidades do conhecimento, que funcionam por inclusão, o reconhecimento dos pares; e por exclusão, validando, legitimando e justificando sua existência diante da sociedade que acredita tacitamente na universalidade de seus resultados.

A existência de comunidades do conhecimento são índices não só de que a ciência não se constrói a partir de proposições verdadeiras, mas também indiciam a exclusão, a demarcação de fronteiras dos saberes e entre os pares que integram essas comunidades.

⁷ Grifos do autor.

Auroux (Ibid.) explica que, apesar de a ciência ser reconhecida como universal, a forte codificação e dificuldade de aprendizagem impede o acesso a seus resultados. Seu funcionamento é garantido em função de um reconhecimento tácito de um conjunto da população que acredita que seus resultados e suas escolhas justificam sua existência, como se ela mobilizasse valores acessíveis a todos (Ibid., p.152).

Nesta parte, realizamos um percurso que teve como objetivo refletir sobre a noção de idéia no léxico da história e sobre a passagem da noção de idéia do campo da história para o campo das idéias lingüísticas. Nessa perspectiva, a historicidade, compreendida como o modo como a história se inscreve no discurso pela linguagem, estará relacionada à metalinguagem. Essa noção recusa uma epistemologia da ciência que a considere como um conjunto de proposições verdadeiras, transparentes e objetivas que evoluem em consonância com a idéia de progresso; e compreende o desenvolvimento da ciência relacionado à exterioridade, daí não só a preocupação com a temporalidade, mas com o institucional e o tecnológico.

PARTE 2

A CONSTITUIÇÃO DISCIPLINAR

2.1 A invenção e a transmissão

Produzir um conhecimento sobre o disciplinar da Análise de Discurso pela escrita teórica de Eni P. Orlandi filia-se a uma intenção mais abrangente de constituir elementos para uma metalinguagem sobre as Ciências da Linguagem no Brasil, pensamento situado na História das Idéias Lingüísticas.

Auroux (1992; 1998; 2008) vem sendo a base para a compreensão da idéia no território das Ciências da Linguagem, permitindo a formulação da noção da metalinguagem historicamente situada, com as implicações tecnológicas e institucionais que isso representa.

Para a entrada na reflexão sobre o disciplinar, reportamo-nos a Chiss e Puech (1999) que vêm desenvolvendo essa noção não como um estado de fato, mas como um processo constante de começo e recomeço que se faz pela metamorfose do discurso de fundação e pelo movimento de ruptura e continuidade, responsáveis pela consistência disciplinar.

A noção do disciplinar relaciona-se à interface entre o que os autores chamam de mundo da invenção, onde se situa a novidade teórica; e o mundo da

transmissão, onde se situam as mediações, representações elaboradas para transmissão. É necessário avaliar as mediações em relação ao processo mesmo de sua produção, entendendo também que, como mediação, são consideradas publicações específicas, tais como, as sínteses, as introduções e os manuais, por exemplo, mas também situações caracterizadas pelos autores como fortemente normatizadas, tais como, os congressos, colóquios, os relatos de pesquisa e os bancos de dados. Convém também considerar que o ponto de vista disciplinar supõe um funcionamento dessas representações do saber em sua dimensão temporal, quer dizer, é em um horizonte de retrospecto, sincronia e projeção que a constituição do conhecimento sobre a língua e as modalidades de sua formulação e transmissão devem ser observadas:

Il faut ainsi entendre ce concept "impur" comme l'interface problématique entre la constitution des connaissances sur le langage et les langues et les modalités de leur circulation et appropriation. La recherche, à l'origine du présent travail, inscrite résolument dans le cadre de l'histoire et de l'épistémologie des sciences du langage, explore les métamorphoses des discours de fondation et la dialectique de ruptures/continuités sans laquelle aucune consistance disciplinaire n'est concevable.⁸ (Ibid., p. 9).

Os autores alegam não ser fácil delimitar o modo de tratamento da noção de disciplina porque ela se constitui na interface entre História das Idéias, a história intelectual da disciplina científica; e Sociologia das Instituições Científicas, a história da disciplina escolar. A identidade de uma disciplina passa, portanto, por uma caracterização, baseada principalmente na leitura dos textos fundadores, responsáveis pela invenção do conhecimento; e por uma reflexão sobre seu ensino e didatização, baseada nos textos de síntese, as introduções e iniciações.

⁸ É necessário então entender esse conceito "impuro" [referindo-se ao disciplinar], como a interface problemática entre a constituição do conhecimento sobre a linguagem e a língua e as modalidades de sua circulação e apropriação. A pesquisa, na origem desse trabalho, inscrita resolutamente no quadro da história e da epistemologia das Ciências da Linguagem, explora a metamorfose do discurso de fundação e da dialética da ruptura/continuidade sem a qual não se constitui a consistência disciplinar (Ibid., p. 9).

Chiss e Puech (1999) entendem que o disciplinar, além de ser considerado “impuro”, carrega consigo uma indeterminação relativa que se refere ao fato de remeter a uma divisão escolar, por vezes falível, dos conhecimentos submetidos a imperativos práticos e inferiores. As noções de ciência e de saber, ao contrário, são objeto de tematizações explícitas multisseculares. Pertencem ao mundo da invenção dos conhecimentos que concentra todo o prestígio do saber sobre os saberes. Outro argumento a corroborar a idéia da indeterminação relativa associada ao disciplinar refere-se ao fato de que a relação entre o conhecimento científico e a dimensão institucional e tecnológica da gramatização das línguas, tradição a que o ponto de vista disciplinar se filia, vem sendo colocada em evidência há pouco, diferentemente da reflexão acerca das relações entre a gramática e a instituição escolar.

Se o argumento da indeterminação relativa pode ser visto como um problema, podemos, em contrapartida, pensar que o conhecimento científico não é completamente determinado. O conhecimento, segundo Auroux (2007), é formado por um conjunto de opiniões verdadeiras de um certo tipo e relacionado ao que convencionamos chamar “modalidade epistêmica”, formulada a partir do sentido do verbo *saber*. O autor questiona essa certeza que promove um efeito de transparência ao demonstrar que as propriedades do conhecimento, relacionadas à ilusão referencial, segundo a qual a proposição *Eu sei que p* seria = a *p*, são todas falíveis. Nessa linha de raciocínio, Auroux (Ibid.) também chama atenção para a coerência relativa da ciência, funcionamento que tende a apagar a existência de novos paradoxos.

Segundo Chiss e Puech (1999), o ponto de vista disciplinar resulta do abandono fundamental aos saberes totalizantes. Essa renúncia implica a estratificação do objeto e uma articulação com o que ele deixa para os outros campos do saber:

Dans cette mesure, il oblige celui qui l'adopte à un effort de représentation, où l'unité de la matière représentée transcende, dans

certaines limites, l'énoncé des conditions de possibilité de connaissance de l'objet à connaître.⁹ (Ibid., p. 15).

Por isso, adotar um ponto de vista disciplinar pode implicar um deslocamento das questões próprias do objeto da ciência em favor de desenvolvimentos que permitem compreender as estratificações e delimitações desse discurso com relação a outros discursos que o precederam ou que lhe sejam concomitantes. Esse movimento que está na base da representação do disciplinar, no entanto, não é visto por Chiss e Puech (Ibid.) como um momento secundário no processo de constituição dos conhecimentos mas como associado a sua constituição e formulação teórica.

En effet, proclamer des filiations ou des affiliations, c'est organiser un champ de savoir homogène par un certain agencement de la mémoire. Définir un objet propre dans ce champ homogène, c'est indexer, identifier, décrire les principaux domaines de la discipline où l'objet trouve sa place légitime. Fixer des tâches programmatiques, c'est compléter, par la dimension projective, la cohérence rétrospective et synchronique de la discipline. Le point de vue disciplinaire, par quelque côté qu'on l'envisage, nous confronte donc à la dimension temporelle (rétrospection, délimitation synchronique, projection) d'une représentation du savoir¹⁰ (Ibid, p. 16).

O disciplinar se constitui em torno da construção homogênea de um objeto observado em sua dimensão temporal tal como propõe Auroux (1992). De acordo com Chiss e Puech (1999), o fazer disciplinar produz uma representação dotada de propriedades especiais, mas o modo como o transmissível é formulado tem a ver com os procedimentos de ensino do fundador. A didatização meramente relacionada à noção de transposição didática não é suficiente para dar conta

⁹ Nessa medida, ele [o fazer disciplinar] obriga aquele que o adota a um esforço de representação em que a unidade da matéria representada transcende, em certos limites, o enunciado das condições de possibilidade de conhecimento do objeto (Ibid., p.15).

¹⁰ De fato proclamar filiações ou afiliações é organizar um campo de saber homogêneo através de um certo agenciamento de memória. Definir um objeto próprio nesse campo homogêneo é indexar, identificar, descrever os principais domínios da disciplina, em que o objeto encontra seu lugar legítimo. Fixar tarefas programáticas é completar, pela dimensão projetiva, a coerência retrospectiva e sincrônica da disciplina. O ponto de vista disciplinar, de qualquer lado que o vejamos, nos confronta então à dimensão temporal (retrospecção, delimitação sincrônica, projeção) de uma representação do saber (Ibid., p.16).

desse fazer que envolve as relações do especialista com seus pares e com os pares de outras disciplinas e com os modos de representação das instituições científicas, o que o leva a contextualizar seu trabalho, situando a abordagem do objeto e os procedimentos de análise adotados.

Chiss e Puech (Ibid.) entendem ser possível reconhecer um discurso disciplinar na esteira do discurso sobre o objeto e o método, desde que se considere que as condições específicas da enunciação ordenam mesmo os saberes científicos aparentemente mais desencarnados. Propõem também a estratificação do discurso disciplinar como um lugar onde as imagens da disciplina se combinam, se sobrepõem, criam eco, em função de procedimentos variados, desde a invenção até sua socialização mais ampla.

Os autores não pretendem fazer uma tipologia do discurso disciplinar, mas partem do pressuposto de que as condições de produção apresentam uma regularidade:

Si une typologie exhaustive nous semble hors d'atteinte, les conditions de production d'un discours disciplinaire semblent présenter toutefois une constante: pour que les savoirs prennent une forme disciplinaire explicite, il faut que le spécialiste opère ce décentrement par lequel son adhésion aux normes, repères, valeurs disciplinaires cesse d'aller de soi pour s'objectiver et se communiquer.¹¹ (Ibid., p.18).

O discurso do objeto e do método pode girar em torno de si no sentido de elaborar articulações as mais complexas e imprevistas de seu objeto, o disciplinar, no entanto precisa se objetivar e comunicar. Mas o disciplinar também não se limita a um exercício de didatização dos saberes. Sem negar a especificidade dos procedimentos de didatização, Chiss e Puech (Ibid.) entendem que a concepção moderna da divisão científica se expressa de maneira privilegiada em uma ampla gama de documentos em que a comunidade científica é estrangida a organizar

¹¹ Se uma tipologia exaustiva nos parece difícil de alcançar, as condições de produção de um discurso disciplinar parece apresentar, no entanto, uma constante: para que os saberes peguem uma forma disciplinar explícita, é necessário que o especialista opere um descentramento pelo qual sua adesão às normas, referências, valores disciplinares cessam de ir para si para se objetivar e comunicar (Ibid., p.18).

sua auto-representação. Daí a necessidade de se pensar também nas situações fortemente normatizadas do colóquio, do congresso, dos relatos de pesquisa, do banco de dados que fornecem parte dos arquivos da consciência de si da disciplina. Os autores avaliam que essa literatura difusa pode ser responsável por uma espécie de epistemologia espontânea da disciplina que se soma a publicações específicas – manuais, introduções, iniciações - cuja formulação tem como objetivo fazer a disciplina circular. Resta dizer, ainda, que o ponto de vista disciplinar entende que as diferentes mediações – representações elaboradas para transmissão – devem ser vistas em relação ao processo em que são elaboradas as condições de transmissão.

Scherer (2008) também tem colaborado para a formulação da idéia acerca do disciplinar, argumentando sobre a necessidade de se pensar sobre o entendimento do que seja uma disciplina propriamente dita; sobre a constituição de um saber relativo a ela; e sobre a produção de instrumentos que falam dela como disciplina universitária. Para isso, verifica aspectos relacionados à constituição disciplinar e à produção de um saber sobre a Análise de Discurso no Brasil.

Em *Dos domínios e das fronteiras: o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar*, Scherer utiliza a metáfora do lugar em um intervalo para representar seu modo de estar na AD e, ao mesmo tempo, fora dela. Tal metáfora é importante porque ilustra a constituição disciplinar que, segundo a autora, deve ser pensada a partir de três princípios: lugar como estrutura simbólica, não física; lugar como domínios e fronteiras, marcado por “uma regularidade de uma certa ordem, operadora de um certo número fixo de formulações, repetições e, por conseguinte, em uma certa regularização” (Ibid., p. 132), o que o faria “fundante de domínio e de fronteira entre o histórico e o simbólico pela língua, na disciplinarização. Teríamos então um certo lugar de domínio de memória na constituição da AD, no Brasil” (Ibid., p. 132). O lugar, na visão da autora, não tem domínios e fronteiras bem delimitados. Trata-se de um jogo de força que conjuga a regularidade, a diferença e a filiação em um certo domínio. A produção, formulação e circulação

do conhecimento do conhecimento não é pacífica. Segundo Scherer (Ibid., p. 133):

Para mim, então, produzir conhecimento é um trabalho permanente de demarcação de lugar, de lugares, trabalho que envolve um policiamento incessante de fronteiras e uma vigilância epistemológica ímpar de domínios, a fim de que possamos manter as rédeas de nossa sujeição nos possíveis deslizamentos de sentido na constituição dos campos do saber em que estamos postos.

Scherer (Ibid.) caracteriza o disciplinar como marcado por uma certa ordem, operadora de uma certa regularização, um espaço de estabilidade em um certo domínio. A autora também inscreve o disciplinar entre a constituição do saber e a produção de instrumentos que falam da disciplina como escolar/universitária, o que a aproxima de Chiss e Puech (1999) que inscrevem o disciplinar na invenção e na transmissão. Essa relação entre o estado atual da disciplina com o passado, o que está posto, e com o futuro, o devir, leva-nos a situar o estudo entre memória e futuro, entre retrospecto e projeção:

Le point de vue disciplinaire (ou disciplinarité) peut être sommairement caractérisé de quadruple manière: par rapport à l'avant, c'est-à-dire l'horizon de rétrospection où s'inscrit la "nouveau" théorique; par rapport à l'après, c'est-à-dire l'horizon de projection vers lequel tend l'objet conceptuel; par rapport à l'actuel, à la synchronie où se joue la relation aux autres discours de connaissance et aux contextes en général de l'activité théorique, la disciplinarité supposant l'interdisciplinarité, c'est-à-dire les dispositions, différences et accointances dans le jeu des disciplines; par rapport enfin à ces trois dimensions que réunissent les exigences de la transmissibilité parmi lesquelles figure (à côté de la vulgarisation dite scientifique) la didactisation à multiples étages dont le premier nous semble déjà implique à l'intérieur même de la constitution disciplinaire¹² (Ibid., p.10).

¹² O ponto de vista disciplinar (disciplinaridade) pode ser caracterizado de quatro maneiras: em relação ao antes, quer dizer, o horizonte de retrospecto onde se inscreve a novidade teórica; em relação ao depois, quer dizer, o horizonte de projeção para o qual tende o objeto conceitual; com relação ao atual, a sincronia, onde se joga a relação com outros discursos do conhecimento e com outros contextos em geral da atividade teórica, a disciplinaridade supõe a interdisciplinaridade, quer dizer, as disposições, diferenças e aproximações no jogo das disciplinas; e enfim, com relação a essas três dimensões que reúnem as exigências de transmissibilidade entre as quais figura, (ao lado da vulgarização dita científica) a didactização de múltiplos estágios cujas primeiras semelhanças implicam o interior mesmo da constituição disciplinar (Ibid., p.10).

Chiss e Puech propõem que esse ponto de vista pode ser caracterizado em relação a um horizonte de retrospectão, onde se inscreve a novidade teórica; em relação a um horizonte de projeção para o qual tende o objeto; em relação ao atual, em que se estabelecem as relações de diferença e de semelhança com outros discursos do conhecimento e outros contextos da atividade teórica. São referidas a essas dimensões que as possibilidades da transmissão se estabelecem, supondo a mediação, e, com isso, a constituição do disciplinar, de determinados estágios do conhecimento.

Até o momento vimos descrevendo as noções de disciplina como um processo em que se inscrevem a invenção e a transmissão. A circulação do transmissível prevê a produção de tecnologias – externalidades cognitivas – que Chiss e Puech (1999) chamam de mediações. Tais mediações formam em parte o que os autores chamam de arquivo da disciplina.

Aproveitamos então a menção ao arquivo para entender melhor essa noção com o propósito de refletir sobre o modo como o corpus foi configurado neste estudo e o modo como pretendemos observá-lo. O ponto de vista disciplinar supõe a observação do objeto no tempo, não de modo linear, mas em função de sua historicidade; supõe então o exame do objeto em relação a um horizonte de retrospectão e a um horizonte de projeção, o que nos livra de certezas como as da gênese e das totalizações, e dos riscos da continuidade (Cf. Chiss e Puech, 1997).

No campo das Ciências da Linguagem, locução que tende a substituir o termo “lingüística” (Chiss; Puech, 1999, p. 9), é possível partir da reflexão em torno do “arquivo”, como noção mais abrangente, de onde o corpus pode ser delimitado. Pêcheux (1997) em *Ler o arquivo hoje*, de 1982, situa a noção de “banco de dados” como aquela que originalmente está na base dos estudos em lingüística; mas, ao examinar o desenvolvimento dessa questão, que diz respeito à análise de discursos e de textos, elege o *arquivo*, “entendido no sentido amplo de 'campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’” (Ibid., p. 57), como noção capaz de evocar o abismo existente entre duas culturas que a

tradição escolar-universitária nomeia como literária e científica. Conforme Pêcheux, a distinção literário/científico aponta para a divisão social do trabalho de leitura. Nessa perspectiva, somente a alguns “privilegiados” concerne o direito à leitura original, à interpretação; aos demais cabe a tarefa subalterna de reproduzir, pelos gestos anônimos do tratamento literal, as interpretações tomadas como exemplares.

Pêcheux considera importante reconstruir a história dos gestos de leitura na construção do arquivo; trata-se de recuperar tanto o gesto de passagem de uma leitura literal para uma leitura interpretativa quanto a leitura que impõe ao sujeito-leitor seu apagamento em favor do sentido determinado por instituições como a igreja, o rei, o estado ou a empresa (Ibid.).

Para servir essa leitura institucional temos métodos de tratamento em massa do arquivo textual que pretendem contemplar “a questão da objetividade dos procedimentos e dos resultados” (1997, p. 58). Em função desses métodos a referência à ciência, em geral, cria, aos poucos, um efeito de evidência.

A dualidade literário/científico se reproduz no discurso da filosofia e da literatura, por um lado; e, por outro, pelo discurso da informática ou da ciência, cujos propósitos utilitários justificam a negação da materialidade da língua, em favor da hipótese da transparência; e a defesa da univocidade que confirma a suposta equivalência entre o signo e seu referente.

Diante dessa prática, Pêcheux (Ibid.) defende também a idéia de que a materialidade da língua na discursividade do arquivo deve ser consagrada para que se desenvolvam

práticas diversificadas de trabalho sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do lingüista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho da informática – e, logo, também nele – os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo (Ibid., p. 63).

Orlandi tem realizado esse gesto pensado por Pêcheux, gesto de leitura/interpretação, no caso, dos textos fundadores da AD na França. Essa prática que envolve não só a filiação empírica, mas a demarcação do disciplinar e a refundação conceitual tem dado condições à autora de postular uma AD Brasileira.

Refletir sobre a materialidade da língua significa então pensá-la enquanto objeto atravessado pelo histórico e pelo político. Significa também refutar a dualidade literário/científico, já que o conhecimento pertencente à tradição escolar-universitária, seja ele produzido pela ciência e pela informática, seja pela literatura e pela filosofia são de um tipo que Auroux (1992) chamaria de “consciente e representado” e, por isso, nenhum deles é “puro”, nem objetivo, ou no dizer de Pêcheux, dissociado das condições mesmas de sua produção.

Na tentativa de aproximar o conhecimento que Chiss e Puech (1997) vêm formulando mais recentemente sobre a invenção teórica realizada pelos textos fundadores e sobre a concepção de ciência apresentada pelos autores em relação ao pensamento formulado por Pêcheux (1997), podemos argumentar que coincidem no que se refere à idéia de que a ciência produz uma ilusão de evidência, decorrente da suposta objetividade dos procedimentos e dos resultados do fazer científico.

Sobre a suposta objetividade do objeto da ciência e da ilusão referencial, Chiss e Puech (1999) avaliam:

Notre examen des textes dits “fondateurs” du structuralisme linguistique nous a convaincus que l’invention théorique ne se donnait que rarement à lire dans son splendide isolement, que les modes d’exposition ne cessaient de varier, le discours sur l’objet par exemple n’étant jamais pur de références historiennes et le discours sur l’histoire constituant parfois une des manières de construire l’objet¹³ (1999, p.10).

¹³ Nosso exame dos textos ditos “fundadores” do estruturalismo lingüístico nos convenceu de que a invenção teórica não se dá a ler, a não ser raramente, em seu esplêndido isolamento, que os modos de exposição não param de variar, o discurso sobre o objeto, por exemplo, não é jamais isento de referências históricas e o discurso sobre a história constitui por vezes uma das maneiras de construir o objeto (1999, p.10).

Mesmo que a objetividade possa parecer um ideal a ser atingido em termos de representação para alguns autores do estruturalismo lingüístico, a argumentação indicia a historicidade dos documentos, o que aponta para uma concepção histórica do discurso. Vale dizer que mesmo que o documento conseguisse omitir qualquer tipo de referência, essa ausência teria sentido, se não outro, o de apresentar a estrutura em detrimento da historicidade.

Por isso, a constituição da disciplina supõe a produção de uma “literatura intermediária”, argumentações representadas pelas sínteses, introduções, iniciações, textos que conduzem à idéia de que o debate principal continua a trabalhar a lógica de apresentação relacionada de alguma maneira à lógica da descoberta (CHISS; PUECH, 1999). É este *continuum* do disciplinar que se situa entre caracterização e disciplinarização que justifica a delimitação do corpus por nós adotado.

Para estudar a constituição disciplinar da Análise de Discurso no Brasil, selecionamos, do campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre a AD, o livro de estréia de Orlandi **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**, de 1983, e pretendemos, a partir dele estabelecer relações com **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**, de 1996; e **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**, de 1999, para identificar a paráfrase e a polissemia como questões que tiveram um desenvolvimento próprio, por entendermos que elas se inscrevem na invenção e na constituição do saber e na transmissão que implica a produção de instrumentos para a circulação desse saber.

Para justificar esse procedimento reportamo-nos a Guimarães (2004), que entende que a produção da História das Idéias deve acompanhar a formação de práticas de conhecimentos, de conceitos e de noções. Guimarães (Ibid.) esclarece a respeito das análises que a História das Idéias Lingüísticas tem realizado:

Consideramos, nesta linha de análise, que a história das idéias envolve de um lado três tipos de elementos: as instituições, os acontecimentos nas instituições que organizam as práticas de produção de

conhecimento, as obras que formulam este conhecimento, ou dito de outro modo, que resultam do conhecimento produzido. Cada um destes elementos pode ser objeto de análises específicas. Pode-se dedicar a uma história das instituições, de uma história dos acontecimentos na sua relação com a organização do trabalho científico, ou de uma análise específica das obras que resultam da atividade de produção do conhecimento (Ibid., p.11).

A terceira possibilidade de análise, situada no âmbito da História das Idéias Lingüísticas, apontada por Guimarães (Ibid.) é a que dá conta deste estudo. Temos então como objeto obras específicas que formulam determinadas noções decorrentes de práticas de produção de conhecimento.

Guimarães (2004), ao descrever a metodologia adotada em **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**, oferece-nos elementos que podem balizar este estudo e colaborar para sua consistência. As considerações sobre os procedimentos metodológicos giram em torno do fazer da história, da crítica a uma metodologia de orientação positivista e da análise interna das obras.

No que se refere à História, Guimarães (Ibid.) ensina que fazer História é compreender o sentido dos acontecimentos humanos. A História se constitui a partir do relato dos fatos acontecidos com determinados personagens e da compreensão desses fatos tomados como acontecimentos. Daí retoma a noção de acontecimento como o que produz, numa ordem específica, uma temporalidade própria. O acontecimento “constitui um presente, um passado, um futuro. Ou seja, o acontecimento não se dá no tempo, ele constitui uma temporalidade pela qual ele significa” (Ibid., p.12). Tendo em vista essa noção de acontecimento, fazer história é constituir uma temporalidade e desautomatizar a cronologia linear das narrativas:

No caso de nosso interesse nesta obra, é preciso especificar um pouco o que seria deste ponto de vista uma história das idéias. Trata-se, para mim, de poder acompanhar como certos conceitos, certas noções, certas categorias se constituíram e como ao permanecerem mudaram, ou ganharam contornos específicos. Ou seja, em que momento encontramos acontecimentos pelos quais um conceito se constitui, permanece ou se torna outro (Ibid., 13).

Nosso interesse neste estudo é semelhante ao apontado pelo autor, qual seja, acompanhar a constituição, a permanência ou o movimento de determinadas noções em **A linguagem e seu funcionamento**, estabelecendo relações desta com **Interpretação e AD: princípios e procedimentos**.

No que se refere à orientação do trabalho, o autor alerta para o que chama de desvio positivista, que pode ser representado por um método modular que tende a estabelecer relações simétricas, ou no dizer de Guimarães, tende a considerar os aspectos do objeto contíguos ou correlacionáveis. O cuidado aqui deve ser o de não sucumbir à ilusão de totalidade ou de direção específica para os aspectos considerados.

A recusa ao método modular está articulada a aspectos da posição teórica em que o autor se coloca, relacionados aos elementos – as obras, as instituições, os acontecimentos nas instituições - que se pretende analisar. Guimarães (Ibid. p. 14) explica que:

A consideração destes três aspectos deve ser feita dentro de um quadro teórico que leve em conta a relação entre as condições históricas e as práticas sociais específicas da sociedade (no caso as do domínio do saber). As condições históricas não são as instituições mas têm com estas uma relação muito particular. Por outro lado, as práticas sociais se dão nas instituições específicas mas são materialmente determinadas pelas condições históricas.

No que se refere ao domínio do saber, Guimarães (Ibid.) chama atenção para o fato de que o saber tem uma continuidade específica em cada domínio, o que opera em nós um certo agenciamento de memória em relação a qual a análise se desenvolverá. No que se refere às instituições, o autor explica pelo exemplo – o da universidade no Brasil, no século XIX, ter criado um lugar de perfil técnico, para a formação de médicos, engenheiros e advogados, não um lugar de produção de saber teórico naquele momento - o modo como a especificidade das condições em que o objeto se produz são significativas para análise. E, no que diz respeito às relações entre o saber e as instituições, explica que:

Uma dificuldade comum na compreensão da relação entre saber e instituições passa pelo esquecimento de que a relação das instituições com a produção do conhecimento está materialmente determinada por condições históricas particulares. O conhecimento é produzido por práticas específicas de profissionais específicos (Ibid., p.15).

Guimarães chama atenção aqui para o fato de que o sujeito do conhecimento é determinado pelas condições históricas das instituições e que a diferença desse sujeito, em termos de formação e de procedimentos de análise, deve ser a de levar em consideração tanto quanto possível esse funcionamento institucional na análise do objeto sob pena de, se não o fizer, reduzir a História da ciência a um percurso correspondente ao do indivíduo, condição a que o sujeito é submetido pelo Estado e que supõe a linguagem como instrumento transparente do pensamento, suposição que a perspectiva da História das Idéias rejeita.

Considerar as relações das instituições com a produção do conhecimento e levar em conta que esta está materialmente determinada por condições históricas particulares nos leva a uma postura crítica diante de um método modular:

O uso de um procedimento modular para relacionar a análise de uma produção específica, as instituições e os acontecimentos pertinentes nestas instituições, reduz a história da ciência só ao percurso correspondente ao da individuação que toma a pessoa (o indivíduo bio-psico-social) fora da história. E isto é tanto mais grave se o que nos interessa é a História das Idéias e não a história de uma disciplina científica específica (Ibid., p.15).

O uso de um procedimento modular se alinha a um funcionamento da História e das instituições que produz um efeito de apagamento do sujeito em sua forma histórica em favor do indivíduo determinado pelo Estado e pelas instituições.

No ponto de vista disciplinar, no que diz respeito à didatização do transmissível, Chiss e Puech (1999) criticam a chamada transposição didática, considerada como modular. De acordo com os autores, a transposição didática tende a conceber a formulação do transmissível como indissociável de uma distinção entre saberes científicos e saberes ensinados/ensináveis que, por se

localizarem em uma situação particular de comunicação, obriga a uma seleção em torno da contextualização/recontextualização. Dessa forma, “risque de reconduire, au sein même du dispositif didactique, une opposition très scolastique entre le savoir ‘inventé’ et les conditions de sa transmission”¹⁴. Pode-se dizer que a passagem de um suporte a outro, desconsideradas as condições de produção do transmissível e dos instrumentos decorrentes dessa prática, podem levar a conseqüências semelhantes a da modularização da análise, a saber, uma estratificação do objeto que exclui os paradoxos do conhecimento, que postula uma concepção de coerência da ciência, e que tende a elaborar instrumentos cuja existência formal exclui a historicidade de seu campo de visão.

Vale retomar ainda as observações sobre o método em História das Idéias, segundo Guimarães (2004), depois desse retorno ao disciplinar, pois a explicação sobre a análise de obras específicas respalda o procedimento adotado neste estudo que, se falha por não se referir diretamente às instituições, a elas se remete pelo fato de a análise das obras estar relacionada aos acontecimentos institucionais e suas condições históricas:

Se se toma como centro de atenção as obras dos autores relevantes para cada tipo de questão, a análise destas obras se faz considerando que elas são afetadas por uma exterioridade que as constitui. A própria análise do pensamento dos autores, enquanto análise de seu discurso, traz para a cena um conhecimento sobre as instituições, pelo simples fato de que a análise das obras trará para a cena sua relação com acontecimentos institucionais e suas condições históricas. Ou seja, a compreensão de uma produção histórica das idéias de uma obra produz também elementos para uma história das instituições como parte dela. A análise dos trabalhos pertinentes específicos é feita considerando que: eles são produções de sujeitos constituídos ideologicamente em condições históricas específicas, a produção de conhecimento é uma prática histórica, materialmente determinada. Os sujeitos para produzirem conhecimento, se acham individualizados pelas instituições a que estão vinculados (Ibid., p.16).

Parte-se da concepção de que a obra é afetada pela exterioridade, por isso compreender o desenvolvimento de determinadas noções na perspectiva da

¹⁴ (...) “arriscam-se a remeter, no seio do dispositivo didático, a uma oposição muito escolástica entre saber inventado e as condições de transmissão” (Ibid., p. 17-18).

História das Idéias Lingüísticas significa examiná-las como uma produção histórica que ocorre no interior das instituições; nesse percurso estão em jogo questões relativas ao sujeito do conhecimento, ao domínio do saber, às instituições e às suas condições históricas.

Auroux (1992), ao esclarecer sobre a gramatização das línguas e sobre os aspectos tecnológicos e institucionais desse acontecimento, aproxima as Ciências da Linguagem das demais ciências, mostrando que o conhecimento da língua cria tecnologias que são tão importantes quanto achados da Matemática que servem de base para as engenharias, ou achados da Biologia que podem fundamentar tecnologias desenvolvidas pelos estudos atuais de Genética. O conhecimento de uma maneira geral não pode prescindir das tecnologias da escrita, mas essa necessidade é reiterada se pensamos no conhecimento científico, cujo funcionamento institucional não seria possível sem essa intervenção tecnológica.

A noção de representação como mediação, formulada para a circulação do conhecimento, tal como Chiss e Puech (1999) propõem, remete-nos aos instrumentos descritos por Auroux (1992; 2007), mais especificamente à noção de externalidades cognitivas caracterizadas como intervenções técnicas e significantes, fundamentais para a construção do conhecimento que supõe não só a atividade cognitiva, mas também a construção progressiva de objetos externos, que ultrapassam as capacidades individuais.

Chiss e Puech (Ibid.), ao estudarem a constituição disciplinar da Lingüística, concluem que as mediações apresentam três modalidades de representação da unidade e da fundação disciplinar: a filiação empírica, onde se reivindica a continuidade de uma tradição, de uma escola, de uma corrente instalada; a demarcação disciplinar, a divisão no tempo ou sincrônica que situa a disciplina com relação às outras; a refundação conceitual onde a figura do antecessor é relacionada a do fundador que legitima uma refundação por reapropriação/reação.

A análise das noções selecionadas para o presente estudo tem em vista o exame dessas modalidades: filiação, divisão e refundação, modalidades de

representação da unidade disciplinar que podem permitir a produção de aspectos da AD no Brasil.

2.2 A metalinguagem sobre a Análise de Discurso

Neste estudo, vimos relacionando epistemologia, metalinguagem, constituição disciplinar e sua transmissão. Argumentamos também que se relacionam à constituição disciplinar o mundo da invenção, elaborado pelos textos ditos fundadores; e o mundo da transmissão, operados pelos textos de divulgação do transmissível, como são as introduções e as iniciações.

Afirmamos ainda que a epistemologia pode ser entendida como teoria da ciência e, como tal, relaciona-se à metalinguagem, por ser uma representação sobre o conhecimento elaborado pela ciência. O conceito de metalinguagem, se visto sob a perspectiva do estruturalismo lingüístico, terá um funcionamento consonante com a ciência positiva que acredita na objetividade de seus métodos e de seus procedimentos; no entanto, refletir sobre essa noção à luz da História das Idéias Lingüísticas (Auroux, 1992) significa pensá-la em sua historicidade, ou melhor, parafraseando Pêcheux que em Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas identifica como objetivo realizar aproximações entre aspectos da história epistemológica da lingüística e traços do processo histórico no qual essa história se inscreve (Pêcheux, 1998, p. 8), diríamos que queremos realizar aproximações da história epistemológica da Análise de Discurso e traços do processo histórico de sua disciplinarização no Brasil. Para isso, contamos com o que Auroux (2007) caracteriza como externalidades cognitivas, metalinguagem que leva a ultrapassar as capacidades individuais por meio de instrumentos técnicos e significantes, neste caso, trata-se da reflexão teórica que se concretiza em instrumentos tecnológicos específicos, o livro, sob a forma de coletânea ou de obra individual, e as revistas que circulam no meio acadêmico, ambos fornecem elementos para a elaboração de aspectos da invenção e da transmissão da Análise de Discurso no Brasil.

As fronteiras que separam a constituição disciplinar e a produção de um saber sobre a Análise de Discurso no Brasil são tratadas por Scherer (2008) a partir da ordem interna e externa do percurso. A constituição do lugar da AD no Brasil apresenta duas ordens de percurso que levam em conta sua “diversidade” epistemológica: história interna que questiona o caráter monolítico da leitura e supõe o desafio de construir interpretações; história externa, interpretações que decorrem dessa construção, por isso carregam consigo a diferença. Segundo Scherer (Ibid., p.137),

a ordem que considero *interna*¹⁵ seria aquela fundada por Michel Pêcheux, na França, e traduzida por Eni Orlandi, no Brasil – e quando proponho o verbo *traduzir*, penso em seu sentido primeiro. Foi com Orlandi que conhecemos Pêcheux, foi através dela que o lemos. Foi ela quem formou um número imenso de analistas de discurso. Foi ela quem lutou e ainda luta para se fazer ouvir e se fazer devir. É ela quem tem e trouxe a força fundadora da AD de linha francesa para fundar a Análise de Discurso Brasileira. (...) A ordem *externa* acontece em um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos, no sentido pecheutiano do termo (Pêcheux, 1999). São esses contra-discursos, essas réplicas e polêmicas, a partir da tradução de Pêcheux no Brasil, na construção de instrumentos lingüísticos, que vão constituindo a segunda ordem. Aí temos também produção, formação de pesquisadores e traduções de textos outros que ajudaram a constituir a AD de linha francesa e que vão ajudar a construir e a constituir a segunda ordem de percurso no Brasil e ao mesmo tempo criar um novo lugar de uma outra ordem, com outras filiações.

A autora considera a ordem interna como a constituída pela AD fundada por Pêcheux na França e traduzida por Orlandi no Brasil; a externa, por seus desdobramentos, réplicas e contra-discursos, feitos a partir da tradução de Pêcheux no Brasil. Relacionando com os processos de produção do discurso, segundo Orlandi (2005), podemos dizer que a ordem interna refere-se ao momento de constituição e de formulação do discurso; a ordem externa, ao da circulação que se dá em certa conjuntura e sob certas condições.

Scherer (2008, p. 137-138) argumenta que a ordem externa depende da interna para se constituir, se disciplinarizar e se institucionalizar; isso significa que

¹⁵ Grifos da autora.

“esses dois percursos não são fechados neles mesmos: um recobre o outro e assim sucessivamente”.

Nesta parte, queremos compor aspectos da ordem interna, pela revisão de algumas publicações de Pêcheux, que situam seu pensamento em termos de epistemologia das ciências, a Língua e a Análise de Discurso, porque fundamentam a AD e têm colaborado com sua configuração disciplinar; e da ordem externa, pela leitura de textos que demarcam os domínios e as fronteiras da AD no Brasil em relação a sua filiação, às outras disciplinas e à refundação conceitual.

2.2.1 Epistemologia e Análise de Discurso

Desde o começo de sua produção teórica, que Malidier (2003) situa em 1966, com a publicação do artigo *Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais, especialmente da psicologia social*, Pêcheux reflete sobre o terreno da epistemologia e colabora para a compreensão do funcionamento das ciências humanas e sociais, na medida em que as observa em relação aos efeitos complexos do processo histórico e político que constitui o espaço em que a disciplina se produz.

Sobre *Análise automática do discurso (AAD-69)*, publicação que segue o artigo citado, de 1966, além de *Notas para uma teoria geral das ideologias* (1968), e *As ciências humanas e o momento atual* (1969), Malidier (2003, p. 20) considera que

centralmente, ele contesta que possam se batizar de ciências as disciplinas que, sob o acobertamento do sujeito psicológico, ignoram, ou não querem saber, de sua relação com a política, que ainda por cima se paramentam com os atributos da cientificidade emprestando seus métodos da estatística e da lingüística.

Essa posição é reiterada em *A semântica e o corte saussureano: língua, linguagem e discurso*, escrito em colaboração com C. Haroche e P. Henry, no nº 24, de *Langages*, de 1971. Nesse artigo, Pêcheux analisa o campo da lingüística em torno de Saussure e contra a semântica formal. A idéia de que o sentido ultrapassa o âmbito da semântica já está presente desde AAD69, argumenta Malidier. E acrescenta: Pêcheux (1971) entendia que a semântica não era apenas um nível de descrição lingüística, homólogo aos demais, o fonológico, o morfológico e o sintático, porque o laço que une o sentido do texto às condições sócio-históricas de sua produção não é secundário; essas condições são constitutivas do sentido. Essa concepção de sentido sustenta a crítica da analogia entre fala e sujeito individual, que pode ser erroneamente depreendida do **Curso de Lingüística Geral**, e também delimita a *língua* enquanto sistema como objeto da lingüística, não das Ciências da Linguagem. Segundo Malidier,

O materialismo histórico é a posição explícita de onde se realiza a intervenção epistemológica contra uma dupla ameaça, a do empirismo, 'a problemática subjetivista centrada no indivíduo' e a do formalismo que confunde 'a língua como objeto com o campo da linguagem' (2003, p.32).

A reflexão sobre a lingüística e seu objeto, a língua, é também desenvolvida em *Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas*, publicado originalmente em 1982. No Brasil, o artigo é publicado posteriormente em **Línguas e instrumentos lingüísticos** (1998).

O objetivo de Pêcheux (1998) é realizar aproximações entre aspectos da história epistemológica da lingüística e traços do processo histórico no qual esta história se inscreve, para explicar as transformações da disciplina em termos de afinidades epistemológicas e em termos de alianças teóricas que a lingüística tenha estabelecido até então.

Pêcheux (Ibid.) observa que Saussure, que se posiciona contrariamente às tendências de seus contemporâneos, porque rompe com os estudos sobre a origem da linguagem e suas determinações biológicas, lógicas, sócio-históricas ou

filosóficas e adota como objetivo pensar sobre o próprio da língua. Entretanto, entende que “o que mostra o estado atual da lingüística é que o ponto inaugural permanece evanescente, e que a ruptura por ele suposta nunca é efetuada (...)” (Ibid., p. 9); além disso, a seu ver, os lingüistas debandam para a sociologia, a lógica, a estética, a pragmática ou a psicologia.

Pêcheux (Ibid.) também enumera momentos de diáspora e de reunificação com a lingüística saussureana. Na década de 20, começam os Círculos Lingüísticos: Moscou, Praga, Viena e Copenhague. Eles produzem “uma espécie de difração epistemológica que distribui, de um lugar ao outro, diferentes interpretações sociologistas, logicistas ou psicologistas das intuições saussureanas” (Ibid., p.10). Há um deslocamento para outras áreas das Ciências Humanas, mas o estudo do próprio da língua de que Saussure se ocupou é deixado de lado.

De acordo com Pêcheux (1998), nos anos 50, a lingüística saussureana recupera-se no funcionalismo de Martinet, nas teorias behavioristas da comunicação, no estruturalismo distribucional de Bloomfield até Harris. O estudo dos fundamentos teóricos no plano fonológico e morfológico são retomados no nível sintático. Nessa década, quando há uma retomada do desenvolvimento industrial depois da Segunda Guerra Mundial, a teoria dominante é o funcionalismo que precisa elaborar e difundir instrumentos tecnológicos; um dos campos onde ela se desenvolve é o das comunicações; a teoria da informação é exemplo de sistematização, prevendo as variáveis responsáveis pela transmissão da informação ou por sua interrupção. Além do funcionalismo, Pêcheux cita outras áreas que tiveram afinidade com a lingüística: a psicologia behaviorista, a cibernética, a matemática, a tradução automática e as primeiras tentativas de simulação de inteligência artificial. Essas aproximações interdisciplinares têm a ver com o desejo de sistematizar e instrumentalizar o comportamento humano. Pêcheux avalia que

a idéia de uma regulação psico-bio-cibernética dos comportamentos humanos, individuais e sociais, através da ergonomia, da medicina e -

sobretudo – da educação aparece como a última repercussão do esquema funcional da comunicação lingüística, projetada em um meio científico em função das afinidades eletivas que acabam de ser lembradas (Ibid., p.16)¹⁶.

A unificação acadêmica da lingüística saussureana se esvai nos anos 60 principalmente em função de dois fatores: o desenvolvimento de uma hegemonia teórica, de caráter institucional, da Gramática Gerativo-Transformacional nos Estados Unidos e na Europa; e “o aparecimento na França de uma nova corrente filosófica, epistemológica e politicamente bastante heterogênea, mas que constituiu seu espaço pela referência a três nomes fundadores e à (re-)leitura de suas obras: Marx, Freud e ... Saussure” (1998, p.11): o materialismo estrutural.

É dessa época a designação estruturalismo para uma corrente que tem a lingüística como ciência-piloto, a (re)leitura de Saussure como uma de suas principais atribuições, e Jakobson e Benveniste como principais representantes no campo da linguagem. Também nesse campo, destacam-se Barthes e Kristeva na semiologia; Culioli na observação das pesquisas lingüísticas e Milner que se dedica a discernir a *lalangue* da construção racional da gramática de uma língua. Da filosofia destacam-se os trabalhos de Lévi-Strauss, Lacan, Althusser, Foucault e Derrida. Pêcheux destaca, ainda, uma disciplina transversal em formação: a análise do discurso de tipo francês que tem em Dubois seu representante inicial.

Durante toda a década de 60, a Gramática Gerativo-Transformacional se desenvolve nos Estados Unidos e na Europa. Na França, o estruturalismo decreta o fim da hegemonia filosófica da fenomenologia e do existencialismo, redistribui as relações entre as ciências e as letras, questionando a articulação dual do biológico com o social, devolvendo-lhes a dimensão simbólica. O estruturalismo propõe o desafio intelectual de articular Psicanálise, Marxismo e Lingüística ou Ciência Formal do Significante. A consequência dessa revolução cultural é:

restituir algo do trabalho específico da letra, do símbolo, do traço, era começar a abrir uma brecha no bloco compacto das pedagogias, das

¹⁶ Grifos da edição.

tecnologias (industriais e bio-médicas), dos humanismos moralizantes ou religiosos: era questionar esse bloco, esta articulação dual do biológico com o social, em que o símbolo é excluído, e o sujeito psicológico, surdo ao significante que funda tal articulação (como a glândula pineal cartesiana concede ao homem a substância pensante e a substância extensa) (Ibid., p.17).

Esperava-se do estruturalismo uma intervenção ideológica capaz de afetar o campo sócio-político, mas o fim do lacanismo, a crise do marxismo e o surgimento da nova filosofia são, no caso francês, as razões do fracasso da revolução cultural dos anos 60. Paradoxalmente, nos anos 80, afirma Pêcheux, os trabalhos dos representantes do estruturalismo passavam a ser recebidos na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos e na América Latina, quando já havia se configurado, na França, um ressentimento com relação às teorias, “das quais se suspeita de que tenham pretendido falar em nome das massas, produzindo uma longa série de gestos simbólicos ineficazes e performativos políticos infelizes” (Ibid., p.18).

Marca-se, nessa década, o esvaziamento do materialismo estrutural à francesa e da Gramática chomskiana. Pêcheux observa que há um consenso anti-saussureano e anti-chomskiano, que vai condenar todo formalismo, daí o deslocamento da Sintaxe para a Semântica e a Lógica primeiramente e para a pragmática a seguir.

Com o esgotamento do estruturalismo e de seu esforço conceitual em torno do simbólico, há uma inclinação à retomada de pesquisas de orientação positivista que analisam aspectos bio-psico-sociais do homem. Essa retomada é conseqüência de um discurso popular da urgência, responsável pelo renascimento de pedagogias e de tecnologias eficazes, que tem na linguagem um de seus instrumentos lógicos; nessa linha há também as pesquisas em inteligência artificial e tratamento da informação. A feição “psico-lógica” indica um novo sistema de alianças,

no qual uma certa concepção de lingüística é convidada a tomar seu lugar, com a única condição de aceitar tratar o simbólico como um sinal e

a linguagem como um instrumento lógico. Ou seja, no fundo, com a condição de a lingüística reconhecer a Psicologia como a nova ciência-piloto do setor, epistemológica e politicamente acima de qualquer suspeita (Ibid., p.20).

Nessa perspectiva, a pesquisa lingüística tende a recalcar o simbólico e a restabelecer um sujeito lógico, dono de si mesmo e consciente de suas vontades e intenções.

Das tendências biológicas e psicológicas em oposição à social, Pêcheux elabora dois roteiros para a continuidade da lingüística. No primeiro, há uma dissociação entre uma Lingüística do Cérebro e uma Lingüística Social; no segundo, há uma interação. No roteiro da dissociação, a Lingüística do Cérebro associa-se à biologia, encaminhando a pesquisa para a psicologia experimental, inteligência artificial e ciências do tratamento da informação que poderão colocar essa Lingüística do cérebro no setor das Ciências da Vida e a Lingüística Social numa posição marginal. Em contrapartida, o roteiro da interação entre o cérebro e o social faz aparecer uma Lingüística bio-social, associada às teorias pragmáticas, que sugere a existência de um “sujeito senhor de si mesmo e responsável por suas escolhas, adaptado a um mundo bio-social normal” (Ibid., p.22). Pêcheux avalia que essa parece a hipótese mais provável em função de um suposto compromisso epistemológico.

Em ambos os roteiros o estatuto da ordem simbólica e da castração como fato estrutural ficam de fora da pesquisa lingüística. De acordo com Pêcheux

esta incongruência marca o lugar deixado em tal perspectiva para uma reflexão que pretende fazer valer, no espaço da pesquisa lingüística, o jogo mallarmeano dos significantes, a incidência inconsciente do Witz (chiste) e de tudo o que, da língua, escapa ao sujeito falante: o lugar de um entre-atos engraçado dentro da seriedade da ciência, uma espécie de domingo poético do pensamento (Ibid., p. 23).

O próprio da língua, a saber, o que escapa ao sujeito: o jogo dos significantes e a incidência inconsciente do chiste – a arte e o humor, é justamente

o que se torna objeto residual da pesquisa lingüística. É nesse sentido que o autor se refere à desconstrução lingüística.

A constatação da existência de universos discursivos logicamente estabilizados que excluem a ambigüidade, não exclui a necessidade de reconhecer a existência de espaços discursivos não-estabilizados logicamente, categoria em que “a ambigüidade e o equívoco constituem um fato estrutural incontornável: o jogo das diferenças, alterações, contradições não pode aí ser concebido como o amolecimento de um núcleo duro lógico” (Ibid., p. 24).

Então, o próprio da língua: o que escapa, o equívoco como fato estrutural implicado pela ordem simbólica, é justamente do que a pesquisa lingüística deveria se ocupar.

A série de retomadas que marca a história das idéias lingüísticas justifica-se pela suposição de que a “disciplina está, de uma maneira que lhe é própria, exposta de seu próprio interior aos efeitos complexos do processo conjuntural histórico e político que constitui o espaço no qual sua história se produz” (Ibid., p.14).

Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas permite algumas reflexões sob a ótica do disciplinar. Pêcheux situa a Lingüística entre memória e futuro, localizando a disciplina com relação ao antes que, em um horizonte de retrospecção (cf. Auroux, 2007), nos reporta à oposição com a Lingüística Histórica. No que se refere às relações sincrônicas da disciplina, Pêcheux localiza nos Círculos Lingüísticos, momentos em que a disciplina teve desdobramentos que a encaminharam para outros domínios do saber, como os da Lógica, da Psicologia ou da Sociologia. Momentos de recuperação, em tendências de orientação funcionalista e estruturalista, na década de 50. Na década de 60, identifica um esvaziamento da unidade disciplinar da Lingüística em função do gerativismo chomskyano e do estruturalismo. Pêcheux (Ibid.) explica que o estruturalismo tem a Lingüística como ciência-piloto e seu projeto tem como central a dimensão simbólica da linguagem, o que daria continuidade ao projeto saussureano, e uma articulação entre psicanálise, marxismo e lingüística. Seu

projeto falha, no entanto, na avaliação de Pêcheux (Ibid.), em função de não ter conseguido intervir no campo sócio-político. Na década de 80, em que o artigo foi escrito, Pêcheux identifica o esvaziamento tanto do gerativismo quanto do estruturalismo que havia migrado para os Estados Unidos e para a América Latina.

Para o autor, o esgotamento do estruturalismo cria condições para a retomada de pesquisas de orientação positivista e, a partir disso, elabora dois roteiros que tratam das possibilidades da disciplina em termos de projeção: um roteiro de dissociação entre uma Lingüística do Cérebro e uma Lingüística Social e um roteiro de dissociação entre as duas. No primeiro, a Lingüística se encaminha à Biologia; no segundo, à Pragmática.

Pêcheux caracteriza, nesse artigo, a disciplina lingüística e suas transformações numa dimensão temporal em função das alianças teóricas estabelecidas pela lingüística e de suas rupturas e, ao fazê-lo, recoloca o objeto da lingüística – o próprio da língua - no centro da discussão. A reflexão sobre a lingüística, nesse momento, dispensa uma análise do objeto ou do método a partir dos modelos elaborados pela disciplina, em função de uma metalinguagem historicamente construída. O discurso sobre a história da disciplina constitui-se em uma maneira de construir o objeto e de estabelecer seu domínio.

A reflexão sobre a epistemologia das ciências também tem seu prosseguimento em *Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso*, de 1984, publicado em **Cadernos de tradução**, da UFRGS, em 1998. Nesse artigo, Pêcheux afirma que a AD na França é, aproximadamente desde 1965, assunto de lingüistas, historiadores e psicólogos, de acordo com o CNRS¹⁷.

Inicialmente, Pêcheux avalia que as questões políticas e filosóficas que surgem a partir dos anos 60 formaram a base concreta para a construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos e “não esperaram pela AD para descrever e/ou construir teoricamente tais processos, através da análise das lutas

¹⁷ CNRS: Centre National de Recherche Scientifique.

políticas, funcionamentos e disfunções institucionais, debates e afrontamentos de toda ordem” (Ibid., p.47).

O autor observa, no entanto, que a História Social das Mentalidades, dos Sistemas de Pensamento ou das Ideologias têm o mérito de trabalhar os textos de modo diferente por questionar a transparência da língua e por voltar-se à interpretação da discursividade de séries textuais, abandonando as certezas do enunciado documental.

Assim como os da Nova História, o método da Arqueologia foucaultiana também trata o documento textual como monumento, “ou seja, como um traço discursivo em uma história, um nó singular em uma rede” (Ibid., 48).

No domínio das pesquisas sociológicas também existem afinidades com a AD, porque elas têm, de uma maneira geral, questionado a atitude documental, “encontrando assim a posição crítica que sustenta o projeto da AD” (Ibid., p.49).

Mas é no domínio das pesquisas em Psicologia, que Pêcheux irá localizar contradições que são fundamentais para a compreensão do funcionamento da AD. Argumenta que a “situação” experimental forjada em laboratório ou em campo “é uma cena fechada, a-histórica, na qual a linguagem (palavras, textos ou discursos) é imediatamente identificada em seqüências 'observáveis' de ações (condutas ou comportamentos) trocadas entre os protagonistas da interação” (Ibid., p.50).

A problemática psicossocial mantém a forclusão do triplo registro da história, da língua e do inconsciente; mantém também como objeto de observação o sujeito psicológico, que atua entre dois limites externos, o biológico e o social.

O sujeito, nessa perspectiva, é consciente, racional e lógico e seus poderes são limitados por fatores biológicos – más formações, perturbações, traumatismos, etc.- ou sociais – cooperação ou confrontação com os demais. Assim é o sujeito psicológico e,

No espaço desse mito psicológico, a história nada mais é do que a resultante de uma série de situações de interações, reais ou simbólicas; a língua nada mais, do que uma (reduzida) porção dessas interações

simbólicas, e o inconsciente nada mais, do que a não consciência que afeta negativamente este ou aquele setor da atividade do sujeito, em função das determinações biológicas e/ou sociais há pouco mencionadas (Ibid., p.51).

Pêcheux (Ibid.) entende que os psicólogos, de uma maneira geral, apenas formalizaram as representações que vêm à mente do sujeito, o que pode permitir a elaboração de uma epistemologia espontânea da ação humana. A história é vista como resultado das situações de interação, não uma produção de sentidos que se dá pela sua relação com a língua, e o equívoco que a constitui.

No entanto, não é com uma concepção de sujeito consciente, racional e lógico que a AD trabalha, mas com o sujeito que falha:

Nessa experiência singular da falha (fracasso, beância...) evidencia-se a tomada inconsciente pela qual o sujeito está submetido à castração simbólica. Essa ferida narcísica, que não se confunde, de modo algum, com os limites inerentes às limitações biológicas ou sociológicas (por exemplo, o lapso é diferente do fracasso de um comportamento ou de um comportamento de fracasso), constitui o estranhamento familiar com o qual todo o sujeito humano é confrontado. E aqui, ainda, não é necessário ser nenhum “especialista” para saber algo sobre isso, sendo até, por vezes, uma deficiência (Ibid., p.52).

Para Pêcheux, é a concepção em torno desse saber inconsciente do sujeito que diferencia a prática do psicólogo da do psicanalista e da prática da AD com relação a outras disciplinas de interpretação:

A Análise de Discurso não pretende instituir-se especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito de interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro).

Nesse artigo, Pêcheux expõe o princípio que fundamenta a idéia de opacidade da língua, com que trabalha a AD nessa orientação, a partir da questão

do sujeito; e descreve também a oposição fundamental com a Psicologia, pela teoria do inconsciente.

Em *Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso*, Pêcheux situa o surgimento da AD no tempo, ano de 1965, analisa as afinidades da disciplina com fundamentos da Nova História, as pesquisas sociológicas e com o método da arqueologia foucaultiana e a oposição que a AD estabelece com a psicologia e a problemática psicossocial. Para distinguir a AD das teorias psicologizantes, o argumento central é o sujeito que não é limitado por fatores biológicos ou sociais, mas submetido à castração simbólica, marcado pela incompletude, pela falha, e que se constitui a partir da relação com o outro: a história, a língua e o inconsciente.

A questão do sujeito e das condições de produção do discurso, que já aparecem em AAD69, são fundamentais no percurso da AD, mas a elaboração teórica em sua forma mais complexa estaria por vir em **Les Vérités de La Palice**, publicado em maio de 1975. Antes Pêcheux coordena o número 37 de **Langages**, intitulado *Análise de Discurso, língua e ideologias*, publicado em março do mesmo ano. Malidier (2003, p.37) explica que a revista havia sido composta bem antes e que o livro “apresentava o estado mais recente de suas reflexões”.

Em **Langages**, Pêcheux define o quadro epistemológico da teoria do discurso, o qual articula três regiões do conhecimento: o materialismo histórico; a lingüística; a teoria do discurso e uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (Ibid., p.38).

A principal proposta dessa publicação é a leitura na sua ligação com o sujeito; daí a reflexão sobre o discurso e a enunciação, que havia sido deixada de fora nos textos anteriores. Pêcheux introduz também no número 37 de **Langages** a formação discursiva no modelo de formação social e formação ideológica, para fazer dela um conceito claro (cf. Malidier, 2003).

Mas é em **Les Vérités de La Palice** que Pêcheux desenvolve alguns dos principais fundamentos da AD. Malidier (Ibid.) considera essa publicação um “verdadeiro livro, onde o desenvolvimento do pensamento encontra a escrita”.

Destaca também algumas das proposições desenvolvidas pelo autor sobre sujeito, língua e pré-construído, sendo este último requisito essencial para a formulação do conceito de interdiscurso, que é, segundo a autora, o mais fundamental da construção teórica de Pêcheux.

Em nota à edição brasileira (1997, p.7-8), intitulada **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**¹⁸, Orlandi identifica Pêcheux como introdutor da Escola Francesa de Análise de Discurso, campo que tematiza o histórico, o social e o ideológico “em um domínio do conhecimento em que esses assuntos são, desde algum tempo, colocados meticulosamente de lado para não atrapalhar o conhecimento sedentário e seu aliado mais próximo, o des-conhecimento”.

Sobre o sujeito, pode-se dizer que Pêcheux critica toda prática ou teoria que considere evidente a simetria entre sujeito e sentido, idéia que supõe a transparência da linguagem. Malidier avalia que “ele propôs, em seu dispositivo de análise automática do discurso, um método de estudo que faz explodir a unidade de um sujeito escritor/leitor” (2003, p. 33).

Sobre a língua, pode-se dizer que é condição para a compreensão de pré-construído, ancoragem lingüística, que será apresentado em sua ligação com o interdiscurso em **Semântica e discurso** (Ibid., 2003).

Malidier argumenta que a noção de pré-construído é uma reformulação da noção de pressuposição de Ducrot, despojada, no entanto, de qualquer interpretação lógico-pragmática. Pêcheux, acompanhado de Paul Henry, entende que essa questão se situa no lugar em que o discurso se articula com a língua: as estruturas sintáticas em uso “aparecem como os traços de construções anteriores, de combinações de elementos da língua, já 'ousados', em discursos passados e que tiram daí seu efeito de evidência” (Ibid., p.35).

Em **Semântica e discurso**, Pêcheux, inicialmente, avalia o lugar da semântica entre as disciplinas que se ocupam da linguagem. Segundo ele, independentemente da designação usada para uma teoria geral dos signos – Semiótica, na linha de Locke e Peirce; ou Semiologia, na linha de Saussure - a

¹⁸ Daqui por diante **Semântica e discurso**.

Semântica pode ser considerada uma disciplina que se ocupa do sentido, como uma disciplina subordinada à Lingüística, ciência específica dos signos verbais, e à Lógica.

Para Pêcheux, a Semântica, assim como o estudo da ideologia, é uma região teórica reabilitada a partir da década de 60 em função das contradições decorrentes do comunismo stalinista. A semântica havia sido excluída da discussão no período do comunismo mais radical, imediatamente posterior à Revolução Russa, em 1917.

Exemplo dessa reabilitação são as idéias de Adam Schaff, filósofo marxista polonês, que, ao considerar a teoria científica da propaganda um de seus campos, reconcilia o marxismo e a Semântica. Nessa perspectiva, a Semântica se relaciona à Lógica, como teoria do conhecimento, e à Retórica, como “reflexão sobre a técnica da argumentação, manipulação da crença, fabulação e engano” (Pêcheux, 1997, p.18). A Retórica constitui-se na contraparte política da Lógica. Isso significa que para que o signo, a significação e o processo de comunicação sejam entendidos é necessário entendê-los funcionando em determinadas circunstâncias, no plano social.

Pêcheux pretende desestabilizar as evidências fundadoras da Semântica tais como Shaff estabelece para elaborar as bases de uma teoria materialista. Para isso, parte de duas premissas: primeiro, a Semântica é parte da Lingüística e fonte de suas contradições; segundo, por ser contraditória, relaciona-se com a Filosofia. Para entender a Semântica, portanto, é necessário o desvio.

No que se refere à Lingüística, o autor identifica três tendências atuais, quais sejam: a formalista-logicista, de orientação chomskyana e que tem em Port Royal sua precursora; a histórica, do século XIX, que do método histórico-comparativo desemboca hoje na Sociolingüística; a Lingüística da fala, da mensagem (funcionalismo), dos atos de fala, da enunciação, do texto. Essas tendências, em função da dominação da posição formalista, garantem a oposição entre sistema (ou estrutura) e História. Pêcheux explica que não quer chegar à contradição gênese e estrutura, decorrente de História enquanto evolução e de

sistema, contradição, aliás, insolúvel. O que ele quer é pensar a História “na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar as 'práticas lingüísticas' inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação econômica e social dada” (Ibid., p. 24). O autor entende que essa perspectiva não pretende nem resolver a contradição sistema x História, nem repeti-la, mas sim explicar o estado atual dos estudos da linguagem compreendendo suas contradições como efeitos derivados da luta de classes existente em um país ocidental, sob a dominação da ideologia burguesa.

Pêcheux compreende que na base de contradições dessa natureza estão dois processos: o de uniformização, que visa a instituir uma língua nacional, criando obstáculos à livre comunicação lingüística, o que garante a realização econômica, jurídico-política e ideológica das relações de produção capitalistas; e o de divisão desigual no interior da uniformização igualitária, segundo o qual, no interior de um uso uniformizado, há a imposição de outros, de modo que a livre comunicação lingüística seja ao mesmo tempo uma não-comunicação, impondo barreiras de classe, também necessárias à reprodução das relações capitalistas.

Nesse ponto, temos uma crítica a Schaff que, segundo Pêcheux, leva em conta a uniformização – função comunicativa da linguagem – mas, em momento algum, trata da não-comunicação definida, responsável pelas barreiras de classe na linguagem. Há uma crítica também ao historicismo evolucionista de uma maneira geral por não perceber esses processos na constituição da Lingüística enquanto disciplina autônoma. Na uniformização, há a unidade do sistema. Na não-comunicação definida, há as realizações concretas da língua, nas quais se reproduzem diferenças morfo-fonológicas, lexicais e sintáticas. Os lingüistas ocupam-se ou de um ou de outro. Da não-comunicação definida, ocupam-se a Sociolingüística e a Etnolingüística. Do sistema, o lingüista estrutural. Contrariamente, o projeto de Pêcheux implica compreender como o que é tendencialmente a mesma língua autoriza funcionamentos antagonistas. Segundo ele, “trata-se de pôr em movimento a contradição que atravessa a tendência formalista-logicista sob as evidências que constituem a sua fachada” (Ibid., p. 26).

Pêcheux argumenta ainda que a unidade dividida comunicação/não-comunicação repete o par lógica/retórica. Divisões discursivas como essa preenchem várias funções na formação social capitalista. Na base econômica, há a comunicação sem equívocos, decorrente da necessidade de organização do trabalho e a não-comunicação que separa os trabalhadores da organização da produção e os submete à retórica do comando. Nas relações de produção capitalistas, a comunicação é representada pelo caráter inequívoco dos contratos (que supõem igualdade lingüístico-jurídica entre as partes contratantes); a não-comunicação é representada pelo próprio contrato, que desfaz a suposta igualdade entre as partes.

De acordo com Pêcheux, essas duas formas de combinação do lógico e do retórico - comunicação/não-comunicação - só existem em sua combinação e sob formas tendencialmente contraditórias. Trata-se do realismo concreto, de um lado, e do racionalismo idealista, de outro. Daí a relação da Semântica com a Filosofia. No realismo concreto, a Lógica se refere a elementos que constituem a essência dos objetos e sem os quais o objeto deixa de ser o que é. A narração é a forma escolar do realismo concreto. No racionalismo idealista, ao contrário, a Lógica deve permanecer aberta, porque o pensamento se junta à realidade e a transfigura. A dissertação-explicação é a forma escolar do racionalismo idealista.

No terceiro capítulo de **Semântica e discurso**, intitulado *Discurso e ideologia(s)*, Pêcheux esclarece os fundamentos de uma teoria materialista do discurso.

Para se chegar a condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção, é necessário pensar antes sobre a teoria das ideologias, a prática de produção dos conhecimentos e a prática política.

Entende-se que a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social não se efetuam apenas na área da ideologia, mas têm uma determinação econômica. Entende-se também que a luta de classes atravessa a reprodução e a transformação das condições de produção em seu conjunto.

Sobre as ideologias: não representam o espírito ou a mentalidade de uma época; não são feitas de idéias que se organizariam de forma homogênea nem ocupam um lugar anterior à luta de classes; é impossível atribuir a cada classe sua ideologia, como se cada classe vivesse

em seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas, sendo a luta de classes ideológica o encontro de dois mundos distintos e pré-existentes, cada um com suas práticas e suas 'concepções de mundo', seguindo-se a esse encontro a vitória da classe 'mais forte', que imporia, então, sua ideologia à outra (Ibid., p.144).

Pode-se dizer que a ideologia é uma prática e que os aparelhos ideológicos de estado são o lugar da ideologia da classe dominante e seu meio de realização. Os aparelhos ideológicos do estado constituem, “simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas de transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista)” (Ibid., p.145).

As condições ideológicas de reprodução/transformação se constituem em um momento histórico dado e para uma formação social dada, “pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado que essa formação social comporta” (Ibid., p.145). Pêcheux (Ibid.) entende como complexo o conjunto dos aparelhos ideológicos porque as relações entre seus elementos não são equilibradas, mas são de contradição-desigualdade-subordinação. Cada aparelho tem propriedades “regionais”, ou seja, possui especializações evidentes em função da região que materializa, seja ela a religião, seja a política, seja o conhecimento, o que condiciona sua importância relativa.

Daí poder-se dizer que a ideologia, em sua materialidade concreta, existe sob a forma de formações ideológicas, relacionadas aos aparelhos ideológicos de Estado; daí poder-se dizer também que as formações ideológicas possuem um caráter regional e comportam posições de classe; “posições de classe” remete aos interesses da classe que a formação discursiva materializa. A ideologia não é uma abstração, mas uma prática, ou melhor, uma prática de classe.

A dominação da ideologia (da classe) dominante caracteriza-se pelo fato de a reprodução das relações de produção subjugar a transformação. Esse funcionamento reproduz tanto as relações de desigualdade-subordinação entre regiões quanto às práticas em que elas – relações de desigualdade-subordinação - se inscrevem.

A estrutura da contradição reprodução/transformação, também entendida como “estrutura de desigualdade-subordinação do 'todo complexo com dominante' das formações ideológicas de uma formação social dada” (Ibid., p. 147) constitui a luta de classes e caracteriza a objetividade da instância ideológica. A forma dessa contradição não é simétrica, no sentido de que diferentes classes fariam a mesma coisa em um mesmo espaço. A idéia de simetria decorre das evidências produzidas por concepções acerca do que seja a luta de classes. Concebe-se que antes da luta há o Estado, a sociedade e o sujeito de direito; assim, na natureza das contradições entre as classes, haveria oposição entre reprodução e transformação, do mesmo modo como hipoteticamente há oposição entre inércia e movimento. Reprodução e transformação seriam fenômenos naturais, caminhariam por si mesmas. Pêcheux supõe que “na realidade, a reprodução, bem como a transformação, das relações de produção é um *processo objetivo*¹⁹ cujo mistério é preciso desvendar, e não um simples estado de fato que bastaria ser constatado” (Ibid., p.148).

Pêcheux (Ibid.) argumenta que a tese de Althusser de que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos permite compreender que a reprodução-transformação é um processo objetivo e se abre para uma teoria materialista dos processos discursivos. Para a compreensão dessa tese é necessário entender as proposições intermediárias de Althusser:

- 1- Só há prática através de e sob uma ideologia;
- 2- Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos.

¹⁹ Grifo da edição.

Na primeira, o artigo indefinido *uma* supõe a pluralidade da instância ideológica que aparece como um conjunto de elementos onde cada um é uma formação ideológica (ou uma ideologia); na segunda, o termo ideologia é usado no singular, e o mais importante é entender que o sujeito é a categoria constitutiva da ideologia em geral ou de toda ideologia (Cf. Pêcheux, 1997).

Quando se fala em *uma* ideologia ou na ideologia no plural, referimo-nos às formações ideológicas que têm uma existência histórica e concreta. A ideologia em geral, por sua vez, se refere a uma estrutura e a um funcionamento presentes em toda história; nessa estrutura observa-se que as relações de produção são sempre relações entre homens e, nesse sentido, pode-se dizer que ela é eterna. O efeito ideológico elementar é a criação de evidências: evidência de um sujeito, evidência de um sentido.

As evidências são determinadas pela figura da interpelação. Pêcheux observa três méritos relativos à adoção dessa figura. Primeiro, ela torna tangível o vínculo superestrutural entre o aparelho repressivo do Estado, onde se situa o sujeito de Direito; e os aparelhos ideológicos do Estado, onde se situa o sujeito ideológico. Segundo, essa figura explica bem a evidência porque põe em cena o teatro da consciência, segundo o qual o sujeito pensa ser evidente a origem de si e de seu dizer. A esse respeito, Pêcheux avalia que

Seu mérito é também o de mostrar esse vínculo de uma maneira tal que o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo, etc.) é observado dos bastidores, lá onde se pode captar que *se fala do* sujeito, que *se fala ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: “Eu falo”²⁰ (Ibid., p.154).

Terceiro, a figura da interpelação designa um paradoxo porque o indivíduo interpelado/constituído em sujeito pela ideologia foi sempre-já-sujeito. Ou melhor: “(...) o sujeito é desde sempre 'um indivíduo interpelado em sujeito'” (Ibid., p.155). Daí seu efeito retroativo.

²⁰ Grifos da edição.

A noção de pré-construído é importante quando se postula a tese de que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, porque ele – o pré-construído – aparece como um estranho no familiar. Trata-se de uma discrepância pela qual um elemento situado antes ou em outro lugar irrompe no enunciado quer o sujeito tenha consciência disso ou não. Dito de outro modo, pode-se considerar o “efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é 'sempre já sujeito'(...)”²¹ (Ibid., p.156).

O pré-construído funciona como uma espécie de sintoma no processo de interpelação-identificação do sujeito. Pêcheux prefere pensar no significante como um processo, já que significante é o que representa o sujeito para outro significante, ou melhor, é o processo significante que permite pensar

a questão do *sujeito como processo (de representação) interior ao não sujeito constituído pela rede de significantes, no sentido que lhe dá J.Lacan: o sujeito é “preso” nessa rede – “nomes comuns” e “nomes próprios”, efeitos de shifting, construções sintáticas, etc. – de modo que o sujeito resulta dessa rede como “causa de si” no sentido espinosano da expressão (Ibid., p.157).*

É essa rede de significantes que faz com que os indivíduos recebam o sentido como evidente.

2.2.2 Análise de Discurso no Brasil

Nesta parte, o objetivo é refletir sobre o modo como o conhecimento sobre a AD vem sendo produzido no Brasil. Esse conhecimento colabora para a delimitação de domínios e de fronteiras da AD e situa seu aparecimento como disciplina universitária.

²¹ Grifo da edição

Em primeiro lugar, recuperamos elementos do processo de gramatização no país, fundamentados nos estudos que Guimarães (1996; 2004) vem fazendo sobre a questão. Esses estudos interessam não só porque o autor situa o aparecimento e a institucionalização da Lingüística no Brasil, disciplina que a AD pressupõe, mas também por identificar o aparecimento da AD e a posição que ela ocupa hoje nos estudos sobre a linguagem.

Em segundo lugar, retomamos um artigo de Barros (1999), número especial comemorativo aos 30 anos da ABRALIN – Associação Brasileira de Lingüística - agremiação citada por Guimarães como representativa do convívio dos pesquisadores no Brasil. A ABRALIN é um exemplo de associação que se firma em função da política de pós-graduação implementada a partir de 1969. O artigo, intitulado *Estudos do texto e do discurso no Brasil*, traça um amplo panorama desses estudos. Fala no entanto de outro lugar. Ao citar Barros (1999), e Guimarães bem explica essa questão, reportamo-nos à tradição de estudos da Universidade de São Paulo (USP), cuja filiação teórica apesar de remeter a estudos desenvolvidos na França, reporta-nos à Semiótica.

Por fim, *Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil*, de Orlandi (2005), artigo publicado em **Michel Pêcheux e a análise de discurso: uma relação de nunca acabar**, livro que compila uma parte dos textos apresentados no I SEAD, Seminário de Análise de Discurso, realizado na UFRGS, onde Orlandi, apesar de não ter comparecido, por problemas de saúde, teve sua conferência lida por Freda Indursky, ao lado de J-J. Courtine, M. Plon, e F. Gadet. Indursky (2005), que também foi uma das organizadoras da coletânea, justifica a inclusão de Orlandi nesse grupo de conferências por reconhecê-la como a pesquisadora que introduziu a Análise de Discurso no Brasil e por considerá-la responsável pela formação de pesquisadores na área os quais divulgam a AD em diferentes estados brasileiros. Nesse artigo, discute, da perspectiva da História das Idéias Lingüísticas, a existência de uma escola de Análise de Discurso francesa no Brasil. Essas escritas teóricas ilustram a existência de um percurso histórico externo já realizado pela Análise de Discurso no Brasil.

Iniciamos por Guimarães (1996) que vem desenvolvendo uma linha de estudos singular e tem colaborado para a compreensão dos estudos da Língua Portuguesa e do fenômeno da gramatização no Brasil, sob a ótica da História das Idéias Lingüísticas. O autor identifica quatro períodos históricos para dar conta do processo de gramatização no Brasil em Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira, artigo publicado em **Língua e cidadania: o português no Brasil** (1996) e os desenvolve em **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil** (2004).

O primeiro situa-se entre o período da descoberta do país até a primeira metade do século XIX, quando começam os debates entre portugueses e brasileiros acerca da legitimidade de determinadas construções lingüísticas utilizadas no Brasil e consideradas inadequadas sob a ótica dos escritores ou gramáticos portugueses. No segundo período, da segunda metade do século XIX até o final dos anos 30, destaca-se a fundação das Faculdades de Letras no Brasil: na USP, em 1934, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; em 1939, Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil. O terceiro período, final dos anos 30 até meados dos anos 60, é o da transformação da Lingüística em disciplina obrigatória pelo Conselho Federal de Educação, que cria o sistema nacional de pós-graduação, em 1969; e o quarto, dos anos 60 em diante, é o da implantação da Lingüística nos cursos de graduação em Letras, bem como o do estabelecimento de cursos de pós-graduação em Lingüística na USP, em 1966, e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1971.

É a partir da década de 60, quarto período, que o cenário em que a AD se desenvolverá no Brasil começa a se formar. Guimarães (2004) afirma que é nessa década, mais precisamente a partir de 1969, que se constitui no Brasil o sistema nacional de pós-graduação, criado pelo Conselho Federal de Educação. Segundo o autor:

A partir dos anos 1969 constitui-se no Brasil o sistema nacional de pós-graduação, criado pelos pareceres 977/65 e 77/69 do Conselho Federal de Educação. Este sistema que será diretamente sustentado e gerido pela CAPES, afetará decisivamente todas as instituições de ensino

superior do Brasil em virtude de sua permanência e regularidade de procedimentos (2004, p. 36).

A política regular desse sistema proporciona a criação dos primeiros cursos de pós-graduação na área de Letras, Língua Portuguesa e Lingüística e cria condições para a qualificação docente nas universidades.

O autor, configurando os aspectos predominantes na qualificação dos docentes de algumas das principais universidades à época, observa que a formação dos professores da USP e da UNICAMP está mais ligada à França, enquanto que a dos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) está ligada aos Estados Unidos. No caso da USP, houve um desenvolvimento dos estudos de Semiótica e, no da UNICAMP, com a vinda do prof. O. Ducrot, um desenvolvimento dos estudos enunciativos e discursivos.

O Rio de Janeiro, por sua vez, teve a formação de seus professores ligada à lingüística norte-americana:

No Rio o trabalho de Mattoso por sua relação com Sapir e por suas relações institucionais com os Estados Unidos (Estudou nos EUA em 1943; lá lecionou em 1942, 1943, 1944 e 1966), produzirá caminhos institucionais diferentes que resultará numa produção também diferente. A lingüística na UFRJ estará marcada então pela filiação à gramática gerativa de um lado e à sociolingüística quantitativa de outro (Ibid., p.37).

Tais tendências formam redes específicas de estudos que têm como resultado o crescimento dos estudos da linguagem e de Língua Portuguesa em função da presença da Lingüística.

Guimarães (Ibid.) também descreve o modo como a Lingüística passa a existir institucionalmente nessas universidades através de departamentos, explicando que sua instalação não está relacionada aos estudos de língua portuguesa especificamente, mas nasce nos cursos de Letras, diferentemente da UNICAMP. Na USP, a Lingüística se estabelece ligada a T.H. Maurer e à Lingüística Indo-européia; na UFRJ, relacionada à Filologia e a Mattoso Câmara.

Na UNICAMP, instala-se no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, fora, portanto, do domínio das Letras. O autor acrescenta que:

Neste instituto a lingüística vai estar em relação com as ciências humanas e sociais e com a filosofia e muito particularmente com a filosofia da linguagem e a lógica. Isto resulta em que na Unicamp não exista hoje uma Faculdade de Letras, mas o Instituto de Estudos da Linguagem, fundado em 1976, pelo desmembramento do Departamento de Lingüística que se separa do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) (Ibid., p.38).

É na tradição dos estudos enunciativos e discursivos desenvolvidos no IEL que a AD vai se constituir inicialmente. Aqui talvez uma das razões do embate constante que se estabelece desde **A linguagem e seu funcionamento** com a Teoria da Enunciação, a Pragmática e a Teoria da Argumentação, embate que Orlandi resolveria em **AD: princípios e procedimentos** ao argumentar que apesar de haver uma proximidade e um trânsito constante entre esses conhecimentos, as diferenças com a AD não podem ser negadas e se situam principalmente na concepção de sujeito e de exterioridade:

No entanto, há diferenças bastante nítidas [entre enunciação, pragmática, argumentação e discurso] entre eles. A maneira como concebem o sujeito (na enunciação, o sujeito é um sujeito origem de si; na argumentação o sujeito é o sujeito psico-social; na Análise de Discurso, como vimos, o sujeito é lingüístico-histórico, constituído pelo esquecimento e pela ideologia) e o modo como definem o exterior (na pragmática o exterior é o fora e não o interdiscurso) marcam as diferenças teóricas, de distintos procedimentos analíticos, com suas conseqüências práticas diversificadas (Ibid., 91).

A semelhança, a diferença e o trânsito entre os conhecimentos configuram, aos poucos, a demarcação disciplinar que tem sido constante na escrita teórica da AD, linha de trabalho²² identificada por Guimarães como atuante a partir do quarto

²² O autor identifica 11 linhas de trabalho que se firmam a partir de meados dos anos 60: Trabalhos de Gramática; de Semântica; de Sociolingüística; de Lingüística Histórica; de Semiótica; de Pragmática, Análise da Conversação e Lingüística Textual; de História dos Estudos da Linguagem; sobre Línguas Indígenas; Estudos Normativos do Português; os de Análise de Discurso; e outros

período de institucionalização dos estudos de Língua Portuguesa e de língua no Brasil. A demarcação temporal dos períodos feita em função dos acontecimentos institucionais que marcaram o andamento desses estudos no Brasil parecem apontar também para os desdobramentos dos estudos que se iniciam com O. Ducrot e que acabam por relacionar Guimarães à Semântica, e com isso aos estudos da significação, e à História das Idéias Lingüísticas.

Reportando-nos a outro lugar simbólico, o da Semiótica, e a outro lugar institucional, o da USP, citamos Barros (1999) que, em *Estudos do texto e do discurso no Brasil* expõe o estado desses estudos no país. Voltamo-nos, mais especificamente, à descrição dos estudos em AD no Brasil. A autora começa sua exposição pela Lingüística, que por ter estabelecido um objeto de estudo estável e um método próprio, difundiu-se como a ciência da linguagem entre nós até que a percepção de que para se chegar a significação ou ao sentido eram necessários elementos que estavam excluídos do escopo dessa disciplina.

Explica que enquanto os estudos de Saussure, para estabelecer o objeto da lingüística, separaram rigidamente a língua da fala, o lingüístico do extralingüístico, os que os seguiram resgatam posições excluídas pela lingüística saussureana. Tal resgate passa pela ruptura de duas barreiras, a que impede a passagem da frase para o texto; e a que impede a passagem do enunciado para a enunciação. A autora cita Harris como exemplo do primeiro caso, e as teorias pragmáticas em geral como exemplo do segundo. Harris porque, “sem fugir dos pressupostos da teoria distribucional, propõe, com método formal e prescindindo do conteúdo, que se examine a estruturação global do texto” (Ibid., p.184). A pragmática porque, para relacionar o enunciado e a enunciação, recupera do extralingüístico elementos situacionais indispensáveis para a constituição do sentido do texto.

Os estudos do texto e do discurso, por sua vez, têm a característica de analisar a organização global do texto, bem como as relações entre discurso, enunciação e fatores sócio-históricos. Uma consequência significativa desses

trabalhos que talvez não estejam tão bem configurados quanto os demais, como os da Aquisição de Linguagem e a produção lexicográfica (de dicionários) (cf. GUIMARÃES, 2004).

estudos é o fato de que a língua deixa de ser entendida como lugar de representação de significados objetivos. Passa a ser considerada

como meio convencional de agir no mundo (veja-se a pragmática dos atos de linguagem); passou-se a considerar a linguagem, por natureza, como um instrumento de argumentação e de interação e não somente de informação (vejam-se os estudos de Ducrot, as teorias da argumentação, a sociolinguística interacional ou a análise da conversação); concebeu-se o texto (ou o discurso) e não mais a frase como unidade de sentido, tomando-o como objeto dos estudos lingüísticos e condicionando a descrição das frases ao exame satisfatório dos mecanismos de organização textual (vejam-se as teorias do texto e do discurso em geral e os escritos precursores de Bakhtin); colocou-se a intersubjetividade como anterior à subjetividade, ou seja, a relação entre interlocutores não apenas funda e dá sentido ao texto, como também constrói os próprios sujeitos produtores do texto (vejam-se os estudos de Bakhtin, as diversas teorias pragmáticas e a análise da conversação); caracterizou-se o discurso como lugar ao mesmo tempo do social e do individual; definiu-se a linguagem pelo dialogismo em suas duas acepções, a do diálogo entre interlocutores e a do diálogo que cada texto mantém com outros textos (*id. ibid.*, p.184-185).

Essa discussão teórica que aponta para diversidade conceitual e para a formulação de conceitos, caracteriza os estudos da linguagem e deles a autora seleciona o que considera grandes linhas, diferenciando-as de acordo com a filiação teórica e os papéis que assumiram no país. Assim destaca a Análise de Discurso Francesa, a Semiótica narrativa e discursiva, as várias teorias do discurso inglesas, os estudos funcionalistas do discurso, a Lingüística Textual, a Análise da Conversação e/ou análises da organização textual/interativa do discurso e uma última linha que agrega estudos que dialogam com a Teoria da Literatura, a Semiologia, a Pragmática e a Semântica.

No que se refere à Análise de Discurso, a autora reconhece na UNICAMP seu principal núcleo, nos departamentos de Lingüística e de Lingüística Aplicada, seguida pelas Universidade de São Paulo; PUCs, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro; universidades federais do Rio Grande do Sul e Fluminense, além de iniciativas isoladas em outras instituições federais, caso de Paraíba, de Santa Catarina, Alagoas, Mato Grosso, Brasília e Juiz de Fora.

Esses estudos podem ser agrupados em três grandes blocos, quais sejam, primeiro: estudos sobre o sujeito, a autoria, a interpretação e o sentido, o discurso e o acontecimento, a heterogeneidade discursiva, a noção de arquivo, ou as preocupações com a metodologia da Análise de Discurso; segundo: trabalhos teóricos sobre discursos específicos ou sobre aspectos pontuais dos discursos, tais como, o discurso da gramática, do humor, dos missionários, da imigração, o discurso político, religioso e jurídico, o discurso pedagógico, o discurso naturalista, o funcionamento discursivo da disjunção em português, a norma culta na perspectiva da Análise de Discurso; terceiro: estudos sobre a realidade brasileira: significação e brasilidade, discurso público no espaço urbano, aspectos discursivos da análise de línguas indígenas, discursos missionários e literários sobre os índios e brasilidade, a História das Idéias Lingüísticas no Brasil, o discurso do e sobre os sem-terra, as formações discursivas dos docentes da rede pública de Porto Alegre.

Resguardadas as diferenças, - de Barros referimo-nos a um artigo apenas, de Guimarães temos, pelo menos aqui, duas publicações (1996; 2004) - observamos na primeira uma distinção feita a partir de concepções teóricas e da localização espacial dos blocos de estudos identificados; e, no segundo, a relação entre fatores institucionais, históricos e lingüísticos.

Orlandi (2005), em *Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil*, argumenta que, se for considerada a perspectiva da História das Idéias Lingüísticas, não há uma Escola de Análise de Discurso francesa, nem brasileira, porque não há um conjunto de trabalhos com consistência teórica e histórica que justifiquem o uso de tal designação.

No entanto, se a relação tempo/espaço for tomada em detrimento da consistência teórica, poderemos pensar em uma Análise de Discurso francesa ou americana, por exemplo, e daí podemos supor a existência de uma Análise de Discurso Brasileira, que se produz com uma especificidade própria de nossa tradição. Explicando sobre as conseqüências da ausência de um pensamento que

articule a produção atual do conhecimento sobre a linguagem no Brasil com a tradição, Orlandi (2005) argumenta que

E aí, a preço de parecermos ingênuos, não podemos deixar de considerar que ao falar em “Escola” de análise de discurso francesa, americana etc, se está atribuindo poder de palavra e de saber desigualmente distribuídos. Isto é, se privilegiam certos lugares e depois sealaria de “recepção”, de “influência” etc. nos outros. E, como dissemos mais acima, não é assim que acontece. A ciência se produz em diferentes lugares com a força e a especificidade de sua tradição. O Brasil é, sem dúvida, um desses lugares em que a ciência da linguagem tem sido produzida com grande capacidade de descoberta e de elaboração (Ibid., p.76).

Orlandi (Ibid.) identifica a filiação a Pêcheux e o desenvolvimento de estudos e pesquisas em torno da relação língua/sujeito/história ou língua/ideologia e, como lugar de observação dessas relações, o discurso. Então, pode-se pensar em AD Brasileira se forem consideradas as relações tempo/espaço que vinculam a constituição disciplinar ao seu desenvolvimento teórico e à tradição de estudos da linguagem no país.

Argumenta também que tem proposto uma articulação do conhecimento metalingüístico com a história da constituição da língua, relacionando-a a sua exterioridade. Isso significa que “a ciência da língua que assim se considera não está apartada do território em que se produz. Tampouco a Análise de Discurso” (Ibid., p.75).

Para refletir sobre a existência de uma Análise de Discurso Brasileira, Orlandi (Ibid.) desenvolve dois aspectos da questão. O primeiro dá conta da história interna da disciplina, situando-a teoricamente; o segundo trata do movimento externo da Análise de Discurso nos diferentes territórios em que se desenvolve ou onde os estudos tornaram-se mais conhecidos, em função de sua divulgação.

No que se refere à teoria, o diferencial de Pêcheux, segundo Orlandi, reside principalmente na reflexão sobre a linguagem que não é colocada como um acréscimo metodológico, mas como um princípio que questiona as teorias e as

contradições que constituem seu campo, desestabilizando conteúdos e apontando para suas falhas. Ela acredita que a noção de discurso permite a compreensão das questões da linguagem “ao se colocar como lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, tomada esta não como ocultação mas funcionamento estruturado pelo modo de existência da relação língua-sujeito-história (sociedade)” (Ibid., p. 81-82).

A autora coloca-se como uma estudiosa que recusa as certezas disciplinares consagradas pela concepção positiva de ciência; compreende que a AD desloca a reflexão de territórios estabelecidos para descrever e interpretar o acontecimento discursivo no entremeio e ao fazê-lo põe em discussão o sujeito do conhecimento e seu campo, seu objeto e seu método (Ibid., p. 76). Outro deslocamento importante realizado pela AD é o que movimenta a dicotomia língua/fala para a relação língua/discurso que não é dicotômica. Para o analista do discurso, “a língua é estrutura não fechada em si mesma, sujeita a falhas” (Ibid., p. 77). Estrutura não fechada supõe a situação ou exterioridade como constitutiva da língua; *sujeita a falhas* supõe a intervenção do sujeito. Orlandi propõe também que o texto seja pensado em função de seu funcionamento e de sua relação com a exterioridade e acrescenta:

Observando a materialidade do texto, não abandono o exterior específico (o real da história) mas o considero atravessado pelo exterior constitutivo (o interdiscurso). Pela noção de materialidade discursiva, que recobre a relação entre a forma-sujeito e a forma-sentido, confronta-se o simbólico com o político, na relação entre língua e história: eis a forma material (Ibid., p.77).

Para trabalhar com a forma material, o analista do discurso usa como suporte analítico de base a paráfrase – o mesmo, o já dito - e a metáfora – o diferente, o a dizer. Mas esclarece que a paráfrase não é só um fato de linguagem, mas também um procedimento heurístico, de descoberta de pontos de deriva, que deslocam o sentido para a metáfora. A autora localiza nesses

procedimentos analíticos um lugar em que tem colaborado com o desenvolvimento específico da AD:

De minha parte, trago a noção de efeito metafórico – pontos de deriva – para o campo dos procedimentos analíticos aproximando-a da noção de gesto de interpretação – o que intervém no real do sentido. Realço assim o fato de que o analista trabalha a possibilidade de descrever/interpretar um funcionamento discursivo “lidando/operando” com a paráfrase e a metáfora. A paráfrase e a metáfora explicitam-se, pois, enquanto procedimentos de análise (Ibid., p. 78).

Paráfrase e metáfora são deslocadas da lingüística e da retórica consecutivamente e ligam pela memória o discurso estabilizado e o discurso sujeito a equívoco.

Orlandi localiza também na elaboração discursiva da noção de interpretação uma colaboração específica de sua escrita teórica para a AD. Essa noção é fundamental também para a compreensão da questão da ideologia tal como a autora propõe:

Se, como tenho afirmado, não há sentido sem interpretação pois a língua se inscreve na história para significar e é aí que proponho apreender a questão da ideologia, do sujeito, a interpretação dá visibilidade ao mecanismo de funcionamento da ideologia e do sujeito. Articulada à descrição do que se apresenta como forma material. Abandona-se assim, pela Análise de Discurso, uma definição *conteudista* de ideologia (como ocultação), pensando-se o funcionamento lingüístico-histórico (Ibid., p.82).

Além de explicitar elaborações teóricas que ela mesma considera significativas, no que se refere ao desenvolvimento da noção de escola, identifica duas linhas de estudo em Análise de Discurso: uma americana, de tendência lingüístico-pragmática, que trabalha com um sujeito intencional; outra européia, materialista, “que desterritorializa a noção de língua e de sujeito (afetado pelo inconsciente e constituído pela ideologia) na sua relação com discurso em cuja análise não se procede pelo isomorfismo” (Ibid., p.79).

A autora considera que se na França o antagonismo à AD tomou a forma do sociologismo; no Brasil, tomou a forma do pragmatismo e, mais raro, de um estruturalismo tardio de orientação psicanalítica. Ainda que sejam predominantes a lingüística americana e o pragmatismo no Brasil, vale mencionar o papel de destaque que a UNICAMP tem por sua contribuição para o desenvolvimento da AD no Brasil.

A síntese realizada aqui aponta para algumas reflexões no que diz respeito aos modos de representação da unidade e da fundação disciplinar. No que se refere à filiação empírica observamos que, em Guimarães (1999; 2004), a caracterização da Análise de Discurso que se desenvolve no Brasil a partir do quarto período dos estudos sobre o português e sobre a língua no país não se dá a partir da figura do antecessor, que seria Pêcheux, mas a partir da continuidade dos estudos enunciativos e discursivos instalados por O. Ducrot, durante o período em que esteve na UNICAMP. Vale dizer que os estudiosos mencionados por Guimarães são os que estiveram relacionados ao desenvolvimento institucional dos estudos do português no Brasil. Há uma identificação geográfica: o lugar a que o autor se reporta é a França ao afirmar que: “Esta área teve um desenvolvimento muito particular no Brasil, principalmente pelo que se convencionou chamar de análise de discurso de língua francesa” (Ibid., p. 40); e temática:

Entre os trabalhos deste domínio, ao lado dos desenvolvimentos teórico-metodológicos, incluem-se análises de funcionamentos discursivos próprios da discursividade brasileira. Os trabalhos aqui desenvolvidos levaram a importantes formulações sobre o discurso, a tipologia do discurso, os diversos tipos de discurso. A questão da leitura e da interpretação, bem como à questão do texto considerado como objeto histórico e lingüístico (Ibid., p.40).

A tematização contribui para um esclarecimento sobre a demarcação disciplinar, a divisão sincrônica que se estabelece em relação às que se opõe. As questões pensadas sobre as práticas de linguagem no Brasil referem-se ao

discurso, à leitura, à interpretação e ao texto, lugar onde se organizam as relações da língua com a história.

Em Barros (1999), a representação da unidade e da fundação disciplinar se dá pela reivindicação, por parte dos estudos do texto e do discurso, da continuidade da tradição saussureana, mas ensejando a refundação conceitual: a formulação da idéia sobre esses estudos supõe o questionamento da dicotomia que opõe língua e fala, lingüístico e extralingüístico; e a passagem da frase para o texto e do enunciado para a enunciação, esses dois movimentos são relacionadas ao distribucionalismo de Harris e à Pragmática, respectivamente. A demarcação disciplinar, por sua vez, é feita pelo conceito de língua, definido, notadamente, a partir da Pragmática, da Teoria da Argumentação, via Ducrot, da Sociolingüística, da Análise da Conversação e dos estudos de Bakhtin.

Não há uma reivindicação de filiação a Pêcheux para as direções teóricas identificadas por Barros (Ibid.), ainda que boa parte das temáticas listadas tenha a ver com a escrita teórica do autor. Mas há o reconhecimento de uma Análise de Discurso francesa que se desenvolve na UNICAMP, instituição identificada como um dos principais núcleos da AD no Brasil. Segundo a autora,

Desenvolvem-se lá grandes projetos coletivos e individuais, e boa parte dos analistas de discurso que hoje que hoje ensinam e formam pesquisadores nessa linha de investigação formou-se na UNICAMP (Ibid., 188).

A autora menciona também a USP; as PUCs, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul; a UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e a Universidade Federal Fluminense (UFF), como representativas de grupos “menores” de estudos em AD.

Orlandi (2005), por fim, apesar de não considerar legítima uma demarcação disciplinar que aponte para a existência de uma AD Brasileira se forem considerados os critérios da consistência teórica e histórica, nos dá elementos que nos encaminham para uma reflexão sobre a regularidade desses estudos. O artigo

citado apresenta as “modalidades” de representação da unidade e da fundação disciplinar no que diz respeito à filiação, à demarcação e à refundação conceitual.

Com relação à filiação empírica, podemos argumentar em função da continuidade de duas tradições: uma, relacionada a Pêcheux, reconhecido pela autora como um interlocutor em uma linha específica de estudos sobre o discurso; outra, relacionada a uma continuidade específica dos estudos da linguagem no Brasil.

Com relação à demarcação disciplinar, a divisão é manifestada em torno da noção de deslocamento, de des-territorialização de teorias firmadas por uma prática positivista da ciência: a lingüística e as ciências sociais. A demarcação se dá também com relação a uma análise de discurso americana, de orientação lingüístico-pragmática, que pressupõe um sujeito intencional.

Com relação à refundação conceitual, há o movimento de reapropriação/fundação sobre a dicotomia língua/fala, sobre o conceito de texto e sobre a paráfrase e a metáfora pensadas como procedimentos analíticos. Opondo-se à análise de discurso americana, a européia reelabora a noção de língua como sistema sujeito a falhas e, ao fazê-lo, recoloca o sujeito, afetado pelo inconsciente e pela ideologia, no discurso:

Abre-se por aí a possibilidade teórica da re-introdução do sujeito e da situação no campo dos estudos da linguagem. Re-significado o sujeito não é origem de si e a situação não é a situação empírica mas lingüístico-histórica (Ibid., p.77).

Deslocando-se da situação empírica, trabalha-se com a forma material, por isso a necessidade da reformulação da noção de texto que, pensado como objeto lingüístico e histórico, em relação à exterioridade, portanto, produz os sentidos e produz o sujeito.

A noção de forma material suscita a paráfrase e a metáfora como suportes analíticos de base. Orlandi (Ibid.) relaciona nesse artigo a paráfrase ao efeito metafórico e a metáfora ao “equivoco”, como efeito da falha da língua que a

inscreve na história. Orlandi (Ibid.) se apropria desses conceitos procedentes da lingüística e da retórica ou dos estudos literários, respectivamente, para reformulá-los sob a ótica discursiva.

Nesta parte, os textos examinados, de Guimarães, Barros e Orlandi, atestam o funcionamento disciplinar da Análise de Discurso. A caracterização do disciplinar se dá pela identificação do predecessor, Pêcheux; e pela refundação conceitual operada por várias noções, dentre as quais as discutidas nesta parte. A demarcação disciplinar é observável nos três, por uma indicação de natureza institucional e histórica em Guimarães; por uma indicação teórica e geográfica em Barros; e por uma discussão teórica e histórica em Orlandi.

Esses textos de mediação, porque são representações que colaboram com a transmissão do disciplinar, ensejam novos embates, formulações teóricas, grupos de estudos e de pesquisa, criando e instituindo no Brasil novos domínios e novas fronteiras, deslocados da AD francesa.

Os pontos de vista apresentados permitem pensar também sobre as diferentes possibilidades de representação do conhecimento científico e sobre seu funcionamento que, apesar de sujeito ao paradoxo, dissimula coerência, pela organização de comunidades que compartilham os mesmos valores. Tais comunidades validam e legitimam seu campo pelo reconhecimento dos pares e, conseqüentemente, por exclusão daqueles com quem tem uma relação de oposição teórica (AUROUX, 2007).

PARTE 3

(I)REGULARIDADES NA PRODUÇÃO INTELECTUAL DE ORLANDI

Da extensa produção de Eni P. Orlandi selecionamos elementos de **A Linguagem e seu funcionamento**, de 1983²³, que relacionados à **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**²⁴, de 1996; e à **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**²⁵, de 1999, fornecem elementos para a compreensão de aspectos da invenção e da transmissão de conhecimentos que configuram o que entendemos como AD no Brasil. Acreditamos então que sejam significativas para definir a identidade da AD como disciplina, ou como prefere Orlandi, disciplina não positiva, antidisciplina ou desdisciplina (1996, p.25), porque elas podem nos situar entre memória e futuro, entre retrospecção e projeção.

Observar o desenvolvimento da AD no horizonte de retrospecção e de projeção permite compreender sua constituição com relação a outros discursos que a precederam, sejam distintos dela ou adjacentes a ela, mas sem eles o discurso da AD seria estranho. Seus princípios, bem explica Orlandi (1996, p.23), constroem-se em função das contradições das ciências humanas e sociais.

Chiss e Puech (1999) avaliam que as representações disciplinares não são um momento secundário no processo de constituição dos conhecimentos mas que

²³ A edição que usamos neste estudo é a 4ª, de 2006.

²⁴ Doravante **Interpretação**

²⁵ Doravante **AD: princípios e procedimentos**

elas lhe são sempre associadas, no entanto, na tentativa de dar conta da tarefa de desenvolver aspectos da invenção e da transmissão no fazer disciplinar da AD pelas publicações de Orlandi, fragmentamos a elaboração teórica e a experimentação. Por isso a análise está dividida em duas partes: procedimentos e princípios. Essa ordem, apesar de parecer contrária ao hábito que temos de apresentar a teoria, antes da prática, é coerente se a justificarmos a partir de dois argumentos. Primeiro, por seguirmos o exemplo dado por Orlandi em sua primeira publicação, quando empreende um esforço no sentido de experimentar os princípios apresentados e daí justificar sua “aplicabilidade” pela consistência da teoria. Segundo, por desejarmos alguma consonância com a AD que se coloca como uma disciplina de entremeio, que não se interessa por categorias estáveis, assim o objeto e o método estão sujeitos ao movimento, daí a inversão da ordem.

De **A linguagem e seu funcionamento** selecionamos as noções de paráfrase e polissemia, considerados procedimentos de análise e a *Introdução* da 2ª edição cujo propósito é, no dizer da autora, “acrescentar uma fala explicativa que permita ao leitor situar-se em relação ao que é a Análise de Discurso” (1996, p. 11).

A Linguagem e seu funcionamento, em sua primeira edição, constitui-se em uma coletânea de artigos publicados em revistas acadêmicas ou apresentados oralmente em encontros diversos, de 1977 a 1983. Somente *O Discurso Religioso* não é datado ou identificado como artigo anterior à publicação.

A oposição fundamental é com a lingüística, enquanto ciência positiva da linguagem; o objeto de estudo, “a experiência de linguagem”, “a prática do dizer”, é considerado de caráter múltiplo e indeterminado; e o objetivo é incorporar as noções de social e de história:

Se o objeto de estudo em que me detenho é de caráter múltiplo e indeterminado, o objetivo, entretanto é sempre um: incorporar as noções de social e de história, distinguir o estabelecido no não-estabelecido e questionar a consciência (sentimento) dessa distinção no homem (ORLANDI, 2006, p.9-10).

Propor a incorporação da idéia de que o social e a história são constitutivos da prática do dizer é um objetivo que atravessa **A linguagem e seu funcionamento**, argumento que tem como uma de suas justificativas a idéia de que nas diferentes teorias analisadas a concepção do sujeito ou do social são vistas como um apêndice no processo de significação; perpassa todo o livro também uma crítica a concepção instrumental da linguagem, formulada pelo funcionalismo, via Jakobson, e pelas teorias da informação e da comunicação.

Importante também é o termo “sentimento” entre parênteses na citação acima e colocado ao lado de “consciência”, sugerindo ou que sejam equivalentes em termos de valor ou que no entre parênteses esteja a melhor designação para desestabilizar o estabelecido, ou melhor, desestabilizar a idéia de que o que está estabelecido pertence à consciência. Ora, é a ciência positiva que opera no eixo da vontade e da razão, portanto da consciência; quando se está na região do sentimento e falamos de ciência, estamos questionando sua suposta neutralidade e objetividade.

Nessa publicação, observa-se a afinidade intelectual com autores como Rossi-Landi, Voloshnov, Bourdieu, Gramsci, Foucault, entre outros. Dentre esses, destacamos alguns cujos trabalhos servem de fundamentação teórica reiteradamente, quais sejam, Rossi-Landi (1968), de onde Orlandi retira seu conceito de linguagem como trabalho, tendo por base *A linguagem como trabalho e como mercado*, artigo de **Semiologia e Lingüística hoje**; Bourdieu (tradução de 1974), de onde desenvolve a idéia de escola como sede da reprodução cultural, a partir de **A economia das trocas simbólicas**; e Voloshnov (edição em espanhol de 1976), que fundamenta a questão da interação como realidade da linguagem e de sua natureza dialógica, em **El signo ideologico y la filosofia del lenguaje**.

Observa-se também a referência a autores que servem para estabelecer o contraponto com a AD que se delinea em **A linguagem e seu funcionamento**, dentre os quais, citamos Benveniste (**Problemas de lingüística geral** I, de 1966 e II, de 1974), Ducrot (**Dire et ne pas dire**, de 1972 e *Les lois du discours*, em **Langue française**, n.42, de 1979), Grice (*Logic and Conversation*, do terceiro

volume de **Speech acts**, de 1975). Orlandi retoma aspectos desses autores com quem estabelece as primeiras contradições teóricas em torno da questão do sujeito e da exterioridade.

Parece especialmente significativo para a constituição e o desenvolvimento da AD no Brasil o uso de **Analyse Automatique du Discours** (1969), de Pêcheux, e *Mises au Point et Perspectives à propos de l'Analyse Automatique du Discours* (1975), de Pêcheux e Gadet como fontes. Ambos, o texto de 1969 e o artigo de **Langages**, nº 37, seriam publicados novamente na coletânea organizada por Gadet e Hak, **Towards an automatic discourse analysis**, traduzida no Brasil como **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, livro em que Orlandi foi responsável pela tradução do Prefácio, elaborado por Gadet, e pela tradução de AAD69. Convém salientar que AAD69 é citado em 10 artigos dos 13 que integram a 1ª edição de **A linguagem e seu funcionamento**; e *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas* é citado em 5 dos mesmos 13. É citado também, em 2 artigos, o número 37 da revista **Langages**, intitulado *Analyse du Discours, langue et ideologie*, de Pêcheux *et alii*; e **La langue introuvable**, de Gadet e Pêcheux, no artigo *Leitura: de quem, para quem?*, de 1984, anexado à 2ª edição de **A linguagem e seu funcionamento**.

Esse levantamento, ainda que não seja exaustivo, diz do momento de elaboração de **A linguagem e seu funcionamento**. Considerando as simpatias intelectuais, podemos argumentar que Orlandi procura um conceito de linguagem que não seja formal, mas que dê conta de seu funcionamento enquanto ação, enquanto trabalho, como outras atividades do homem (Rossi-Landi), como interação, como diálogo (Voloshnov/Bakhtin).

Se considerarmos que o fazer disciplinar se apóia na invenção e na transmissão dos conhecimentos, podemos supor que ambos caminham juntos mesmo quando não há um desejo consciente de configurar um funcionamento disciplinar para um conhecimento específico. Nessa perspectiva, a organização de **A linguagem e seu funcionamento** indicia um período combativo, de

participação em atos sucessivos de emancipação. A publicação em revistas acadêmicas e a participação em eventos são compreendidos por Chiss e Puech (1999) como situações fortemente normatizadas que fornecem uma parte do arquivo da consciência de si da disciplina.

3.1 Procedimentos: paráfrase e polissemia

Em **A linguagem e seu funcionamento** é marcante o uso das noções de paráfrase e de polissemia como procedimentos de análise. Dos 13 artigos da 1ª edição do livro, 11 desenvolvem essas noções. Eles são apresentados para explicar os processos constitutivos da linguagem; para fundamentar os tipos de discurso, o lúdico, o polêmico e o autoritário; e para explicar como se dá a produção de leitura.

Teoricamente, e em termos bastante gerais, podemos dizer que a produção de linguagem se faz na articulação de dois grandes processos: o parafrástico e o polissêmico. Isto é, de um lado, há um retorno constante a um mesmo dizer sedimentado – a paráfrase – e, de outro, há no texto uma tensão que aponta para o rompimento. Esta é uma manifestação da relação entre o homem e o mundo (a natureza, a sociedade, o outro), manifestação da prática e do referente na linguagem. Há um conflito entre o que é garantido e o que tem de se garantir. A polissemia é essa força na linguagem que desloca o mesmo, o garantido, o sedimentado. Essa é a tensão básica do discurso, tensão entre o texto e o contexto histórico-social: o conflito entre o “mesmo” e o “diferente” (Orlandi, 1978), entre a paráfrase e a polissemia (2006, p.27).

Nessa citação, Orlandi desenvolve a noção de paráfrase e de polissemia para explicar os processos considerados fundamentais para a compreensão do funcionamento da linguagem. À paráfrase, Orlandi associa o mesmo, o retorno ao mesmo dizer sedimentado; à polissemia, o outro, o diferente, o que desloca o estabelecido. Num horizonte de retrospectão, tais noções podem nos remeter às de paradigma e sintagma, propostos por Saussure, no **Curso de Lingüística Geral**, publicado em 1916, e por Jakobson, em **Lingüística e comunicação**, de

1963. Saussure entende paradigma e sintagma como duas esferas distintas a partir das quais se desenvolvem as relações e as diferenças entre os termos lingüísticos (1987, p.142). Para Saussure as relações sintagmáticas dão-se *in praesentia*, ocorrem na cadeia da fala que é linear, já que não podemos pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. As relações associativas, as paradigmáticas, constituem uma série mnemônica virtual, estão *in absentia*, sua sede é o cérebro (Ibid. p.143).

Jakobson, ao retomar a questão em *Dois aspectos de linguagem e dois tipos de afasia*, agrega à seleção o termo substituição; e à combinação, o contexto. Com isso questiona a linearidade como Saussure a entende e propõe a idéia de que “os constituintes de qualquer mensagem estão necessariamente ligados ao código por uma relação interna e à mensagem por uma relação externa. A linguagem, em seus diferentes aspectos, utiliza os dois modos de relação” (1985, p.41). De acordo com Jakobson, tanto a contigüidade quanto a equivalência são necessárias à transmissão das mensagens. Essa diferença com relação a Saussure põe em presença também o paradigma. Mas, provavelmente, o mais importante dessa diferença é verificar o modo como Jakobson introduz a questão do contexto.

Podemos supor uma afinidade conceitual entre paráfrase e paradigma, ambos representam o retorno ao mesmo, a paráfrase pode ser vista como uma substituição, possível porque a língua oferece no eixo da seleção possibilidades múltiplas de recuperar o já dito; além disso, o conceito de paradigma pode abarcar a seleção e a substituição em todos os níveis de descrição lingüística.

Já a afinidade com a polissemia, entendida como o estranho, o diferente que desestabiliza o que está posto, não está necessariamente relacionada ao sintagmático. Aí a relação que tentamos estabelecer vai para outro lugar. Talvez porque polissemia nos remeta a outra tradição: a da semântica. Pêcheux (1997), em **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**, entende que a semântica é a disciplina que se ocupa do sentido, subordinada à Lingüística, ciência dos signos verbais, e à Lógica. Também a paráfrase já relacionada à

lingüística saussureana e ao funcionalismo de Jakobson pode ser associada à sinonímia e, portanto, à semântica. Orlandi identifica essa procedência:

Tentemos, então, ver isto na perspectiva de uma ciência da linguagem que não se defina como uma lingüística imanente. (...) coloquei a necessidade de se discutir, ou melhor, se definir o lugar da paráfrase nas teorias da linguagem, sob dois aspectos: tanto quando a utilizamos como procedimento heurístico como quando a consideramos como fato lingüístico que deva ser explicado. Sob esse último aspecto, seria necessário definir sobretudo o jogo entre o mesmo e o diferente, tensão entre o uno e o múltiplo. Isso porque, a meu ver, a paráfrase e a polissemia são os dois grandes processos da linguagem: a matriz e a fonte do sentido, respectivamente. Processos esses que aparecem domesticados nos modelos lingüísticos, enquanto sinonímia (paráfrase) e ambigüidade (polissemia) (Ibid.p.116).

As noções de paráfrase e de polissemia são distinguidas sob o ponto de vista discursivo e sob o ponto de vista semântico. Apaziguadas elas estão nos modelos estabelecidos pela lingüística e, nesse caso, situam-se no nível semântico. Podemos dizer que, em consonância com uma lingüística de orientação saussureana, imanente, a questão da significação está colocada como uma questão interna ao sistema. Ou seja, a significação não é uma relação do signo com o objeto que ele representa, mas do signo com os outros do sistema lingüístico (GUIMARÃES, 1995, p.19).

Mas Orlandi, ao propor paráfrase e polissemia como procedimento de análise para a AD, não quer um análise que se limite ao sistema da língua, tanto que na primeira citação ela diz ser a paráfrase “uma manifestação da relação entre o homem e o mundo (a natureza, a sociedade, o outro), manifestação da prática e do referente na linguagem” (2006, p.27). E complementa argumentando que a tensão que se verifica entre paráfrase e polissemia é “a tensão básica do discurso, tensão entre o texto e o contexto histórico-social” (Ibid., p.27). O contexto é objeto de Jakobson, mas não nos termos em que Orlandi pretende para a compreensão da língua em uso. O autor, reportando-se a Peirce, junta-se a ele para defender a idéia de que o signo lingüístico fornece dois grupos de

interpretantes: um se refere ao próprio código; outro se refere ao contexto (e então ao objeto representado). Completa o raciocínio, alegando que

Uma dada unidade significativa pode ser substituída por outros signos mais explícitos do mesmo código, por via de que seu significado geral se revela, ao passo que seu sentido contextual é determinado por sua conexão com outros signos no interior de um mesmo sistema (JAKOBSON, 1985, p.41).

Ao afirmar que uma unidade significativa pode ser substituída por outras, estabelece que um conjunto de signos pode ser substituído por outros por uma relação de alternância (própria do paradigma) ou de justaposição (própria do sintagma); o sentido contextual, por sua vez, é determinado pela conexão do signo com outros no interior da mesma seqüência (1985, p.41). Não pretendemos tirar desse fragmento conclusões categóricas sobre o modo como Jakobson entende o contexto, o que reduziria a complexidade de sua teoria, mas podemos dizer que *contexto* nesta perspectiva se refere aos níveis de descrição lingüística e, dessa forma, não tem a dimensão de que Orlandi precisa para compreender os processos que ela considera serem constitutivos da linguagem.

Para melhor entender os procedimentos apresentados por Orlandi em **A linguagem e seu funcionamento**, recorreremos a Pêcheux, em AAD69, que parece ter dado a base para o desenvolvimento das noções de paráfrase e de polissemia, ao recolocar a questão do efeito metafórico na significação.

Em AAD69, Pêcheux (1993) define como objetivo examinar as práticas de análise de textos, terreno que a lingüística saussureana deixa a descoberto quando propõe que a língua e seu funcionamento sejam o objeto da lingüística, ou seja, “a língua deve ser pensada como um sistema, deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o funcionamento” (Ibid., p.62).

Um aspecto importante para compreender o funcionamento do texto na concepção de Pêcheux (Ibid.) se refere ao aspecto institucional da significação.

Explica que, diferentemente do mito para o qual não há o registro externo de uma norma que justifique seu funcionamento, a análise documental se constitui de textos que tem a idade teórica, ou o nível de desenvolvimento, da instituição que é sua norma.

Pêcheux entende, portanto, que deslocar a questão da função para o funcionamento não é suficiente. É preciso saber de que tipo de funcionamento se está designando para o objeto em estudo. É preciso saber em que medida o conceito de instituição importa para esse objeto. E é preciso saber se o conceito de texto se mantém numa prática que leve em conta estas questões: a do tipo de funcionamento e a de instituição (Ibid., p.69).

Propõe “um deslocamento da perspectiva teórica, uma mudança de terreno que faça intervir conceitos exteriores à região da lingüística atual” (Ibid, p.73) que se limita ao funcionamento da língua. Pêcheux propõe a inclusão do sujeito, que reaparece como resíduo da lingüística científica que, da oposição língua e fala, elege a língua como objeto, deixando a fala e, com isso, o sujeito fora de seu campo de observação; e do processo de produção entendido como “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em circunstâncias dadas” (Ibid., p.74), noção que ultrapassa as teorias lingüísticas da frase, e a idéia que delas decorre com relação à existência de formas regulares ou canônicas fixadas como propriedades da língua, pela passagem para uma teoria do discurso.

Para compreender o processo de produção, Pêcheux (Ibid.) recupera o conceito de instituição, esclarecendo que todas têm um funcionamento social, posição diferente da de Saussure que prevê a existência de instituições não semiológicas cuja relação entre meios e finalidades seria natural e não social. O discurso, dessa perspectiva, deve ser observado a partir das condições de sua produção, o que supõe a análise das relações de força, determinadas pelo lugar de onde se fala: “o que [o orador] diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o local que ele ocupa” (Ibid., p.77); e das relações de sentido que pressupõem que os discursos se relacionam entre si. Pêcheux explica:

Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as deformações que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (Ibid., p.77).

O orador antecipa essas relações de força e de sentido e, em função delas, estabelece a estratégia discursiva da qual pode tirar partido.

Com relação à manutenção do conceito de texto, Pêcheux supõe ser impossível mantê-lo porque a unidade lingüística proposta, de dimensão superior a frase, deve ser vista como um objeto cujo funcionamento não é integralmente lingüístico, além disso seu funcionamento só pode ser compreendido em função de suas condições de produção:

Isto supõe que é impossível analisar um discurso como texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção, como mostraremos a seguir (Ibid., p.79).

Justificando a razão por que o conceito de texto é insuficiente para a análise, passa a descrever os elementos estruturais que integram as condições de produção do discurso. Parte do modelo de Jakobson que apresenta “a vantagem de pôr em cena os protagonistas do discurso bem como seu referente” (1969, p.81), procedimento que recoloca o sujeito no processo. A mensagem, no entanto, compreendida como transmissão de informação, é insuficiente, por desconsiderar as condições de sua produção. O discurso, ao contrário, é definido como efeito de sentidos entre o ponto A e o ponto B, o destinador e o destinatário. Mas para entender o sentido de discurso é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis e à situação em que se realiza.

Dentre os elementos estruturais das condições de produção, destacamos as formações imaginárias e o efeito metafórico. As formações imaginárias são

representações que se manifestam por antecipações das relações de força e de sentido no processo discursivo. São representações de força porque designam lugares determinados na estrutura de uma formação social; são relações de sentido porque resultam “de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a tomadas de posição implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco” (Ibid., p.85).

No que se refere à análise dos processos de produção do discurso, Pêcheux avalia que deve haver um desvio com relação ao lugar comum das análises que repousam sobre uma concepção atomística das significações.

A análise a que Pêcheux se refere parte do princípio de que superfícies discursivas dadas são vestígios de um processo de produção específico que funciona como estrutura profunda comum para tais superfícies. E o procedimento “consiste, pois, em remontar desses ‘efeitos de superfície’ à estrutura invisível que os determina (...)” (Ibid., p.94).

Para chegar a essa estrutura profunda, parte da idéia de que a sinonímia contextual é a regra e de que sinônimos perfeitos, não-contextuais são a exceção. Explica que há sinonímia contextual quando dois grupos de termos ou expressões produzem o mesmo efeito de sentido em relação a um contexto dado. O deslizamento que ocorre de um termo a outro quando a sinonímia é contextual é de ordem semântica, diz respeito ao sentido, por isso é chamado de efeito metafórico:

Chamaremos *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse “deslizamento de sentido” entre *x* e *y* é constitutivo do “sentido” designado por *x* e *y* (...) (Ibid., p.96).

O efeito metafórico nos faz retornar novamente a Jakobson (1985) que relaciona o paradigma, cujo funcionamento baseia-se na similaridade, à metáfora (e a poesia) e o sintagma, cujo funcionamento baseia-se na contigüidade, à metonímia (e a prosa). O discurso (a prosa, a contigüidade) é o que nos está

colocado como objeto, mas a constituição de seu sentido passa pela identificação das formas necessariamente diversas que repetem o idêntico:

(...) é esta repetição do idêntico através de formas necessariamente diversas que caracteriza, a nossos olhos, o mecanismo de um processo de produção; a “estrutura profunda” aparece assim como um tecido de elementos solidários, instalando-se e assegurando-se a si mesma através de efeitos metafóricos que permitem gerar uma série quase infinita de “superfícies” pela restrição a limites de funcionamento além dos quais a “estrutura profunda” explodiria (Ibid., p.97).

É ao retorno ao mesmo, ao idêntico, ao sedimentado que a paráfrase se refere. A noção de efeito metafórico sustenta o desenvolvimento da noção de paráfrase tal como é proposta por Orlandi. O conceito de paradigma por si só, como a possibilidade de selecionar na memória um termo específico e organizá-lo no sintagma não é suficiente. Apesar da elaboração teórica de Jakobson sobre o contexto. A idéia da polissemia desenvolvida no interior de uma semântica lingüística também não é suficiente para dar conta da questão.

A noção de paráfrase, no entanto, assemelha-se a de efeito metafórico. Ambas se referem a superfícies discursivas, ou melhor, a uma série delas, que funcionam como sintoma da existência de uma estrutura profunda comum. A tarefa do analista seria produzir as condições de produção dessa estrutura profunda a partir dos efeitos da superfície. Entendemos que o principal da distinção feita até aqui – e que opõe fundamentos da lingüística estrutural e do funcionalismo – está na inclusão feita por Pêcheux do sujeito e das condições de produção, expressão que substitui *contexto* por agregar, por princípio, relações de força e relações de sentido que as teorias lingüísticas não desenvolvem.

A reformulação da noção de paráfrase, que em Orlandi aparece discursivizada, aponta para o questionamento acerca das razões por que a designação efeito metafórico não foi objeto de uma tradução “literal”. E indícios de uma resposta encontramos em Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil.

Nesse artigo, Orlandi (2005) diz ter reservas em considerar a existência de uma Escola de AD Brasileira, por não considerar que haja um conjunto de trabalhos com consistência teórica e histórica que possam justificar essa designação. Admite-a, no entanto, se, no lugar da consistência, o critério for o de considerar que “A ciência se produz em diferentes lugares com a força e a especificidade de sua tradição (Ibid., p. 76)”.

Se pensamos nas especificidades do caso brasileiro, identificamos no domínio da linguagem uma tradição de estudos filológicos e uma Lingüística que nos remete aos estudos saussureanos (cf. Guimarães, 2004). Do lado das Ciências Sociais, há uma análise de conteúdo que, apesar de ser objeto de crítica da AD, opera sobre uma concepção positiva de sentido.

Além disso, a designação efeito metafórico poderia não ter interlocução também por remeter, na perspectiva de Pêcheux, ao distribucionalismo de Harris, com o qual parece não haver uma interlocução significativa no Brasil.

Contrariamente, a noção de paráfrase poderia estabelecer um diálogo com a tradição dos estudos da linguagem no Brasil por nos reportar ou ao conteúdo ou a uma semântica lingüística de orientação estrutural. Parece haver uma remissão a elas.

As noções de paráfrase e polissemia respondem a exigências próprias da especificidade do caso brasileiro; esse procedimento se justifica se for considerada a tradição de estudos da linguagem no Brasil. Além disso, se considerarmos os modos como se dá a representação da unidade e da fundação disciplinar, encontramos ao lado da filiação empírica, notadamente a Pêcheux; a demarcação disciplinar; e a refundação conceitual, onde esse procedimento – reformulação das noções de paráfrase e polissemia - pode ser situado, o que aponta para a constituição de uma AD Brasileira situada na invenção – a reformulação conceitual aqui se localiza - e na transmissão.

No que se refere à polissemia, podemos supor que não há simetria, no sentido de correspondência formal vertical/horizontal, entre paráfrase e polissemia como há entre paradigma e sintagma. Paráfrase e polissemia materializam-se na

superfície discursiva. E uma palavra terá múltiplas interpretações em função das relações de força e de sentido implicadas nas condições de produção do discurso. Orlandi explica o mecanismo de regulação entre paráfrase e polissemia. Segundo ela:

Os modelos que levam em conta o social podem atingir essa modulação de linguagem: sua expansão e sua contensão. A polissemia é regulada, ou melhor, polissemia e paráfrase se limitam reciprocamente. E, a meu ver, os modelos que lidam com essa modulação são os que levam em conta o social, ou seja, os que fazem o percurso da linguagem em sua prática: os modelos funcionalistas e os de Análise de Discurso. Pragmáticos (2006, p. 137).

Parece possível dizer que o deslize será de natureza parafrásica ou polissêmica referido às condições de produção do discurso, a uma situação específica de enunciação. No âmbito da AD, não se pode pensar na estabilidade da simetria, mas na inflexão do modular.

Nessa citação é interessante também a avaliação favorável feita por Orlandi sobre os modelos que levam em conta o social e a prática de linguagem, quais sejam, os funcionalistas e os da Análise de Discurso. Ambos são considerados pragmáticos. Chiss e Puech (1999) explicam que o fazer disciplinar se constitui, explorando a metamorfose do discurso de formação e a dialética da ruptura/continuidade sem a qual a consistência disciplinar não se constitui. **A Linguagem e seu funcionamento** interessa também nesse sentido por apontar para esse movimento de ruptura/continuidade. Parece ainda não haver recuo suficiente para formar o que Auroux (2007) chama coerência aparente da ciência. As oposições entre Pragmática, Funcionalismo e Análise de Discurso ainda estão para se corporificar de modo mais contundente. Carecem ainda de formulação, daí podermos pensar que interessa, nesse momento, opor-se ao formalismo, insuficiente, em termos teóricos, para abarcar o social, o que está fora do sistema da língua e que significa, a questão da exterioridade na constituição do sentido.

3.2 Princípios: o disciplinar

A 2ª edição de **A linguagem e seu funcionamento**, de 1986, apresenta uma Introdução que tem como objetivo “acrescentar uma fala explicativa que permita ao leitor situar-se em relação ao que é a Análise de Discurso” (2006, p.11). É dessa introdução onde aparece uma primeira avaliação em torno do disciplinar que pretendemos estabelecer relações com **Interpretação e AD: princípios e procedimentos**.

Orlandi situa a AD na história da reflexão sobre a linguagem, entende que a AD pressupõe a lingüística, mas assume uma postura crítica diante de seus fundamentos, abrindo um campo de questões que refere o conhecimento da linguagem ao conhecimento das formações sociais.

A disciplina é identificada como “uma forma de conhecimento *cisionista*²⁶” (Ibid., p.11), porque rompe com a lingüística representada pela pragmática, pelas teorias da enunciação e pela teoria da argumentação, que aparece despolitizada sob a forma de “conversação” e questiona as formas de reflexão estabelecidas. A despolitização favorece o disciplinar e o instrumental, renovando, portanto a idéia de conhecimento positivo.

Cisionista é expressão relacionada especificamente a dois aspectos, quais sejam, ruptura com a ilusão de neutralidade, que explicita o caráter ideológico de qualquer evidência: “desse modo, a AD procura problematizar continuamente as evidências (enquanto evidências) e explicitar o seu caráter ideológico” (Ibid., p.13); e ruptura com relação às tentativas de anexar a AD ou de revisar sua capacidade explicativa. Orlandi considera que “as tentativas de integração da Análise do Discurso tendem a apagar essa dimensão ideológica e a anexar o discursivo como um apêndice (secundário) ao lingüístico (central)” (Ibid., p.13).

Também merece destaque a expressão *deslocamento* que se refere ao tratamento do texto, visto pela AD como monumento, diferentemente da Análise

²⁶ Grifo da autora

de Conteúdo clássica, para a qual “o texto aparece como documento que se toma só como ilustração da situação em que foi produzido, situação esta já constituída e caracterizada de antemão”; e da Hermenêutica, para a qual interpretar é extrair um sentido do texto.

Ao recusar os procedimentos da Análise de Conteúdo e da Hermenêutica, a AD visa à compreensão do processo discursivo. “Quer dizer: a AD problematiza a atribuição de sentido(s) ao texto procurando mostrar tanto a materialidade do sentido como os processos de constituição do sujeito, que instituem o *funcionamento discursivo*²⁷ de qualquer texto” (Ibid., p.13).

O *deslocamento* existe com relação ao tratamento do texto entendido como monumento, não como documento. A idéia de documento supõe que o texto é tomado como ilustração de uma situação já constituída em que foi produzido. Para a AD, ocorre o contrário: “ao considerar que a exterioridade é constitutiva, ela parte do texto, da historicidade inscrita nele, para atingir o modo de sua relação com a exterioridade. Considera que, se a situação é constitutiva, ela está atestada no próprio texto, em sua materialidade (que é de natureza histórico-social)” (Ibid, p.12-13).

A AD é caracterizada também por seu *nomadismo* e a expressão está relacionada ao fato de que não interessa para essa região do conhecimento “um acúmulo científico fixo, no que diz respeito à teoria, à definição de seu objeto e método(s): a cada passo a AD redimensiona seu objeto, reavalia aspectos teóricos e se relaciona criticamente com seu(s) métodos”. A idéia de entremeio parece já estar presente.

Em **A linguagem e seu funcionamento**, *cisionista*, *nomadismo* e *deslocamento* são noções significativas, porque remetem ao estado da formulação do conhecimento da AD na ocasião. O cisionismo está relacionado à divisão, à demarcação disciplinar. Assim, essa noção relacionada à ilusão da neutralidade da ciência nos desaloja do campo da ciência positiva que trabalha com o sujeito empírico e supõe a equivalência entre o referente e a representação. A cisão está

²⁷ Grifo da autora.

relacionada também a uma demarcação do território da AD que não é nem o da lingüística, nem o da pragmática, nem o das teorias da enunciação nem o da teoria da argumentação. Daí a crítica ao objetivismo abstrato que supõe a autonomia do sistema, e ao subjetivismo idealista que supõe a onipotência do sujeito. A AD diferentemente das teorias enumeradas propõe a determinação histórica dos processos de significação.

O *deslocamento* em **A linguagem e seu funcionamento** parece ser o movimento que desaloja o texto como objeto e instala o discurso como tal. O texto como documento serve bem ao conteudismo, mas como monumento é o lugar em que a exterioridade e, com isso, a história, é vista como constitutiva do sentido. Também aqui há a demarcação disciplinar, a divisão com relação às teorias que tem no texto seu objeto. E a filiação empírica que, segundo Chiss e Puech (1999), é um primeiro modo de apresentação: a continuidade que se reivindica é a de Pêcheux que já em AAD69 apresenta o discurso como efeito de sentido e as condições de produção como constitutivas do sentido.

O nomadismo aponta para o funcionamento da AD como ciência que não trabalha com categorias estáveis: a teoria, o objeto e o método estão sujeitos ao movimento, trata-se aqui do que Orlandi desenvolverá sob a designação de *entremeio*, noção presente em várias publicações, uma delas **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico** (1996), com a qual passamos a estabelecer algumas relações.

A noção de deslocamento, em **Interpretação**, mais especificamente no capítulo intitulado *Entremeio e Discurso*, torna-se significativa para identificar a AD por explicar as contradições disciplinares a partir de que essa região do conhecimento se funda. Os deslocamentos se referem ao social, ao ideológico e à forma material. Com relação ao social, Orlandi explica que no funcionamento do discurso importam as formações imaginárias, que se constituem a partir das relações sociais, ou seja, a imagem dos sujeitos e do referente envolvidos na situação de enunciação, não os traços empíricos. Com isso, é possível dizer que o funcionamento do discurso não tem a ver com evidências, mas com o imaginário.

Com relação ao ideológico, Orlandi argumenta que a AD opõe-se à Análise de Conteúdo que supõe que o sentido já está no texto, na linguagem, na ideologia; e trabalha com os processos de constituição da linguagem e da ideologia: “no espaço que vai da constituição dos sentidos (o interdiscurso) à sua formulação (intradiscurso) intervém a ideologia e seus efeitos imaginários. Expliquemo-nos.” (1996, p.30). Na explicação, há o argumento da injunção à interpretação; do primado do interdiscurso (a memória do dizer); e do funcionamento da ideologia, que naturaliza o que a história produz:

Pela ideologia, se naturaliza assim o que é produzido pela história: há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulação (e não ocultação de “conteúdos”) em que são construídas transparências (como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade) para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas (Ibid., 31).

A ideologia, formulada sob a ótica discursiva, direciona o sentido da interpretação, gesto que se apaga no momento de sua realização, produzindo um efeito de evidência e de transparência da linguagem. Por fim, há um deslocamento relacionado à impossibilidade de separar forma e conteúdo e à necessidade de observar que essa dicotomia remete à abstração, à evidência e à transparência da linguagem, não à forma material, lingüística e histórica, com que a AD opera.

Se supomos que *nomadismo* será formulado como entremeio e, com essa designação, a autora assume o disciplinar como uma possibilidade de funcionamento da AD, convém recompor o que Orlandi tem dito sobre esse fazer.

Em A linguagem e seu funcionamento, Orlandi avalia que

Enquanto projeto de conhecimento, enquanto proposta de uma teoria crítica sobre a linguagem, a AD defende-se dessas reduções (disciplinações) através de seu cisionismo. Podemos mesmo dizer que o cisionismo é constitutivo da cientificidade da AD (2006, p.14).

O disciplinar como se vê é considerado uma redução de que a AD se defende pelo seu cisionismo.

Em **Interpretação**, a noção de entremeio para caracterizar o fazer disciplinar parte também do sentido de deslocamento, resultado do trabalho feito sobre a noção de ideologia.

A afinidade com a noção de *nomadismo*, apresentado em **A linguagem e seu funcionamento** é também passível de observação pela semelhança da definição em **Interpretação**, segundo a qual

uma disciplina de entremeio é uma disciplina não positiva, ou seja, ela não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente (...). O fato de elas²⁸ não acumularem positivamente é parte da forma de sua estruturação: elas se fazem no espaço indistinto das relações entre disciplinas, relações estas que não são quaisquer umas, mas que têm sua especificidade como veremos a seguir (1996, p.23).

Configurar-se como uma disciplina não positiva tem a ver com a postura crítica diante dos próprios pressupostos, tem a ver também com o território movente, nômade em que se desenvolve, já que ela se faz a partir da contradição, não da complementaridade.

Orlandi recusa a idéia de interdisciplinaridade por identificar nessa noção a idéia de complementaridade ou acréscimo e de instrumentalização, como se, por exemplo, o conhecimento da linguagem ficasse a cargo da lingüística e o da exterioridade ficasse a cargo das ciências sociais.

Uma das conseqüências de uma abordagem interdisciplinar seria a indefinição do objeto ou a negação de uma forma de conhecimento específico com um outro objeto:

²⁸ Disciplinas não positivas.

Cada forma de conhecimento tem seu objeto. Colocar a AD na confluência dos dois objetos²⁹ seria não reconhecer o que lhe é próprio e desconhecer, com isso, o sentido da dispersão disciplinar significada aí. Sua caracterização como interdisciplinar poderia assim ser sua própria negação, assim como é a negação da necessidade histórica da reorganização do campo das relações entre as diferentes regiões do saber (Ibid., p.25).

Orlandi entende que a fala da interdisciplinaridade tenta questionar a ilusão de transparência da linguagem e do sujeito, própria das ciências humanas até o século XIX; a interdisciplinaridade propõe uma nova territorialização para o saber; no entanto, tentar ultrapassar a ilusão da transparência pela relação entre disciplinas não é suficiente. A defesa da interdisciplinaridade configura a posição “dos que se iludem com a possibilidade do objeto integral e do saber total, como se a fala da interdisciplinaridade pudesse por si ultrapassar a história e não fosse, ao contrário, parte dela” (Ibid., p.35).

Análise de discurso: princípios e procedimentos (1999), de acordo com Orlandi, é uma resposta a solicitações de alunos e de editores. A autora adverte que as introduções carregam consigo o sentido enganoso de unidade e de homogeneidade, apesar de haver muitas maneiras de apresentar uma disciplina. Nessa direção, não admite, no entanto, estar fazendo um livro de introdução a uma disciplina específica, prefere referir-se ao livro como uma série de pequenas “aulas” de Análise de Discurso, inspirada nos cursos que ministra como professora do ensino superior. Orlandi também não se refere à AD como disciplina, mas como “campo de conhecimentos” ou “campo de questões sobre a linguagem”.

Orlandi (Ibid., p.10-11) assume o interesse na transmissão, ou na circulação, da AD enquanto uma proposta de reflexão sobre a linguagem, o sujeito, a história e a ideologia, e sob a forma de princípios e procedimentos:

É sobre isso que pretendemos falar nos capítulos que formam este livro. Que, como todo o discurso, fica incompleto, sem início absoluto nem ponto final definitivo. Uma proposta de reflexão. Sobre a linguagem, sobre o sujeito, sobre a história, sobre a ideologia. Que tampouco tem a

²⁹ Os dois objetos a que a citação faz referência são a linguagem e a exterioridade.

pretensão de fazer de todo mundo especialistas em análise de discurso, mas que, através do contato com os princípios e os procedimentos analíticos que aqui expomos, poderão se situar melhor quando confrontados com a linguagem e, por ela, com o mundo, com os outros sujeitos, com o sentido, com a história.

AD: princípios e procedimentos é destinado ao leitor. Seu compromisso é com a circulação do transmissível. Chiss e Puech (1999) explicam esse procedimento que apresenta a regularidade de operar um descentramento no que se refere às normas, às referências e aos valores disciplinares para se objetivar e comunicar.

Em **A linguagem e seu funcionamento**, há uma recusa a um funcionamento disciplinar para a AD. Fazer dessa região do conhecimento uma disciplina significaria reduzi-la a modelos aprovados e normatizados, estabilizá-la pela coerência do objeto e do método, e cair no campo das evidências que decorrem das proposições consideradas verdadeiras. Seria uma entrada no terreno da ciência positiva. Considerar a AD nesse momento como um projeto carente de teoria a resguarda desse funcionamento.

A noção que permite a entrada da AD no disciplinar parece ser a de entremeio que desloca o social, o ideológico e a forma (material) dos lugares que ocupam na ciência. O sentido não se constitui pela experiência, mas pelas formações imaginárias envolvidas na enunciação. O sentido não está lá, pronto, à espera de uma decodificação, mas é determinado pela ideologia presente no interior do discurso. O sentido não é uma abstração, um conteúdo a que se chega, o sentido tem uma forma material. Essa materialidade permite observar o exterior específico (o real) e o exterior constitutivo (o interdiscurso).

Os deslocamentos operados pela AD permitem questionar a idéia positiva da ciência. Se a ciência não é objetiva, não estabelece uma relação transparente com o real, em que se constitui o conhecimento científico? Auroux (2008) oferece uma possibilidade de resposta ao propor o funcionamento histórico e institucional do conhecimento científico que se legitima ao se organizar em torno de comunidades de conhecimento. De acordo com Auroux,

De certa maneira, pode-se dizer que o sistema científico respondeu aos paradoxos do conhecimento pela organização de comunidades de conhecimento. Estas são normativas e funcionam com a ajuda do reconhecimento dos pares (educação, comitês, de especialistas, de júris, etc.) e, conseqüentemente, por exclusão. Não há ciência sem exterior. As comunidades tem uma função social geral de validação e de legitimação (2008, p.129-130).

A concepção de ciência como comunidade de conhecimento justifica o disciplinar, que é associado à educação, e ao transmissível, apesar da “forte codificação e dificuldades de aprendizagem” (Ibid., p.130). Nesse sentido, o disciplinar constitui-se em fator de validação e de legitimação de um domínio do saber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trabalho que Orlandi tem realizado como professora e pesquisadora em instituições de renome como USP e UNICAMP, lugares onde a pesquisa em Letras inicialmente se situa, soma-se sua extensa produção intelectual, em torno de temas relevantes às ciências da linguagem e em torno dos princípios e procedimentos elaborados pela Análise de Discurso no Brasil. Seu trabalho, tanto no que se refere à leitura e interpretação quanto no que se refere à divulgação da AD, irá situá-la não só como interlocutora de Pêcheux que colabora com a circulação da AD no Brasil, mas como fundadora, no sentido elaborado por Chiss e Puech (1999), os quais supõem um movimento de reapropriação/fundação no fazer disciplinar em relação ao discurso de fundação, movimento a partir de que podemos pensar sobre a novidade teórica em procedimentos elaborados por ela.

No que diz respeito aos objetivos que retomamos aqui, o primeiro foi o de examinar o domínio do saber em que a História das Idéias Lingüísticas se situa, por isso observamos a formulação da noção de idéia e de metalinguagem. Para a compreensão inicial da idéia, reportamo-nos à História para entender o movimento realizado, principalmente a partir das questões trazidas pela Nova História, no sentido de reverter paradigmas positivistas e o caráter de abstração dominante nas Ciências Sociais de uma maneira geral. Com isso a produção da idéia passa a ser de diferentes maneiras associada à subjetividade ou à ideologia. Passa a agregar a historicidade e, com isso, deixa de entender os textos como se tivessem significações em si mesmos; a formulação da idéia está então relacionada às condições específicas de sua produção.

A noção de idéia no campo da História das Idéias Lingüísticas relaciona-se à metalinguagem, conceito que Auroux (1992) desaloja do mito da cientificidade para referi-lo à História. É relacionada aos estudos da linguagem que a idéia é discursivizada, por uma metalinguagem historicamente construída. Nessa perspectiva, a constituição e formulação da idéia, mediada pelo simbólico, é observada em relação ao processo de sua constituição.

Para formular sua concepção de metalinguagem, Auroux (Ibid.) questiona os postulados de orientação positivista, que supõem que os estudos da linguagem só adquirem estatuto científico no início do século XIX com os trabalhos da gramática histórica. É nesse horizonte de retrospectão que se desenvolve a idéia de que a ciência elabora um conhecimento desinteressado do objeto, constrói a representação dos fenômenos lingüísticos sem exercer sobre eles nenhum tipo de ação. Essas premissas foram compreendidas como a base para o surgimento da metalinguagem e tornaram-se lugar-comum para os lingüistas até recentemente quando as Ciências da Linguagem passam a ser estudadas por métodos da Filosofia e da História das Ciências.

Contrariando os comparatistas, a tese do autor é a de que o nascimento da metalinguagem não tem uma data específica situada no tempo, mas integra um processo continuado de desenvolvimento de saberes sobre a linguagem. Esse processo, que implica trocas constantes entre o saber epilingüístico e o saber metalingüístico, não é causa, mas conseqüência do nascimento da escrita. Auroux (Ibid.) define a natureza do objeto das Ciências da Linguagem a partir do raciocínio de que a metalinguagem é um saber sobre a linguagem humana, elaborado em função do modo como ela se realiza na diversidade das línguas.

Nessa perspectiva, o saber metalingüístico é um produto histórico que deve ser situado em relação a um campo de fenômenos. A noção de metalinguagem elaborada pela História das Idéias Lingüísticas aponta para a discursivização da idéia, com isso a história deixa de ser pensada como uma organização dos fatos no tempo e a idéia não é mais concebida como uma abstração isolada dos meios sociais que a constituem. Pretende-se relacioná-la com o domínio do saber do

qual se quer fazer história e com as instituições em que esse saber se constitui (GUIMARÃES, 2004), entendendo-a como uma prática observável e uma representação consciente e representada conforme propõe Aurox (1992).

A vertente brasileira da História das Idéias Lingüísticas, articulada com a Análise de Discurso, entende *historicidade* como a relação constitutiva entre linguagem e história. Nunes (2007) chama atenção para o modo como vem trabalhando a História das Idéias Lingüísticas relacionada a sua prática em Análise de Discurso. E esclarece acerca das afinidades entre ambas. De acordo com o autor:

Um dos pontos de contato dessa articulação entre AD e HIL reside em uma visão histórica das ciências e particularmente do que chamamos as “ciências da linguagem” (...). Note-se que tal articulação não se dá ao modo da interdisciplinaridade ou de uma complementaridade, a AD e HIL tem seus métodos específicos, mas a partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção (Ibid., p.1).

Ao chamar atenção para a visão histórica das ciências, Nunes (Ibid.) relaciona a história às práticas sociais e, ao recusar uma articulação interdisciplinar ou complementar, filia-se à AD que entende a história como algo que constitui a língua, que é próprio de seu funcionamento, a história se inscreve nela. Daí compreender a historicidade como uma relação constitutiva entre história e linguagem.

É em Análise Automática do Discurso, que Zandwais (2008) localiza o fundamento da historicidade. Segundo a autora, Pêcheux (1969), ao criticar a concepção estruturalista da teoria saussureana, que concebe a língua como abstração, como convenção e como produto da história, busca mostrar que língua e discurso tem materialidades distintas e, ao mesmo tempo, intercomplementares:

(...) de modo que, enquanto a base lingüística seria tomada como a materialidade necessária para a realização da ideologia, os processos discursivos remeteriam para os lugares nos quais as ideologias

funcionam e produzem determinados efeitos de sentido a partir de seus modos de inscrição em determinadas ordens histórico-simbólicas, configurando o modo como as formações imaginárias funcionam nos processos discursivos, não aleatoriamente, mas a partir de um outro conceito fundamental para a AD: o conceito de condições de produção tomado do materialismo histórico, e que viria a criar as condições para inscrever, de modo concreto, a história na ordem do discurso e o discurso no campo da práxis (Ibid., p.4).

A língua é a materialidade; o discurso, a prática social, mas são as condições de produção - a exterioridade - que se inscrevem na linguagem, produzindo determinados efeitos de sentido. É o estudo das condições de produção que permite inscrever a história no discurso. Em um desenvolvimento que trata de tema equivalente - história e historicidade -, Orlandi explica que:

Não se trata, assim, de trabalhar a historicidade (refletida) no texto mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos. São pois os meandros do texto, o seu acontecimento como discurso, a sua *mise-en-oeuvre*, como dizem os franceses, ou, como podemos dizer, o trabalho dos sentidos nele, que chamamos historicidade (1996, p.55).

A historicidade não é reflexo do real, não está fora da língua; história e linguagem produzem sentido. Historicidade, para a AD, é uma noção fundamental que atravessa todo o conhecimento produzido por essa disciplina.

Na História das Idéias Lingüísticas, via Auroux (2008), a historicidade está relacionada ao horizonte de retrospectção e a forma como os domínios dos objetos são afetados pela temporalidade. Ou mais precisamente, o autor define historicização como modalidades intrínsecas de afetação temporal dos objetos, ou seja, o seu modo de ser na história real. Explica também que nas ciências da linguagem a historicização torna-se uma categoria, a partir da gramatização, porque é com essa tecnologia que passamos a dispor de informações fiáveis; passamos a constituir um horizonte de retrospectção que permite a compreensão da história não como progresso ou evolução, mas como desenvolvimentos relativos a instituições e a técnicas.

Assim é que o autor situa a historicização das ciências da linguagem principalmente a partir do Renascimento, quando a revolução tecnológica da gramatização produz um número sem precedentes de instrumentos lingüísticos tanto do vernáculo quanto do conjunto das línguas do mundo, em função da criação de novos Estados-nação e das grandes descobertas. O historiador chama atenção também para o crescimento da população de cientistas, eruditos ou amadores esclarecidos que se dedicaram aos fenômenos lingüísticos e acabaram por fundar academias e comunidades científicas voltadas para os estudos da linguagem, de tal modo que no final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX surgem os primeiros periódicos lingüísticos. Segundo o autor:

Esta mudança de dimensão do domínio de objetos provoca necessariamente a concorrência e a necessidade de um conhecimento dos trabalhos dos outros cientistas e eruditos. Empiricamente, podemos constatar que o nascimento da história das ciências da linguagem se estabelece na reestruturação dos horizontes de retrospectão que provoca esta mudança de dimensão (p.149-150).

Na concepção de Auroux (Ibid.) a historicização produz sentidos, mas relacionada ao horizonte de retrospectão e ao domínio dos objetos. Daí a necessidade de revisar a concepção de ciência, porque a relação da epistemologia com as propriedades tradicionalmente associadas ao conhecimento científico não se sustenta.

A suposta transparência da modalidade epistêmica que supõe a equivalência entre o objeto e seu referente é questionada porque as características comumente associadas à ciência - objetividade, universalidade e intangibilidade – são todas falíveis. Para superar a incoerência do conhecimento, sua natureza paradoxal, o sistema científico produz uma coerência aparente por se organizar em torno de comunidades do conhecimento, que funcionam por inclusão, o reconhecimento dos pares; e por exclusão. As comunidades do conhecimento validam e legitimam os resultados obtidos e justificam sua existência para a sociedade que acredita tacitamente na universalidade de seus

resultados. No dizer de Auroux (Ibid.), a ciência não é; a ciência funciona e tal existência é garantida em função do reconhecimento de um grupo que acredita na validade de seus resultados e de suas escolhas. A organização da ciência em torno de comunidades de conhecimento desaloja o paradigma positivista e firma a historicidade como constitutiva desse funcionamento.

Como foi dito acima a ciência, nessa perspectiva, funciona como tal, e um de seus funcionamentos é o disciplinar. É a esse fazer que se refere o segundo objetivo da pesquisa. O disciplinar é compreendido como um processo de transformação do discurso de fundação em um discurso de transmissão. Por isso não pode ser tratado como um estado de fato, mas como um constante de começo e recomeço. Trata-se de um processo que envolve ruptura e continuidade, que relaciona constituição, formulação e transmissão de saberes. No dizer de Chiss e Puech (1999), estamos no terreno da invenção e da transmissão. Nessa linha de raciocínio, o disciplinar não é um momento secundário no processo de constituição do conhecimento, mas associado a ele.

Os autores entendem também que o disciplinar é resultado da estratificação do objeto e do abandono dos saberes totalizantes. Por isso, adotar esse ponto de vista implica um deslocamento das questões próprias do objeto da ciência em favor de desenvolvimentos que permitem compreender as estratificações e delimitações desse discurso com relação a outros discursos que o precederam ou que lhe sejam concomitantes.

Invenção e transmissão ou o saber e o disciplinar constituem-se em dois funcionamentos da ciência que dialogam e se interpenetram. A ciência tem no disciplinar uma possibilidade de reconhecimento, dadas as condições de acesso pela população. Talvez seja possível argumentar também que um saber não chega a se firmar como tal se não houver um desenvolvimento disciplinar que lhe seja concomitante.

Convém esclarecer que a noção de transmissão nessa perspectiva não está associada à teoria da informação ou à teoria da comunicação que prevê a transmissão da mensagem inserida num processo de codificação/decodificação

que tem a desvantagem de desconsiderar as condições de produção do discurso. Chiss e Puech (1999) entendem o disciplinar como uma interface problemática entre invenção e transmissão, mas tanto a constituição do conhecimento, quanto a transmissão, que implica a didatização de diferentes estágios do objeto, supõe uma caracterização em relação ao antes, o horizonte de retrospectão onde se inscreve a novidade teórica; ao depois, o horizonte de projeção para o qual o objeto parece se desenvolver; e ao atual, onde o objeto se relaciona com os outros discursos do conhecimento para se contrapor, se alinhar ou se aproximar deles.

O terceiro objetivo foi o de analisar, da produção intelectual de Orlandi (1983), **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**, no sentido de acompanhar a constituição, a formulação e a transmissão das noções de paráfrase e de polissemia, por entendermos que haveria de conter as contradições que parecem ser próprias da lógica da descoberta e as modalidades de representação que fazem a ancoragem do disciplinar, a saber, a filiação empírica, a divisão disciplinar e a refundação conceitual (CHISS; PUECH, 1999).

A freqüência com que paráfrase e polissemia aparecem em **A linguagem e seu funcionamento** - dos 13 artigos da 1ª edição, 11 desenvolvem essas noções – foram também indicativas do modo como tais procedimentos são representativos da unidade e da fundação disciplinar. Eles são apresentados e desenvolvidos para explicar os processos constitutivos da linguagem, para fundamentar os tipos de discurso, o lúdico, o polêmico e o autoritário e para explicar como se dá a produção de leitura.

O percurso realizado neste estudo nos permite elaborar a tese de que as noções de paráfrase e de polissemia, vistas como um desenvolvimento da noção de efeito metafórico, formulada por Pêcheux em **Análise Automática do Discurso** (1969), constituem-se, a partir do ponto de vista disciplinar, em um procedimento de reapropriação/fundação que as desloca do conteudismo, associado às Ciências Sociais; da significação associada à Lingüística saussureana; da informação somada ao referente, associados ao funcionalismo

de Jakobson, fazendo-as funcionar discursivamente. Considerando os modos como o fazer disciplinar se configura, observamos a filiação empírica a Pêcheux; a divisão disciplinar, que aponta para a formação de uma nova região do conhecimento; e a refundação conceitual que supõe a apropriação da elaboração teórica da noção de efeito metafórico para re-elaborar a noção de paráfrase no Brasil, desenvolvimento que colabora com a constituição de uma nova comunidade de conhecimento, a da Análise de Discurso de feição brasileira.

É pela retomada das modalidades de representação do disciplinar que o quarto objetivo é composto, já que sua função é a de refletir sobre a existência disciplinar da AD no Brasil.

Assim a refundação conceitual da noção de paráfrase, que na AD aparece discursivizada, aponta para um horizonte de retrospectão no Brasil que faz com que a autora prefira essa designação em detrimento da de efeito metafórico. Nesse horizonte identificamos nos estudos da linguagem uma tradição de estudos filológicos e uma Lingüística que nos remete aos estudos saussureanos (GUIMARÃES, 2004). Do lado das Ciências Sociais, há uma análise de conteúdo que, apesar de ser objeto de crítica da AD, opera sobre uma concepção positiva de sentido.

Nessa direção, a noção de paráfrase poderia estabelecer um diálogo com a tradição dos estudos da linguagem no Brasil por nos reportar ou ao conteúdo ou a uma semântica lingüística de orientação estrutural. Também, a designação efeito metafórico poderia não estabelecer a interlocução necessária por remeter, na perspectiva de Pêcheux, ao distribucionalismo de Harris, com o qual parece não haver uma interlocução significativa no Brasil.

As noções de paráfrase, juntamente com a de polissemia, que, no âmbito da AD, pode ser compreendida como as possibilidades de interpretação produzidas em função das relações de força e de sentido implicadas nas condições de produção do discurso, apontam para a constituição de uma AD Brasileira situada na invenção – a reformulação conceitual aqui se localiza - e na transmissão, cujas condições de produção implicam um descentramento dos

saberes pelo qual a adesão às normas, referências, valores disciplinares cessam de ir para si para se objetivar e comunicar (CHISS; PUECH, 1999).

Resta afirmar, por fim, que o estudo realizado se alinha à concepção de ciência defendida por Auroux (2008), por isso entendemos que o percurso teórico que vai da noção de efeito metafórico à paráfrase e à polissemia pode ser compreendido se a ciência for pensada em termos de coerência aparente e de comunidades de conhecimento; pode ser compreendido também se a ciência for pensada em sua historicidade, assim a refundação conceitual significa na continuidade dos estudos da linguagem no caso específico do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1992.

_____. **A filosofia da linguagem**. Trad. José Horta Nunes. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1998.

_____. L'historicité des sciences. *In*: _____. **La question de l'origine des langues suivi de L'historicité des sciences**. Paris : Quadrige/PUF – Presses Universitaires de France, 2007.

_____. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Trad. Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas: Editora RG, 2008.

BARROS, D.L.P. Estudos do texto e do discurso no Brasil. **D.E.L.T.A.**: Revista de documentação de estudos em lingüística teórica e aplicada. Vol.15, N°especial, São Paulo: EDUC, 1999.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CASTRO, Z. O. Da história das ideias à história das ideias políticas. **Cultura** – Revista de História e Teoria das ideias. v.VIII, Lisboa, 1996.

CHARTIER, R. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHISS, J.L.; PUECH, C. **Fondations de la linguistique**: études d'histoire et d'épistemologie. Louvain-la-Neuve: Editions Duculot, 1997.

_____. **Le langage et ses disciplines**: XIXe. – XXe. siècles. Louvain-la-Neuve: Editions Duculot, 1999.

CULLER, J. A teoria saussureana da linguagem. In: _____. **As idéias de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 1979.

DUBOIS, J. et all. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1993.

DUBY, G. **A história continua**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1993.

FALCON, F. História das idéias. In : CARDOSO, C. F. ; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da história** : ensaios de teoria e metodologia. São Paulo : Elsevier ; Campus, 1992.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FÁVERO, L.L. ; MOLINA, M.A.G. História das idéias lingüísticas : origem, método e limitações. **Rev.ANPOLL** : Tendências teóricas em lingüística e literatura, n.16, p.131-146, jan./jun. 2004.

GADET, F. ; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível** : o discurso na história da lingüística. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas (SP) :Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido** : um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas (SP) : Pontes, 1995.

_____. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E.P. (Orgs.) **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas (SP): Pontes, 1996.

GUIMARÃES, E. Para uma história dos estudos da linguagem. In: **Línguas e instrumentos lingüísticos**. Campinas (SP): Pontes, 1997.

_____. (Org.) **Produção e circulação do conhecimento** (estado, mídia e sociedade). Campinas (SP): Pontes Editores, 2001.

_____. **Semântica do acontecimento**. Campinas (SP): Pontes, 2002.

_____. **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas (SP): Pontes, 2004.

JAKOBSON, R. Lingüística e poética. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. In: _____. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1985.

MAINGUENEAU, D. **Introdução à lingüística**. Trad. Luísa Baptista. Lisboa: Gradiva, 1997.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MAZIÈRE, F. **A análise do discurso: historia e práticas**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2007.

NUNES, J.H. Uma articulação da análise de discurso com a história das idéias lingüísticas. **VIII Seminário Corpus – História das idéias lingüísticas**. Set. 2007. Santa Maria, RS. Laboratório Corpus/UFSM. Conferência.

ORLANDI, E.P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense 1983.

_____. **Terra à vista**. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1990.

_____. **Interpretação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. **Gestos de Leitura**. Campinas (SP): UNICAMP, 1997.

_____. (Org.) **A leitura e os leitores**. Campinas (SP): Pontes, 1998.

_____. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1998.

_____. **As formas do silêncio**. Campinas (SP): UNICAMP, 1993.

_____. **Discurso fundador**. Campinas (SP): Pontes, 1993.

_____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas (SP): Pontes, 2000.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4.ed. Campinas (SP): Pontes, 2006.

_____. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L. **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

ORLANDI, E.P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. **Introdução às Ciências da Linguagem**: discurso e textualidade. Campinas (SP): Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Trad. Péricles Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas (SP): UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M. Análise do discurso: três épocas. Trad. Jonas de A. Romualdo In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas(SP): UNICAMP, 1990. (título original, 1983).

_____. Análise automática do discurso. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas (SP): UNICAMP, 1990.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. **Cadernos de Tradução**. Trad. Anan Maria Dischinger e Heloísa Monteiro Rosário. Porto Alegre: UFRGS, n.1, p.47-55, nov. 1998.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas (SP): UNICAMP, 1997.

_____. Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas. **Línguas e instrumentos lingüísticos**. Trad. Celene M. Cruz e Clémence Jouët-Pastré. Campinas (SP): Pontes, n.2, p.7-32, jul/dez. 1998.

_____. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. In: ACHARD, P. et al. _____. Campinas (SP): Pontes, 1999.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas (SP): Pontes, 2002.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Trad. Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROBIN, R. **História e lingüística**. Trad. Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1977.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1987.

SCHERER, A. E. Dos domínios e das fronteiras : o lugar fora do lugar em outro e mesmo lugar. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M.R. (Orgs.) **Análise do Discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Claraluz, 2008.

WEBER, Max. **Ciência e política** : duas vocações. Trad. Jean Melville. São Paulo : Martin Claret, 2005.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: EDUNB, 1995.

ZANDWAIS, A. Perspectivas da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso. **IV Encontro do GEL e II Colóquio do Grupo de Estudos de Michel Pêcheux**. Jun. 2008. Santa Maria, RS. Laboratório Corpus/UFSM. Conferência.